



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA –
SOCIEDADE, ESTADO E POLÍTICA NA
AMÉRICA LATINA**

**O TRABALHO DOMÉSTICO ENTRE AS REALIDADES RURAIS/URBANAS E A
DIVISÃO INTERSECCIONAL DO TRABALHO EM OURO FINO -MG**

ALINA PACHECO GOVÊA

Foz do Iguaçu
2020



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA (ILAESP)**

**CIÊNCIA POLÍTICA E SOCIOLOGIA –
SOCIEDADE, ESTADO E POLÍTICA NA AMÉRICA
LATINA**

**O TRABALHO DOMÉSTICO ENTRE AS REALIDADES RURAIS/URBANAS E A
DIVISÃO INTERSECCIONAL DO TRABALHO EM OURO FINO -MG**

ALINA PACHECO GOVÊA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina

Orientadora: Élen Cristiane Schneider

Foz do Iguaçu

2020

ALINA PACHECO GOVÊA

**O TRABALHO DOMÉSTICO ENTRE AS REALIDADES RURAIS/URBANAS E A
DIVISÃO INTERSECCIONAL DO TRABALHO EM OURO FINO -MG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e
Política da Universidade Federal da Integração Latino-
Americana, como requisito parcial à obtenção do título
de Bacharel em Ciência Política e Sociologia –
Sociedade, Estado e Política na América Latina

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Doutora Élen Cristiane Schneider
UNILA

Prof. Doutora Maíra Machado Bichir
UNILA

Prof. Doutor Waldemir Rosa
UNILA

Foz do Iguaçu, 11 de dezembro de 2020.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Alina Pacheco Govêa

Curso: Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina

Tipo de Documento	
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: _____

Nome do orientador(a): _____

Data da Defesa: ____/____/____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons* **Licença 3.0 Unported**.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento vai para minha família, aos meus pais, Carla e Maurício, que acreditaram em mim e nas minhas irmãs, que depositaram na gente cada grão de areia e esforço. Nos influenciando e motivando a sempre correr atrás. Às minhas irmãs, Kamilla, Juliana e Rapha, que entre pé de guerras e amores, me ensinaram muito o significado de amor, de aconchego e de lar. Amo muito vocês, e agradeço muito todo o apoio e união entre nós e por nós. Aos meus avós maternos, Raquel e Luiz Carlos, por todo ensinamento e sabedoria trocado ao longo de toda a minha vida. Aos meus avós paternos, Maria José e Joaquim, por terem feito parte da minha infância, trago de vocês muitas referências, histórias e significado. Aos meus tios, tias, e primos, que de forma direta ou indireta fizeram parte da minha criação junto aos meus pais, que me criaram para ser o melhor ser-humano que eu poderia ser.

À Rosana dos Roma, Zé dos Roma e Arlete dos Roma, que me trouxeram e dividiram um pouco da trajetória de vida deles. Pude conhecer mais sobre Ouro Fino, e região. Conhecer um pouco mais sobre a história dessa cidade a qual eu fui criada, me permitiu uma maior aproximação afetiva a este local.

Gostaria de agradecer meus amigos do ensino fundamental e médio, Laura, Jivago, Maristela e Maria, por cada almoço compartilhado, por cada prova feita aos fins de semana, e por cada rolê perdido e encontrado que demos ao longo do nosso companheirismo.

À minha amiga, Letícia, por ter me ajudado tanto com colo e filmes durante esta quarentena e momentos de voltar à Ouro Fino. Por nossa amizade à tantos anos, pelas conversas de espanto ou alegria vivenciados de todos os momentos.

Agradeço aos meus grandes amigos Antônio Paulo e Rafa, que me ajudaram, não apenas na minha caminhada de pesquisa para a realização deste trabalho de conclusão de curso, senão muito antes, quando, ainda jovens, acreditávamos que podíamos fazer música e viajar pelo Brasil. Agradeço pelo crescimento conjunto.

A todo o pessoal do Sindicato dos Trabalhadores Rurais sitiado em Ouro Fino, pelas conversas, trocas de informações, vivências e saberes. Por toda a ajuda que me dispuseram para a realização desta pesquisa.

Sou enormemente grata aos meus queridos João Pedro e Guilherme, também amigos do ensino médio, agradeço a cada conversa, cada brisa, cada choro e cada risada trocada. Obrigada, do fundo do meu coração, por fazerem parte do nosso trinômio nesses momentos de coronavírus.

À Gabi, pelo enorme coração de pessoa que você é, que apesar da distância pela pandemia esteve presente de forma sutil e delicada durante esta caminhada.

À todos meus professores de curso, que compartilharam comigo um pouco de cada conhecimentos seus. Levo um pouco de vocês à cada referência encontrada.

À Tatiana, deverás o tempo é solúvel.

À todas as mulheres da minha sala de CPS, Ana Passos, Ana Severo, Gio, Táбата, Gilka, Pacha, Evilyn, Laura, Sofia, Bianca, e especialmente à Luandra (*in memoriam*), por me ensinarem que não somos *uma*, que mulheres não encaixam em apenas um conceito fechado. Nós somos o mundo inteiro e merecemos habitá-lo, ocupá-lo e, o mais importante, vive-lo. Vocês foram e são grandes exemplos pra mim, carrego todas vocês com muito carinho. Seguimos, mesmo que longe, na luta antirracista, antipatriarcal e anticapitalista.

À Gabriel e Angela, ao longo destes três anos de convivência em Foz do Iguaçu e na UNILA, sou muito grata por ter dividido aquele teto no Porto Belo, que apesar da distância atualmente, pude crescer muito nesses anos todos.

À Maíra, professora e companheira, agradeço aos encontros de monitoria, aos encontros do NDE, e a todos os outros embates eu tivemos que enfrentar juntas e acompanhadas.

Agradeço também à meus caros e queridos companheiros de curso e de luta Marina, Stella, Marcus, Eduardo Ueda e Gabriel Aver. Muito obrigada pelo acolhimento na UNILA, pelos trabalhos, pelos debates e assembleias de curso; pelas brisas, cervejas, choros e risadas. Vocês são muito queridos por mim! Que venha muito chão por nossos pés ainda, de resistência e carinho.

À Caique Troilo, sem palavras pelo agradecimento enorme, pelo amor, pela amizade e pelo companheirismo, que desde o primeiro dia de aula eu pude confiar na palavra amigo. Muito, muito, muito obrigada, metade deste TCC eu devo a você. Por cada, conversa, por cada toque, por cada puxão de orelha. Você foi e é muito especial pra mim. Confesso que queria estar me formando do seu lado agora, mas esse diploma eu pego por nós dois. Foz do Iguaçu foi pequeno pra gente. Te amo muito. Agradeço também à Wellington, que durante algum tempo pôde me proporcionar momentos de parceria e pulso firme, mesmo distantes, você é importante para a construção desse projeto, e da pessoa a qual eu busco sempre crescer.

À Sarah, apesar da sua ausência sentida ao longo de 2020, você foi e é uma peça importante dessa pesquisa. Sou muito grata a toda sua atenção, paciência e amor. Obrigada pela sua companhia; te carrego com muito muito carinho.

À Veronica, pela troca de referências, saberes e experiências. Obrigada pelos grupos de estudos, pelas viagens feitas de conhecimento e acolhimento.

À Élen, minha orientadora e grande companheira, professora. Sou muito agrada por toda sua atenção, paciência, carinho e afeto despendidos nesse trabalho. Por toda e cada ajuda que meu deu ao longo de toda a minha graduação, pela sabedoria compartilhada. Pelas lutas divididas. Você é um grande exemplo de força pra mim, agradecimentos ainda são poucos ao tanto que eu sinto por você. Vamos juntas.

E por fim, e não menos importante, a todos aqueles que depositaram em mim de diferentes formas amizades, carinhos, amores e companheirismo.

GOVÊA, Alina Pacheco. **O trabalho doméstico entre as realidades rurais/urbanas e a divisão interseccional do trabalho em Ouro Fino -MG**. 2020. 126 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2020.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo compreender como o trabalho doméstico e reprodutivo se encaixa na dinâmica econômica e social da cidade brasileira de Ouro Fino, no sul do estado de Minas Gerais. Consideramos que é investigando esse trabalho que podemos desvendar o funcionamento das relações e das desigualdades sociais conforme intersecções entre raça, classe e gênero, no âmbito tanto rural quanto urbano. Para isso, mobilizamos as categorias de análise que denominamos como divisão interseccional do trabalho, a fim de repensar tais intersecções que, por sua vez, integram a suposta dicotomia entre os modos de vida do campo e da cidade, através dos diferentes modos de produção social do espaço. Em outras palavras, inscrevemos a realidade ourofinense na dinâmica da divisão interseccional do trabalho que compõe as sociabilidades, sejam urbanas ou rurais, desde o processo de formação espacial, territorial e de cidadania no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho doméstico. Divisão Interseccional do Trabalho. Dicotomia Rural-urbano. Mito do Desenvolvimento. Mito da Democracia Racial. Ouro Fino.

GOVÊA, Alina Pacheco. **El trabajo doméstico entra las realidades rurales/urbanas y la división interseccional del trabajo en Ouro Fino -MG**. 126 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2020.

RESUMEN

El presente estudio tiene como objetivo comprender cómo el trabajo doméstico y reproductivo se encaja en la dinámica económica y social de la ciudad brasileña de Ouro Fino, al sur del estado de Minas Gerais. Consideramos que es investigando dicho trabajo que podemos develar el funcionamiento de las relaciones y desigualdades sociales conforme intersecciones entre raza, clase y género, en el ámbito tanto rural como urbano. Para ello, movilizamos las categorías de análisis que denominamos como división interseccional del trabajo, con el fin de repensar tales intersecciones que, a su vez, integran la supuesta dicotomía entre los modos de vida del campo y de la ciudad, a través de los diferentes modos de producción social del espacio. En otras palabras, inscribimos la realidad ourofinense en la dinámica de la división interseccional del trabajo que compone las sociabilidades, sean urbanas o rurales, desde el proceso de formación espacial, territorial y de ciudadanía en Brasil.

PALABRAS CLAVE: Trabajo doméstico. División interseccional del trabajo. Dicotomía rural-urbano. Mito del desarrollo. Mito de la democracia racial. Ouro Fino.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1a – Distribuição percentual da população, segundo cor/raça - Brasil - 1995, 2005, 2015	116
Tabela 1b – Taxa de desocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, segundo cor/raça e localização do domicílio - Brasil, 1995 a 2015	116
Tabela 1c – Taxa de participação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, segundo cor/raça no Brasil - 1995, 2005, e 2015	117
Tabela 2 – Distribuição percentual da população residente, por localização do domicílio, segundo cor/raça - Brasil – 2015.....	117
Tabela 3 – Taxa de escolarização líquida, por sexo, segundo cor/raça e nível de ensino - Brasil – 2015	118
Tabela 4 – Taxa de desocupação das pessoas com 16 anos ou mais de idade, por sexo, segundo cor/raça e grupos de anos de estudo - Brasil – 2015.....	118
Tabela 5a – Proporção de Trabalhadores/as Domésticos/as no Total de Ocupados, por Sexo, segundo Cor/Raça - Brasil – 2015.....	119
Tabela 5b – Distribuição percentual da população feminina ocupada com 16 anos ou mais de idade, por cor/raça, segundo localização do domicílio e posição na ocupação - Brasil- 2015	120
Tabela 6 – Proporção de Trabalhadoras Domésticas que Possuem Carteira de Trabalho Assinada, segundo Cor/Raça - Brasil – 2015	120
Tabela 7 – Minas Gerais: População Escrava, por regiões. 1873-1886.....	77
Tabela 8 – População residente, por sexo e situação do domicílio.....	122
Tabela 9 – População residente por cor ou raça, sexo, situação do domicílio e grupos de idade - Amostra - Características Gerais da População	122
Tabela 10 – População residente, por cor ou raça.....	123

Tabela 11 – Outros Indicadores de renda, por sexo e cor, calculados com base em registros administrativos – Ouro Fino/MG – 2015 e 2016.	123
Tabela 12 – Situação ocupacional da população de 18 anos ou mais, por sexo e cor no município - Ouro Fino/MG - 2000 e 2010	124
Tabela 13 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade por cor ou raça, condição de atividade na semana de referência e grupos de idade	124
Tabela 14 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade por grupos de idade, condição de atividade na semana de referência, sexo e situação do domicílio	87
Tabela 15 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade por grupos de idade, condição de atividade na semana de referência, sexo e situação do domicílio	87
Tabela 16 – Indicadores de Vulnerabilidade no Município – Ouro Fino/MG – 2000 e 2010.	125
Tabela 17 – População Escrava dos Municípios Sul-Mineiros.....	95
Tabela 18 – População do Núcleo Colonial de Inconfidentes (1910-1918).	96
Tabela 19 – Distribuição da força de trabalho por categorias profissionais segundo sexo e condição, Sul de Minas Gerais – 1872.	97

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da região do Sul de Minas.....	75
Figura 2 – Mapa de Ouro Fino – MG.....	80
Figura 3 – Situação ocupacional da população de 18 anos ou mais de idade no município - Ouro Fino/MG – 2010	126

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. POR DEBAIXO DA POEIRA DO CAMPO E DA CIDADE: APONTAMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO TEÓRICA.....	22
2.1 SOBRE A IDEIA DA HOMOGENEIZAÇÃO DA CIDADE SOBRE O CAMPO.....	23
2.2 DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	33
3. INTERSECCIONALIDADE EM PERSPECTIVA: A PERSISTÊNCIA DAS DESIGUALDADES NA SOCIEDADE BRASILEIRA	43
3.1 POR QUE FALAREMOS DE INTERSECCIONALIDADE?	44
3.2 A DIVISÃO INTERSECCIONAL DO TRABALHO:	51
3.3 O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL:	60
3.4 AS INTERSECCIONALIDADES NO TRABALHO DOMÉSTICO: AS PARTICULARIDADES DO CONTEXTO LATINOAMERICANO	69
4. HISTÓRIAS MAL DITAS E NÃO DITAS DE OURO FINO: UMA ANÁLISE DO TRABALHO DOMÉSTICO NA CIDADE DE OURO FINO, MINAS GERAIS.....	72
4.1 CONTEXTUALIZANDO A REGIÃO SUL-MINEIRA: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E POLÍTICOS DA IMPORTÂNCIA DO ABASTECIMENTO INTERNO E DA REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....	75
4.2 A HISTÓRIA (QUE SE CONTA) DE OURO FINO: ELEMENTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS SOBRE A FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CIDADE	82
4.3 A LÓGICA RURAL POUCO SE DIFERENCIA DA URBANA: A REPRODUÇÃO DO TRABALHO COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL PARA A REPRODUÇÃO DO SISTEMA ECONÔMICO	86

4.4 TRABALHO DOMÉSTICO E RELAÇÕES PATRIARCAIS-RACISTAS: APONTAMENTOS PARA A ANÁLISE DA DIVISÃO INTERSECCIONAL DO TRABALHO EM OURO FINO.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS	111
ANEXO A – CAPÍTULO 3	119
ANEXO B – CAPÍTULO 4.....	125
ANEXO C.....	129

1. INTRODUÇÃO

As relações patriarcais centradas na divisão e hierarquização entre gênero, raça e classe, persistem como relações sociais e de trabalho no campo e na cidade. Isso se mostra na presença de todas as mulheres; em suas posições políticas e sociais na divisão interseccional do trabalho e pela dependência socioeconômica delas, em relação aos seus pais e/ou cônjuges. As mulheres são destinadas à esfera privada, às tarefas do trabalho doméstico e aos cuidados, tidas como suas “obrigações naturais” à família e à sociedade, acabam que por tomar grande parte de seus tempos para as tarefas de reprodução da vida. Mas que, no entanto, mesmo fazendo parte da organização produtiva de suas famílias, trabalhando fora de casa, as atividades domésticas não deixam de estarem presentes.

O interesse dessa pesquisa surge com a necessidade de se problematizar a separação entre público e privado no meio rural, sendo o trabalho doméstico destinado às mulheres como seu destino social, e conseqüentemente, o mascaramento e a invisibilidade do mesmo como desvalor econômico e político. Deste modo, buscar-se-á analisar as relações patriarcais que, apesar de serem mais evidentes na cidade, persistem no campo de modo ainda mais latente; uma vez que, historicamente, as atividades realizadas por mulheres, no campo, são consideradas extensão do trabalho doméstico (FARIA, 2009; 2011). Além disso, destinou-se a pensar de modo crítico as questões socioeconômicas e políticas sociais que, atualmente, designam medidas para diminuir as desigualdades sociais e de gênero no campo às famílias rurais; mas, de certa forma, funcionam à manter e estruturalizar relações sociais que possuem suas raízes notórias em um passado escravocrata. A pesquisa é realizada em uma cidadezinha no interior de Minas Gerais, Brasil, chamada Ouro Fino, no Sul da região mineira.

Esta realidade de desigualdades sociais, disparidades entre zonas rurais e urbanas, diferenciação econômica entre população branca e população negra, entre os sexos etc.; é algo que atravessa a vida de todo e qualquer latino-americano. Portanto, eu enquanto cientista social e politóloga não escapo desta realidade. Assim, sendo eu mulher, branca, de classe média, nascida no Rio, mas desde muito nova mudei para Minas Gerais, é deste lugar que eu falo. Com o passar do tempo de experiências e estudos, a aproximação com o tema sobre o trabalho doméstico não apenas por revelar a tensão social a partir da suposta harmonia social entre as raças, mas também da desigualdade entre os sexos me despertaram a atenção. Além disso, creio de suma importância e de responsabilidade política a capacidade de

criticidade científica não apenas temas de assunto macrossociais, mas que sejamos capazes de criticar e tensionar nossos privilégios e condições sociais.

Esta investigação também surgiu como fruto da participação do grupo de pesquisa sobre Trabalho Doméstico e Justiça em Foz do Iguaçu e região de fronteira (2018-2020) e com o projeto de extensão “Trabalho Doméstico Tem Valor!” (2017-2019). Tem como objetivo analisar e investigar as atividades de trabalho doméstico na cidade de Ouro Fino (MG) e região, bem como suas condições de vida e de trabalho. Pretende-se localizar, também, quais são as mulheres que realizam esta função, se são mulheres que vivem no rural ou no urbano e onde é a realização desta atividade, se é na cidade ou no campo.

Para isso, é necessário questionar vários temas. Dentre eles, o desafio de definir o rural e o urbano. Dentro do debate sociológico clássico acadêmico, surgem como espaços de aglomerações sociais distintos em suas manifestações sociais e de seus modos de produção. Estudarei, em especial sobre a territorialização do estado de Minas Gerais, onde pesquisas históricas abordam o fato da região territorial do espaço mineiro ter sido delineada de acordo com as atividades econômicas de cada “microrregião”; isto é, a diferenciação das atividades econômicas do território mineiro trouxe, em seu debate acadêmico, a dicotomia entre espaços urbanos e espaços rurais (CUNHA e GODOY, 2003). No entanto, como trata-se de uma cidade referente à uma região específica dentro do estado mineiro, trataremos a formação sociopolítica e econômica do Sul de Minas Gerais, região esta que se destinou, desde os tempos da mineração pelo território, à uma produção de alimentos para abastecimento intra e interprovincial, como também de abastecimento interno para a Coroa (PASCOAL, 2007; CASTILHO, 2009).

A Sociologia rural, assim como a Sociologia urbana, em suas análises mais clássicas, se debruça nas questões econômicas e sócio-históricas acerca das especificidades das realidades entre o campo e a cidade. As duas formas de aglomerações sociais apontam que os dois espaços se diferenciam pelas manifestações sociais e pelos modos de produção. A cidade está atrelada a visão do “moderno”, de atividade econômica industrial, que também apresenta a divisão social de trabalho e modos de produção de viés industrial, olhar distinto do campo. Este último está formado por uma realidade específica voltado à agricultura e o “atraso social e econômico” (BIAZZO, 2008).

Pretende-se, ao longo deste trabalho, abordar a ideia construída do espaço urbano como o espaço industrial e moderno, em tecnologias e divisão do trabalho. Esta ideia de “desenvolvimento intensivo da urbanização” não se faz presente na maioria das realidades econômicas e sociais dos países em que se constituíram às raízes de uma lógica colonial e de

dominação. Os países latino-americanos desenvolveram um capitalismo próprio, dependente política e economicamente dos países do norte industriais, baseado em uma economia agrícola e agropecuária (MARINI, 2008). A diferenciação entre rural e urbano faz parte de uma construção ideológica e discursiva de manutenção de uma hegemonia - branca e masculina. A subordinação do campo pela cidade se mantém justamente para conseguir manter os modos de produção do capital.

Outro tema que pretendemos abordar ao longo deste trabalho é da ideia de que o modo de produção capitalista, a divisão social do trabalho se respalda, na realidade, em uma divisão sexual do trabalho, pela separação e hierarquização das tarefas desempenhadas por homens e mulheres (KERGOAT, 2010). Contudo, pensar apenas em divisão sexual do trabalho é insuficiente para a realidade brasileira que durante quatro séculos respalda suas relações sociais em vínculos de trabalho de servidão e escravização de populações africanas e originárias. Nossa pesquisa, portanto, pretende-se pensar as relações sociais no campo, e da cidade, a partir das relações coloniais e patriarcais, desde os tempos da colônia, até os dias de hoje, persistentes como sociabilidades e modo de vida. Consideramos, portanto, que a questão da divisão sexual do trabalho, na América Latina, é atravessada pela divisão racial do trabalho (QUIJANO, 2005; LUGONES, 2008).

Denominaremos, ao longo desta pesquisa, esta divisão da sociedade como divisão interseccional do trabalho, pois acreditamos que a partir deste conceito podemos compreender essas identidades subalternas e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna entre patriarcado, racismo e capitalismo (AKOTIRENE, 2019). Desse modo, é fundamental a criticidade política desde a interseccionalidade, perspectiva do movimento das mulheres negras, a fim de compreender a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinação e exploração de gênero, raça e classe. Matriz colonial essa estruturante da ordem social ocidental, que orienta e reorienta a acumulação do capitalismo. Hierarquizam e separam o trabalho e a subjetividade, além da diferenciação entre homens e mulheres, mas a partir da cor de pele; entre brancos e negros, “indígenas” e brancos. As lutas das mulheres bem como a luta pela terra, possui suas origens históricas desde o primórdio da colonização (FEDERICI, 2017). Pois se quebram os valores culturais tradicionalmente destinados a terra e da natureza das populações em diáspora e originárias da América Latina. Introduzem novas divisões sociais entre homens e mulheres, assim como entre negros e “indígenas” com brancos; subordinando e explorando os trabalhos não remunerados dessas subjetividades e corpos por “seus senhores” brancos e heterossexuais.

A historicidade das relações sociais nos permite entender a importância da agricultura de subsistência na luta das mulheres pela terra, uma vez que este trabalho é exercido, em sua maioria, pelas mulheres e é considerado como “ajuda” aos seus familiares ou cônjuges, compreendido como extensão do trabalho doméstico (FARIA, 2009), da mesma maneira que se negam a considerar o trabalho doméstico não remunerado, atribuído às mulheres, como trabalho. Logo, o trabalho doméstico é ainda mais desvalorizado no campo. Enquanto o trabalho doméstico, bem como as atividades das mulheres no meio rural são considerados como “ajuda”, serão desvalorizados economicamente como não produtor de valor. As relações patriarcais e racistas continuaram a se manter como relação social capitalista. É necessário politizar o trabalho exercido pelas mulheres, exaltando sua importância e seu valor social para a reprodução de todo o modo de vida. Assim como o trabalho doméstico, a questão da terra e a agricultura de subsistência, acaba por ser considerada uma atividade “improdutiva”, “antieconômica”, já que em sua maior parte é um trabalho não assalariado e, frequentemente, produzido em pequenas propriedades (FEDERICI, 2013).

Assim, busca-se pensar a criação das diferentes “divisões coloniais” (SHIVA e MIES, 2014), recorrentes do binarismo e divisões da sociedade, entre homens e mulheres, desenvolvidos e subdesenvolvidos, rural e urbano, negros e brancos, que se faz a partir da diferenciação entre o público e o privado, trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. Assim, historicamente, o trabalho doméstico foi responsável pelo trabalho reprodutivo e de (re)produção da força de trabalho, e, até mesmo dos modos de produção (ÁVILA, 2008; FEDERICI, 2010; 2017; LAUTIER, 2003). O trabalho produtivo, no âmbito do público e político é destinado aos homens pois este é capaz de produzir valor, ao passo que, o âmbito doméstico, de produção das condições de vida, é destinado às mulheres, devido sua “incapacidade” de produzir riquezas, já que seu trabalho possui caráter afetivo e de responsabilidade familiar. Pensaremos, assim, o trabalho doméstico como o trabalho que, ainda nos dias de hoje, não foi modernizado o bastante ao ponto de ser substituído por máquinas, além dele ser contínuo tanto no campo quanto na cidade. Portanto, é fundamental para a investigação, já que o trabalho doméstico possui valor social, moral, político e histórico (SCHNEIDER, 2016). Logo, é importante analisar o trabalho doméstico como produtor de valor, também no espaço rural, sendo este um terreno fértil a ser explorado, sobretudo pela Sociologia, nas temáticas femininas e de relações de gênero, bem como racial.

Nas últimas décadas, o fomento ao “desenvolvimento rural”, o qual incitou o surgimento de consideráveis trabalhos acadêmicos analisando o rural ressignificado

(CAMARGO e OLIVEIRA, 2012; CARNEIRO. M, 1998) devido a revitalização de algumas áreas rurais em desenvolvimento de atividades não agrícolas, minimizou a agricultura como forma específica de ocupação. Em razão da ocupação de espaços de discussão e empoderamento de novos atores sociais em espaços políticos fomentou-se promoções de políticas públicas, nacionais e internacionais, destinadas a melhores condições de vida, moradia, saúde e educação, como também à igualdade de gênero no âmbito social e trabalhista. Assim, como o desenvolvimento no campo e os avanços tecnológicos, novas formas de ocupação vêm surgindo no meio rural, denominando-se “pluriatividade”¹ a combinação entre trabalhos agrícolas e as atividades exercidas fora de casa (SILVA e SCHNEIDER, 2010). Esta forma de ocupação em atividades não agrícolas vem ganhando mais espaço no meio rural principalmente pela inserção das mulheres no mercado de trabalho em atividades não agrícolas, sendo este um terreno ainda pouco explorado pelas acadêmicas e acadêmicos. No entanto, vale a pena questionar-se quais os tipos de trabalhos são acessíveis e destinados à estas mulheres. Consideramos que o termo acaba que invisibilizar algumas atividades que são fundamentais para a reprodução da força de trabalho, que é o caso do trabalho doméstico. Justamente por ter sido a ocupação que mais cresceu nas famílias “pluriativas” no meio rural (NASCIMENTO, 2002).

As autoras Camargo e Oliveira (2012) dão ênfase para como a forma familiar de produção na região de Ouro Fino vem dando uma ruralidade plural a qual mostra a dificuldade de delimitar fronteiras entre o rural e o urbano, devido ao compasso de mudanças nas relações sociais e de trabalho, se faz desejar uma pesquisa pormenorizada sobre as atividades econômicas do trabalho doméstico, geralmente exercido por mulheres na região. Pois, como apresenta Nalu Faria (2011), a falta de mapeamento de dados sobre o trabalho doméstico permite apontar que este é um desafio fundamental em colocar sua responsabilidade de forma compartilhada. Já que outros dados existentes sobre a jornada de trabalho das mulheres e o conhecimento a partir da percepção da experiência cotidiana indica centralidade desse tema (FARIA, 2011).

Voltarei os olhos à questão da ruralidade como orientação de análise dos agentes sociais e não mais pelo espaço geográfico, uma vez que o rural e o urbano desaparecem e se tornam inúteis como questões sociológicas (CARNEIRO, 1998), no entanto,

¹ "definida pela combinação entre o trabalho agrícola e as atividades fora da propriedade – não representa um fenômeno inteiramente novo, uma vez que é sabido que os agricultores sempre mantiveram a combinação em múltiplas ocupações (SILVA e SCHNEIDER, 2010, p. 184).

não será a ruralidade ourofinense o objeto de pesquisa, senão as relações coloniais-patriarcais que permeiam a realidade da cidade. Tenho Ouro Fino e região como campo de análise, e focalizo a pesquisa para a permanência do trabalho doméstico como relação social e de trabalho. Minha questão de pesquisa é: como pensar o valor do trabalho doméstico, como atividade produtiva, para a categoria rural? Por mais que haja diferentes culturas do rural e do urbano, a relação do trabalho doméstico ainda persiste nestes dois meios sociais, justamente por essa atividade ser responsável não apenas pela reprodução dos modos de produção, mas, principalmente, pela reprodução dos modos de vida.

No caso da cidade de Ouro Fino (MG) e região tem suas origens históricas na forma de ocupação territorial acerca da exploração do ouro aluvião, explorada pelos bandeirantes paulistas, no final do século XVI. Após a abolição da escravidão, no fim do século XIX, com a instalação de imigrantes europeus, se dá início a exploração do solo para plantação de café destinado ao mercado externo, para abastecer as grandes cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (CAMARGO, 2010; CAMARGO e OLIVEIRA, 2012). Tendo em vista o contexto político e econômico da cidade, nossa pesquisa busca pensar o quadro do trabalho doméstico na cidade de Ouro Fino, bem como este se encaixa na realidade de desigualdades sociais decorrentes da divisão interseccional do trabalho.

A cidade de Ouro Fino, no século XVIII, foi considerada umas das cidades mais potentes em quesitos de cultura e política, já que sua economia prosperava principalmente com a cultura cafeeira até por volta de 1930, com a crise do café. Pesquisas foram feitas acerca a territorialização espacial de Ouro Fino no que tange às diferenças econômicas voltadas ao mercado como agricultura de grãos para a exportação e produção agropecuária, para abastecimento interno das regiões. Outras pesquisas, dentro do campo da Agronomia, analisam a infraestrutura de saneamento básico, planejamento urbano, saneamento ambiental, etc. No entanto, a escassez de trabalhos acadêmicos sobre as formas de ocupação e de trabalho das famílias e populações locais se mostra uma oportunidade para realização de novas pesquisas, de cunho sociológico, especialmente na forma de ocupação das mulheres na região.

O pouco interesse de pesquisas sobre o trabalho realizado por mulheres na região, chama a atenção para a iniciativa da pesquisa, uma vez que Inconfidentes, que está localizada na região de Ouro Fino, tendo sua independência apenas em 1958, sendo àquele distrito de Ouro Fino no começo do mesmo século, é considerada a capital nacional do Croché. Artíficio este realizado apenas manualmente e, em sua maioria, por mulheres. Há falta de interesse da importância do trabalho doméstico para a região; bem como as suas

condições de realização e por quem seriam as mulheres, de zonas rurais ou urbanas, que realizam este serviço.

Este trabalho será dividido em quatro partes. Na primeira será feito um sobrevoo sobre o debate da “dicotomia” entre rural e urbano, como uma criação social do espaço, a partir de uma perspectiva feminista. A fim de problematizar e questionar a construção da hierarquia do espaço, onde o rural está submetido ao urbano, Além disso, buscou-se pensar criticamente esta construção de uma ideia de “desenvolvimento”, onde o rural é atrasado e o urbano o modelo, fomentam as relações de poder e discursos ideológicos os quais submetem corpos e vidas à um sistema econômico de exploração, dominação e subalternização.

No segundo capítulo, abordaremos a temática do interseccionalidade, ou melhor, da divisão interseccional do trabalho. Pois, a ideia de uma hierarquização do espaço se faz a partir de complexas relações sociais, as quais não se inscrevem somente entre homens e mulheres, mas também, entre grupos hierarquizados racialmente. Assim, buscamos relacionar a dicotomia rural-urbano com as tensões raciais presentes na sociedade brasileira. Pois, pretendemos elucidar que, nos países colonizados, o processo de colonização foi por si só o início do capitalismo global ocidental e que, portanto, no caso brasileiro, o campo, o agrário, e o rural já se valiam de uma estrutura econômica de opressão e dominação, racial e de gênero, antes mesmo da chegada da urbanização e o processo de modernização do país.

Por fim, no terceiro capítulo, buscamos analisar a história oficial de Ouro Fino, levantando elementos socioeconômicos e políticos da cidade e da sua região pertencente, sul de Minas; a fim de pensar a construção social do espaço público e do espaço privado. Além de relacionar a formação histórica de Ouro Fino, a partir da organização social a qual chamamos de divisão interseccional do trabalho, e como esta estrutura as relações sociais na cidade. Portanto, será subdividido, posteriormente, em quatro partes: a primeira, a formação político e econômica da região do Sul de Minas Gerais, a qual desde os tempos da mineração do estado mineiro, se destinou à produção de materiais de subsistência das próprias regiões mineradoras e de abastecimento interno inter e intraprovincial; na segunda, abordarei a história oficial contada sobre a cidade de Ouro fino, a partir da visão de dois grandes renomados cronistas da cidade, a saber Aureliano Leite e Pompeu Rossi. O terceiro elucidarei os elementos necessários para se investigar sobre a separação entre um público e um privado, entre economia produtiva e de reprodução, para assim elucidar melhor a questão do trabalho doméstico e da economia de reprodução como fundamental para a reprodução de todo o sistema econômico, e como o trabalho doméstico pode ser essencial para a economia

de Ouro Fino. Por fim, o quarto e último tópico, pensarei a divisão interseccional do trabalho na cidade, em como as relações patriarcais-racistas, desde os tempos coloniais, perpassam e atravessam a realidade de Ouro Fino até os dias de hoje. De que forma o trabalho doméstico se encaixa na realidade econômica da cidade, como resquício colonial de relação social e de trabalho, se relaciona e influencia nas condições de trabalho e de vida das trabalhadoras. Por fim, no último capítulo traremos as considerações finais da investigação, objetivos esperados e alcançados, bem como a avaliação da pesquisa realizada.

A metodologia desenvolvida para a presente investigação, inicialmente, foi pensada para a realização de procedimentos de triangulação metodológica, com seleção de textos e materiais de significantes da vida social, a partir da qual elaboraríamos um corpus de pesquisa textual e linguístico (AARTS e BAUER, 2002); podendo captar e atribuir compreensão a realidade social estudada e conferindo à pesquisa um resultado qualitativo. Para isso, a princípio, escolhemos o método de Entrevista em Profundidade, uma vez que para tal, é indispensável a abertura, focalização e profundidade segundo o universo cultural das entrevistas para descobrir os diversos sentidos locais (GUBER, 2005), acompanhado de diários de campo e etnografia (FLICK, 2009) para melhor compreender os processos das relações sociais do grupo entrevistado, desde uma perspectiva interna do grupo, seguida da análise de conteúdo das mesmas. Pretendeu-se realizar pelo menos cinco entrevistas com trabalhadoras domésticas, diaristas ou de vínculo duradouro, e; ou trabalhadoras produtivas agrícolas que realizam o trabalho doméstico dentro ou fora de casa. A pesquisa seria realizada na cidade de Ouro Fino, sejam elas residentes de bairros rurais com vínculo trabalhista no espaço urbano, ou vice versa. Para assim, analisar qual a situação do emprego doméstico na região. No entanto, devido ao cenário internacional pandêmico causado pela Covid-19, o método das entrevistas teve que ser passado adiante, sem que fosse possível elucidar melhor a questão do trabalho doméstico em Ouro Fino, em termos qualitativos, a partir da perspectiva de vida das próprias trabalhadoras domésticas. Faltando, assim, os resultados qualitativos de focalização atribuindo sentido à realidade das trabalhadoras. O impacto da pandemia pelo Covid-19, afetou na metodologia inicialmente pensada, e foi necessário, ao longo do caminho, a reconversão da metodologia planejada.

Por estes motivos, a pesquisa que foi desenvolvida consiste em uma análise de documentos e textos produzidos na cidade e análise de dados do IBGE e dados secundários. Portanto, tivemos que nos atentar mais aos dados fornecidos pelo IBGE, PNAD, e de outros dados oferecidos por plataformas digitais sobre a cidade, realizando assim a análise de dados quantitativos acerca da problemática que rodeia a questão da pesquisa. Conjuntamente,

analisamos os dados historiográficos e textos históricos sobre a cidade, bem como a tentativa de comunicação com órgãos sindicais da cidade, como o Sindicato dos Trabalhadores, e o outro Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ouro Fino, além da ida ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Ouro Fino. No entanto, justamente devido à pandemia, obtemos comunicação apenas com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais que, contudo, expressaram não possuírem o mapeamento dos beneficiários dos sindicatos entre raça/cor e sexo.

Portanto, gostaríamos de esclarecer que, devido à toda essa inacessibilidade, tanto aos dados dos órgãos sindicais na cidade, quanto não terem dados os suficientes fornecidos pelo IBGE e PNAD em relação ao trabalho doméstico, em específico na cidade de Ouro Fino, nossa pesquisa possui uma certa limitação de dados, justamente por terem sido praticamente garimpados por mim. Por esta razão, há dados de diferentes períodos e de diferentes fontes de coleta para que se pudesse ser analisado nosso objeto de pesquisa. Destacamos, portanto, que a falta de dados adquiridos, diretamente se relacionam com a urgência da importância da pesquisa para a cidade e região, devido a falta e escassez de dados oficiais e pesquisas acadêmicas referentes sobre o tema, acabam que invisibilizar o trabalho doméstico exercido em contextos rurais. Pois, se há algum *continuum* urbano pelo rural, ou de os conflitos e contradições presentes nas especificidades das ruralidades e urbanidades, estes se fazem presentes na divisão sexual e racial do trabalho, na persistência do trabalho doméstico como um trabalho gratuito, exercido no âmbito da casa, pelas mulheres, para a reprodução da força de trabalho de seus maridos e filhos, e para sua própria reprodução. Eis, então, a problemática que buscamos elucidar ao longo deste trabalho de conclusão de curso, vejamos...

2. POR DEBAIXO DA POEIRA DO CAMPO E DA CIDADE: APONTAMENTOS PARA UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

O objetivo deste capítulo é levantar apontamentos para uma discussão teórica acerca da ideia da separação entre rural e urbano, como diferentes espaços, mas que se constituem a partir de uma específica e complexa divisão social do trabalho. Já que a escolha do nosso campo de pesquisa é a cidade de Ouro Fino, região Sul de Minas Gerais, é necessário levar em consideração o processo de regionalização do espaço mineiro devido à diferenciação de suas atividades econômicas se desenharem em caminhos entre um rural-urbano (CUNHA e GODOY, 2003). Apesar do debate da sociologia rural acerca dos modos de produção agrícola ter perdido espaço para o debate das tradições e modos de vida rurais; o enfoque da nossa pesquisa está no debate e discussão da ideia de que há uma tensão campo-cidade, mas que, no entanto, se constrói a partir das relações sociais de trabalho dos diferentes grupos invisibilizados, mascarados e massacrados para o “desenvolvimento próspero” da América Latina no cenário econômico internacional.

Partiremos de uma perspectiva feminista para a análise desta divisão sexual e social do trabalho em que se constitui e se estrutura nos espaços rural e urbano. Este tipo de divisão social do trabalho respaldada em relações entre indivíduos, a partir do sexo, são nós que caminhamos a passos juntos com os processos da industrialização da sociedade moderna europeia e, conjuntamente, os modos de produção e os modos de vida ocidental - como modo de sociedade (civilizada) a ser seguido. Já que na origem do debate clássico da sociologia rural e urbana, parecia que a industrialização seria algo inevitável e homogeneizador da sociedade.

Neste capítulo pretendemos entender o conflito rural-urbano não como espaços diferentes, mas sim, das relações que permeiam os dois espaços respaldados em uma divisão social. Esta divisão se deu a partir de uma lógica específica e complexa do contexto de colonização e escravização dos povos originários e africanos trazidos às Américas. Bem como da acumulação de riqueza do trabalho não remunerado e mal pago das mulheres no âmbito privado da casa. Assim, temos como tema de pesquisa o trabalho doméstico e o trabalho reprodutivo, realizado em sua maioria por mulheres, no meio rural, e como as relações patriarcais-racistas acabam intensificando a divisão social do trabalho no campo, mantendo e reproduzindo as desigualdades sociais e políticas.

2.1 SOBRE A IDEIA DA HOMOGENEIZAÇÃO DA CIDADE SOBRE O CAMPO

“O pobre, não tendo condição de viver dentro da cidade, só poderia viver no campo para ser espoliado. É por isso que eu digo que os fornecedores de habitantes para as favelas são os ricos e os fazendeiros. Se eles consentissem que plantássemos feijão e arroz no meio do cafezal, até eu voltaria para o campo. A terra onde está plantado o café é fértil, é adubada. O feijão dá graúdo, e o arroz também. [...] O fazendeiro tem uma atenuante: -as terras são minhas, eu pago imposto. Sou protegido pela lei. É um ladrão legalizado. E o colono vem para a cidade. Aqui ele transforma-se. O homem Simples não sabe mais amainar a terra. Sabe trabalhar na indústria que já está enfraquecendo. E as fazendas também. Atualmente, há uma minoria para trabalhar na lavoura e uma maioria para consumir. Mas o povo miúdo lutou muitas vezes para ver se conseguia viver na lavoura. São incriticáveis. O país que tem mais terras no globo é o Brasil; portanto, o nosso povo já deveria estar ajustado.”

Carolina Maria de Jesus, O diário de Bitita.

Para abordar o tema do trabalho doméstico no meio rural e seu valor social e político nos deparamos com a necessidade de se problematizar vários temas. Um primeiro desafio é a definição de urbano e rural. A modernização associada à urbanização, nos estudos formulados no tocante à realidade europeia, destacam o fim do rural e a homogeneização dos dois espaços a um continuum dominado pelo urbano (CARNEIRO, 1998). É a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura e sua concomitância à interiorização das indústrias e à modernização da sociedade urbana e rural, que a teoria da urbanização passa a ser elaborada. Colocando ênfase na integração dos dois espaços através das trocas cada vez mais intensas entre a sociedade urbano-industrial e as pequenas aldeias rurais.

O estado de Minas Gerais, Brasil, segundo os autores Godoy e Cunha (2003), deve ser analisado e estudado a partir da realidade econômica estruturada em uma sólida análise regionalizada, a fim de vislumbrar o caráter dinâmico e do processo histórico de ocupação da região mineira dos séculos XVIII e XIX. Para estes autores, o primeiro desenho urbano de Minas se inscreve em um processo complexo de produção social do espaço. Isto é,

“o urbano que se conforma a partir do espaço da ‘cidade mineradora’, responderia desde logo a um conjunto de forças internas e externas ao território das Minas, que diferenciariam regiões e muito cedo se pronunciariam sob a forma de uma complexa relação campo-cidade” (CUNHA e GODOY, 2003, p. 2). Tratava-se, portanto, da progressiva “regionalização” do território a partir da diferenciação e especialização das atividades econômicas.

Nesta complexa relação entre campo-cidade, a urbanização de Minas é impulsionada pela extração das grandes jazidas. “É o ouro que promove a formação urbana, o adensamento populacional, o ensejo da presença da coroa, bem como a existência de muitas outras atividades econômicas que lhe cumprem um papel de apoio” (CUNHA e GODOY, 2003, p. 3). Portanto, a regionalização da Capitania mineira se constitui das diversas atividades produtivas e econômicas, inscreve sua formação urbana a partir do modo de produção, isto é:

Considera-se aqui a economia de Minas Gerais como o conjunto dos modos de produção, escravista e familiar, existentes no seu interior. 'Minas Gerais' apresenta-se como um espaço no qual processos econômicos diversos fundam diversas articulações econômicas regionais. Por conseguinte, suas diferentes 'regiões' são recortadas por padrões diferentes de circulação de bens (CARRARA, 2000, p. 50).

Deste modo, já que a formação das regiões urbanas e rurais de Minas Gerais se articulam junto dos modos de produção, é necessária a retomada do debate clássico da sociologia rural, e da sociologia urbana, para repensar estes caminhos e tensões, desenhadas na história mineira, entre campo-cidade, no que diz respeito à urbanização, industrialização e as relações sociais das quais estão inscritas os modos de produção da sociedade capitalista.

Um dos autores europeus a se debruçar sobre a urbanização com a diferenciação dos espaços, ou melhor, sobre o tema da produção social do espaço é Henri Lefebvre (2011), em um viés marxista, e, contrário ao debate evolucionista de sua época, defende a descontinuidade da história. Destacava a comunidade rural como uma forma de organização social que reaparece em cada modo de produção. O autor não percebia a sociedade rural como autônoma, embora o espaço rural fosse perceptivo durante os processos históricos (BIAZZO, 2008). Deste modo, desenvolveu a teoria de produção do espaço, como uma projeção da sociedade sobre um local (LEFEBVRE, 2011).

Assim, Henri Lefebvre analisa a cidade ligada ao seu modo de produção, e defende que os processos de urbanização, ligados à modernização, levariam ao fim do rural. Sendo a industrialização como ponto de partida da problemática da urbanização; e que o “tecido urbano” traz em seu bojo econômico um modo de vida. Deste modo, manifesta-se um movimento geral de concentração, o qual o autor chama a este fenômeno de despovoamento

do campo ou “descamponização”. Isto é, colocando o fenômeno da urbanização em perspectiva dos campos e dos “antigos sistemas agrários”, pois, é assim que “trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos” (LEFEBVRE, 2011, p. 19).

Lefebvre se vale da análise de Marx sobre a propriedade privada como um princípio organizador e primitivo de acumulação e da produção capitalista, em relação ao antigo sistema feudal de produção, uma vez que a expropriação da população rural permitiu criar imediatamente apenas proprietários de terras (MARX, 2013); liberando força de trabalho, antigamente empregada no campo, agora em migração para a cidade, em benefícios dos capitalistas industriais. Assim, o fenômeno da urbanização faz com que “atos e agentes marcaram as cidades, mas o mesmo fizeram as relações impessoais de produção e de propriedade, e por conseguinte as relações entre classes e as relações de lutas entre classes, portanto ideologias [...]” (LEFEBVRE, 2011, p. 60-61). Deste modo, as cidades, no seio da sociedade moderna, são caracterizadas pela industrialização (LEFEBVRE, 2011), marcando as relações sociais de produção e de conflito de classes. Mais ainda, “nos países industriais, a velha exploração do campo circundante pela cidade, centro de acumulação de capital, cede lugar a formas mais sutis de dominação e de exploração, tornando-se a cidade um centro de decisão e aparente associação. Seja o que for, a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o [...]” (LEFEBVRE, 2011, p. 74).

O autor faz então uma certa separação entre cidade e campo, a qual deriva de uma relação entre natureza e cultura; e que a natureza como tal escapa da ação racionalizada, e que o campo é um lugar de produção e de obra.

“A produção agrícola faz nascer produtos; a paisagem é a obra. Esta obra emerge de uma terra lentamente modelada, originalmente ligada a grupos que a ocupam através de uma recíproca sacralização que é a seguir profanada pela cidade e pela vida urbana. [...] O essencial é o movimento complexo pelo qual a cidade política utiliza o caráter sagrado-maldito do solo a fim de que a cidade econômica (comercial) o profane. (LEFEBVRE, 2011, p. 73).

O autor considera o fenômeno do urbano algo mundialmente inevitável. Em relação ao campo, espaço ligado à natureza, e ao tipo de relação (sacra) com a terra, e como a produção agrícola é profanada pela utilização (econômica) dela na cidade. A vida urbana penetra a vida camponesa, contudo, em escala global, o conflito entre cidade campo está longe de ser resolvido. Pois, no cerne desta separação e contradição cidade-campo está a divisão social do trabalho (LEFEBVRE, 2011). Bem como, é na cidade que se intensificam as relações de produção e relações de classe e conflito das relações de classe, no seio da sociedade industrial.

No entanto, como o próprio autor aponta, pensar que esse processo se estende pelo planeta de forma igual e homogênea é um equívoco. Pois, ser urbano não tem como consequência, inevitavelmente, a industrialização. Isto é, a ideia de urbanização crescente no campo reflete uma certa dinâmica na sociedade estudada e vivenciada pelos autores que se destinaram a estudarem elas, ou seja, refletem uma dinâmica de sociedade europeia. Se na própria realidade ocidental a ideia de “urbanização do campo” não deu conta de abarcar as complexidades das relações sociais e de trabalho - sendo então necessário a emergência de estudos sobre as novas ruralidades² -, quanto aos países latino americanos tampouco pode-se exemplificá-la. Valemos da crítica de que Carneiro (1998) sobre a dificuldade de se delimitar fronteiras entre rural e urbano, devido o ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho. Já que em seu debate clássico da sociologia rural, a definição de espaço rural em diferenciação do urbano é generalista. Pois, como destaca Rui Mauro Marini (2008) sobre o desenvolvimento do capitalismo latino-americano, e como consequência o surgimento da América Latina no cenário internacional, ela aparece como

Colonia productora de metales preciosos y géneros exóticos, en un principio contribuyó al aumento del flujo de mercancías y a la expansión de los medios de pago, que, al tiempo que permitían el desarrollo del capital comercial y bancario de Europa, apuntalaron el sistema manufacturero europeo y allanaron el camino para la creación de la gran industria. (...) Es a partir de este momento que las relaciones de América Latina con los centros capitalistas europeos se insertan en una estructura definida: la división internacional del trabajo, que determinará el curso del desarrollo ulterior de la región (MARINI, 2008, p. 110-111).

Se esta relação campo-cidade é algo que ainda está longe de ser resolvida, é sabido que estes espaços possuem uma relação de poder entre eles. Sendo o campo submetido à cidade e a demanda de bens de subsistência, consumo e de matéria prima que o meio rural pode oferecer. Em escala global, esta relação se faz a partir da divisão internacional do trabalho, entre países exportadores e países industrializados. Isto é, o campo é destinado à produção de alimentos, e matérias-primas, contudo, a produção que se dá no meio rural é perpassada por conflitos políticos e econômicos, como apresenta Emma Siliprandi (2004) analisando sobre a questão da produção alimentar, em um contexto liberal de consumo:

² Orientar o foco de análise para os agentes sociais deste processo e não mais para um espaço geográfico reificado possibilita, por exemplo, que a distinção entre “cidade” e “aldeia” ou “urbano” e “rural” desapareça ou torne-se inútil como questão sociológica. Isso porque cada espaço contém em si contradições e conflitos resultantes da relação entre sistemas de valores e interesses distintos, quer sejam eles tidos como de origem “urbana” ou “rural”. (CARNEIRO, 1998, p. 59).

Desde os tempos imemoriais até os dias de hoje, o mundo vive uma constante construção/reconstrução das tradições alimentares, em que os conflitos por interesses econômico e políticos determinam, desde às práticas de plantio até as formas de comercialização dos alimentos. Como resultado desses conflitos se definiram as posições que os diferentes países ocupam atualmente no contexto internacional, seja como produtores/exportadores, seja como importadores de alimentos, in natura ou industrializados (SILIPRANDI, 2004, p. 2).

Assim, pensar em meio agrário, integrado à lógica de consumo e de produção intensificada pelo capital é muito importante. Pois, por mais que o campo ainda esteja atrelado à visão do natural, simplório e agrícola; as medidas modernizadoras sobre a agricultura são formuladas no padrão de produção (e de modo de vida) urbano-industrial ocidental. Alguns estudiosos brasileiros também direcionaram sua pesquisa para uma homogeneização do campo pela cidade, como o exemplo de Octavio Ianni (1994) que considerava que:

o mundo agrário integra-se à dinâmica da sociedade urbano-industrial, vista em âmbito nacional e mundial. O desenvolvimento extensivo e intensivo no capitalismo no campo é também o desenvolvimento extensivo e intensivo da urbanização, secularização, individualização, racionalização. Visto como processo civilizatório, o capitalismo revoluciona as condições de vida e trabalho em sítios e fazendas, minifúndios e latifúndios [...] (IANNI, 1994, p. 18-19).

Esta ideia de “desenvolvimento intensivo da urbanização” não se faz presente na maioria das realidades econômicas e sociais dos países em que se constituíram às raízes de uma lógica colonial e de dominação. Isto é, a intensificação das relações capitalistas de troca e de produção nas indústrias só foram possíveis através das relações de produção empregadas nas Américas, de modo desigual a partir de relações políticas de dominação e exploração do território. Ruy Mauro Marini (2008) aponta que os países latino-americanos desenvolveram um capitalismo próprio, dependente política e economicamente dos países do norte industriais, baseado em uma economia agrícola e agropecuária, até pelo menos o século XX, e que:

En efecto, el desarrollo industrial supone una gran disponibilidad de bienes agrícolas, que permita la especialización de parte de la sociedad en la actividad específicamente industrial. En el caso de la industrialización europea, el recurso a la simple producción agrícola interna hubiera frenado la extremada especialización productiva que la gran industria hacía posible. El fuerte incremento de la clase obrera industrial y, en general, de la población urbana ocupada en la industria y en los servicios, que se verifica en los países industriales en el siglo pasado, no hubiera podido tener lugar si estos no hubieran contado con los medios de subsistencia de origen agropecuario, proporcionados en forma considerable por los países latinoamericanos. Esto fue lo que permitió profundizar la división del trabajo y especializar a los países industriales como productores mundiales de manufacturas (MARINI, 2008, p. 113).

A diferenciação entre rural e urbano faz parte de uma construção ideológica e discursiva de manutenção de uma hegemonia - branca e masculina. A subordinação do campo pela cidade se mantém justamente para conseguir manter os modos de produção do capital. A cidade aparece como modelo de sociedade desejável e avançada, construindo assim a hierarquia do urbano sobre o rural. Pois, por debaixo da poeira desta diferenciação dos dois espaços, a complexa divisão social se transforma em uma complexa relação de poder entre os grupos, ou seja, das relações sociais e de produções, das relações de classes e de conflito entre as classes; e mais ainda, em uma profunda divisão internacional do trabalho. Deste modo, o trabalho no campo, mal remunerado, ou não remunerado, permite explorar ainda mais o/a trabalhador/a assalariado/a e obter uma constante transferência de riquezas das áreas rurais para as urbanas. Da mesma maneira que o trabalho escravizado na América Latina transferiu (e transfere) valor para o trabalho, assalariado ou não, nos países centrais.

Em termos da divisão internacional e social do trabalho, os países latino americanos (e em especial o caso brasileiro, escolhido para a pesquisa), o modelo adotado para organizar as unidades de produção agrícola foi de monoculturas, em grandes fazendas, com a utilização do trabalho escravizado de povos africanos e povos originários. Portanto, levar em consideração que “[...] el desarrollo de la producción latinoamericana, que permite a la región coadyuvar a este cambio cualitativo en los países centrales, se dará fundamentalmente con base en una mayor explotación del trabajador” (MARINI, 2008, p. 115), pois ao contrário da afirmação de Henri Lefebvre (2011) de que “[...] a industrialização caracteriza a sociedade moderna” (LEFEVBRE, 2011, p.11), o que caracteriza a sociedade moderna é a apropriação dos bens materiais e a exploração da força de trabalho escravizado empregada nas Américas.

Em consonância a Marini (2008), partindo da realidade asiática e indiana, as autoras Maria Mies e Vandana Shiva (2014) discorrem sobre como a ideia da “recuperação do atraso no desenvolvimento” se articulam com o modo de produção dos países industrializados, baseados no modelo da “boa condição de vida”, é um modelo que predomina nos países do Norte e que:

Un breve repaso a la historia de los países y regiones subdesarrollados del Sur, y también a la Europa del Este y a la Alemania Oriental actuales, nos mostrará que esta idea de la recuperación del retraso en el desarrollo es un mito: nunca en ningún lugar se ha alcanzado la meta deseada. Este mito está basado en una concepción lineal y evolutiva de la historia, según la cual algunos - concretamente, los hombres en general y los hombres blancos en particular, de los países industriales, los habitantes de las ciudades - ya han culminado su evolución. Lo “otros” - las mujeres, los pueblos cobrizos y negros, los países “subdesarrollados”, los campesinos -

también podrán alcanzar esta acumulación, con un poco de esfuerzo, educación, de “desarrollo” (SHIVA e MIES, 2014, p. 122).

Portanto, pensar que o capitalismo se desenvolve de modo igual pelo mundo é um equívoco e um mito, pois a própria origem do capital foi baseada em uma divisão desigual no interior da sociedade moderna -industrial- europeia, e da sua relação de dominação com “os outros”, inferiorizados e reduzidos à ideia de serem pouco esforçados. Assim, podemos entender a separação entre países exportadores e países industrializados, que compõe a divisão internacional do trabalho, fazendo parte da lógica de colonialismo do século XVI até os dias atuais. Como constatou Pedro Stédile (1997), o mercantilismo português em solo brasileiro destinou os povos e as culturas anteriormente existentes ao mercado Europeu e suas necessidades:

Os colonizadores, então, organizaram o nosso território para produzir produtos agrícolas tropicais, de que sua sociedade europeia precisava. Trouxeram e nos impuseram a exploração comercial da cana-de-açúcar, do algodão, do gado bovino, do café, da pimenta-do-reino. E aproveitaram algumas plantas nativas, como o tabaco e o cacau, e as transformaram, com produção em escala, em mercadorias destinadas ao mercado europeu (STÉDILE e LOCONTE, 1997, p. 5).

Não podemos pensar só em termos de divisão internacional sem articular os mecanismos nacionais, regionais e interpessoais de trabalho para a divisão social do trabalho³, sem levar em consideração que estas divisões no cenário nacional e internacional são respaldadas por relações sociais de poder dentro das sociedades, que levam como critério sexo, raça, geração, classe, entre outros. Não é questão de “esforço”, mas sim, que o capitalismo e as relações de produção são estruturadas e funcionam de modo que

El sistema de mercado mundial imperante, orientado hacia el crecimiento sin fin de obtención infinita de beneficios; no podría mantenerse sin la explotación de unas colonias externas e internas: la naturaleza, las mujeres y los otros pueblos [...] (SHIVA e MIES, 2014, p. 131).

Portanto, entendemos que se o debate clássico da sociologia rural ocidental, bem como os estudos sobre o urbano, levam à homogeneização de um continuum dominado do urbano sobre o rural, precisamos contrapor esta perspectiva como apresentou Carneiro (1998), pois a ideia de ser “desenvolvido” é algo que não cabe à nós, países colonizados, no imaginário de sociedade ideal dos países centrais. Isto é, não só precisamos reconceituar a

³ Entendemos por divisão social do trabalho a separação e diferenciação das atividades de tarefas e trabalho por uma sociedade.

economia como também questionar as hierarquias construídas nas ciências sociais, já que o urbano aparece como referência para avaliar o rural (FARIA, 2009).

Como já mencionamos, pensar no capitalismo e crer que ele se desenvolve de modo homogêneo pelo mundo é um lapso, principalmente se levarmos em consideração sua historicidade em quesitos de relações sociais e práticas originárias para a acumulação do capital. Isto quer dizer que quando falamos de dicotomia entre rural e urbano e de modelos de produção, devemos levar em consideração a construção política e ideológica desses dois espaços. Ou seja, levar em consideração que não seria possível existir o urbano-industrial na Europa sem a base material de trabalhadores livres e de bens de consumo retirados do rural, e principalmente, sem a exploração das riquezas nas Américas. O “desenvolvimento” das categorias produtivas no modelo de sociedade industrial no imaginário europeu e de uma acumulação de riquezas só foi possível por meio daquilo que Maria Mies cunhou de “divisões coloniais”:

(...) entre centros y periferias, entre hombres y mujeres, entre zonas urbanas y rurales, entre sociedades industriales modernas del Norte y las sociedades “atrasadas”, “tradicionales”, “subdesarrolladas” del Sur. La relación entre estas partes es jerárquica, no igualitaria, y se caracteriza por la explotación, la opresión y la dominación (SHIVA e MIES, 2014, p. 125).

A autora aponta que esta razão econômica, a qual se estrutura as relações coloniais, se constrói justamente para a externalização dos custos, isto é,

Los costes económicos, sociales y ecológicos del crecimiento continuo de los países industrializados se han trasladado y siguen trasladándose a los países colonizados del Sur a su medio ambiente y sus poblaciones. Sólo la división de la fuerza de trabajo internacional, que separa los trabajadores de las periferias colonizadas de los trabajadores de los centros industrializados, y el mantenimiento de estas relaciones de dominación aun después de la descolonización formal permiten que los salarios de los trabajadores de los países industriales sean diez veces superiores o más a los que se pagan a los trabajadores del Sur (SHIVA e MIES, 2014, p. 126).

A bem da verdade, é que a externalização dos custos sociais e econômicos se organiza no interior das próprias sociedades industriais para a reprodução da força de trabalho. Ou seja, o trabalho empregado na região rural para a produção de base material se destina à subsistência da força de trabalho da própria população rural, mas sobretudo, à força de trabalho industrial e do meio urbano; bem como também é empregado o trabalho nas regiões rurais para a produção material utilizada pela indústria. Se valem da lógica que são trabalhos que não precisam de especialização ou educação para sua realização, por isso o custo do salário é baixo e, muitas vezes, em condições de trabalho precário. Assim, o trabalho realizado nas áreas rurais permite explorar ainda mais o trabalho assalariado e obter uma

constante transferência de riqueza das zonas rurais às urbanas. Essa situação em escala internacional permite, ainda, a reprodução das relações coloniais e de dominação. Portanto se torna muito difícil estimar o alcance da reprodução da força de trabalho, já que em sua maioria, se trata de trabalho não pago e em locais informais.

Esto camina en paralelo con otro factor económico muy conocido: el hecho de que el número de trabajadoras domésticas y el valor de su trabajo son difíciles de calcular. Dado que el capitalismo se orienta a la producción para el mercado, el trabajo doméstico no se contabiliza como trabajo, y aún mucha gente no lo considera “trabajo de verdad” (FEDERICI, 2013, p. 69).

Ou seja, bem como as atividades no meio rural, no âmbito das relações sociais e trabalhistas, o trabalho da mulher exercido no âmbito da casa reforça e intensifica a externalização dos custos econômicos dos países industriais, já que o trabalho doméstico é considerado não produtivo e como não trabalho, portanto, não remunerado, em nome do amor e da família. “Podemos decir, por lo tanto, que las mujeres son la colonia interior de este sistema” (SHIVA e MIES, 2014, p. 126). Deste modo, destacamos a importância de analisar a lógica do capitalismo desde uma divisão sexual e social do trabalho, tendo em vista que o campo está submetido às suas lógicas de produção e de valores sociais, portanto, as relações sociais no meio rural também se valem das relações de trabalho - sexista, racista, classista, e outras intersecções de vulnerabilidade - para a sua (re)produção. O avanço do capitalismo no campo fez com que:

o ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo transforma as noções de “urbano” e “rural” em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente. Torna-se cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre as cidades e os pequenos vilarejos ou arraiais a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais (CARNEIRO, 1998).

Se há algum continuum urbano pelo rural, ou os conflitos e contradições presentes nas especificidades das ruralidades e urbanidades, este se faz presente na divisão sexual e social do trabalho, na persistência do trabalho doméstico como um trabalho gratuito, exercido no âmbito da casa, pelas mulheres, para a reprodução da força de trabalho de seus maridos e filhos, e para sua própria reprodução. A construção das divisões coloniais respaldadas em um binarismo e divisão da sociedade entre os “debaixo” e os “de cima”, atuam de modo a manter e reproduzir as desigualdades sociais de um modelo econômico e político de dominação e exploração das colônias. Se “a industrialização caracteriza a sociedade moderna” (LEFEBVRE, 2011), foi somente com a colonização que caracterizou e tornou possível o urbano-industrial da sociedade moderna. A lógica europeia de acumulação

cresceu às custas de dominação e exploração sobre o corpo e sobre a terra das colônias latino americanas, e de suas “colônias internas”: as mulheres.

2.2 DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Entendemos ser de extrema importância analisar a divisão sexual do trabalho e do trabalho doméstico, naturalmente destinado às mulheres. Principalmente, o aumento da categoria de ocupação do emprego doméstico não como algo particular e a-histórico, mas sim, compreendê-lo no quadro das relações sociais e da formação sócio-histórica da sociedade ocidental, a partir da divisão sexual do trabalho e da articulação de estruturas de classes, raça e gênero - que concilia dominação e exploração -. Típica da formação política e econômica dos países latino-americanos, e no caso do nosso país de estudo, o Brasil.

O debate da divisão sexual do trabalho teve seus primeiros escritos teóricos, pelo menos na França, a partir de uma tomada coletiva de consciência da opressão vivenciada pelas mulheres e da carga do trabalho realizado pelas mesmas, de forma gratuita, em nome do amor maternal e pela família (HIRATA e KERGOAT, 2007). O debate da divisão sexual surge de investigações acerca do trabalho profissional e do trabalho doméstico, os quais teriam o mesmo valor; deste modo, as autoras feministas se debruçaram a analisar as categorias e relações patriarcal⁴-racista-capitalista. Um dos temas abarcados foi estudar a divisão sexual do trabalho agregando-lhe historicidade e adaptando-a a cada sociedade, a qual faz parte (e também forma) da divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo (KERGOAT, 2009), onde as atividades divididas na sociedade são separadas entre trabalhos masculinos e trabalhos femininos, isto é:

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2009, p. 67).

A identidade social das mulheres, bem como a dos homens, é instituída através da diferenciação das categorias de sexo (SAFFIOTI, 1987). A sociedade delimita os campos de atuação entre homens e mulheres. Esta delimitação de papéis destinados aos sujeitos acaba por naturalizar uma relação social que foi construída social e historicamente a uma condição

⁴ De acordo com Cristiane Delphy (2009, p. 174), ““Patriarcado” vem da combinação das palavras gregas pater (pai) e arkhe (origem e comando)”. A dominação do pai (patriarca) sobre os filhos e a mulher é a base para o patriarcado. Pois, segundo Delphy “o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de ‘dominação masculina’ ou de opressão das mulheres”.

imutável e como parte da psique feminina, ligada à natureza feminina. Desta forma, devido à sua capacidade biológica de dar à luz se naturaliza à ideia que os afazeres domésticos, de limpeza da casa e cuidado aos filhos, por exemplo, como algo *inerente* à mulher, denotando-se o trabalho realizado por nós como uma mera “ajuda” e “complementar”. Deste modo, o trabalho produtivo, na nova lógica de produção-para-o-mercado, era definido como atividade criadora de valor,

[...] enquanto a reprodução do trabalhador começou a ser considerada como algo sem valor do ponto de vista econômico e, inclusive, deixou de ser considerada um trabalho. [...] a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função de acumulação do capital se tornaram invisíveis, sendo mistificadas como uma vocação natural e designadas como “trabalho de mulheres”. (FEDERICI, 2017, p. 145).

A escolha por relações sociais de sexo se dá justamente pelo caráter de uma relação de confrontação entre as duas classes de sexo (DEVREUX, 2011), pois a sociedade ocidental é estruturada não apenas em uma dominação econômica entre proprietários e classe trabalhadora, mas, sobretudo, uma dominação masculina econômica e de poder, da qual se articulam as diversas dimensões desta relação de dominação. Isto é:

Tratava-se de falar das formas diversas assumidas por essas relações, das formas materiais na exploração do trabalho das mulheres, por exemplo, e das formas simbólicas de opressão ligadas à definição de imagens negativas da mulher e de suas atividades. Assim apreendidas, as relações sociais de sexo recobrem, então, todos os fenômenos de opressão, de exploração e de subordinação das mulheres aos homens (DEVREUX, 2011, p. 656).

Marx e Engels levantaram elementos do que poderia ter sido a origem da divisão social do trabalho para uma acumulação do capital, historicizando as relações sociais e o fenômeno da “família” como algo social. Para os autores, essa divisão social fez parte de uma divisão sexual do trabalho devido à uma transformação na organização da família, de uma sociedade matriarcal para uma sociedade patriarcal, na qual reverbera, agora, a lógica da monogamia para a sucessão da herança. Friedrich Engels, em “A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado” (2006), aponta que:

En un viejo manuscrito inédito, redactado en 1846 por Marx y por mí, encuentro esta frase: “La primera división del trabajo es la que se hizo entre el hombre y la mujer para la procreación de hijos”. Y hoy puedo añadir: el primer antagonismo de clases que apareció en la historia coincide con el desarrollo del antagonismo entre el hombre y la mujer en la monogamia; y la primera opresión de clases, con la opresión del sexo femenino por el masculino. La monogamia fue un gran progreso histórico, pero al mismo tiempo, juntamente con la esclavitud y las riquezas privadas, inaugura esa época que dura hasta nuestros días y en la cual cada progreso es al mismo tiempo un retroceso relativo, en la cual el bienestar y el desarrollo de unos se alcanzan a expensas del dolor y la frustración de otros (ENGELS, 2006, p. 72).

Instituída a monogamia, a supremacia masculina tomou força, já que seu trabalho era exercido fora de casa, considerado como trabalho produtivo. As mulheres, agora, eram destinadas às tarefas domésticas, exclusivamente executadas no âmbito da casa. E adquiriram o papel de boa mãe e mulher reprodutora dos herdeiros da propriedade privada. Podemos reconhecer então que o motor organizador para a dominação do homem sobre a mulher foi o surgimento da propriedade privada (GOMES, 2018), de modo tão expressivo até nos dias atuais, já que se trata de uma configuração indispensável para a manutenção do capitalismo, sendo a figura masculina o centro de poder.

[...] junto com a contínua privatização da terra, que se forjou uma nova divisão sexual do trabalho, ou melhor dizendo, um novo “contrato sexual”, segundo as palavras de Carol Pateman (1998), que definiram as mulheres em termos - mães, esposas, filhas, viúvas - que ocultavam sua condição de trabalhadoras e davam aos homens livre acesso aos seus corpos, a seu trabalho e aos corpos e trabalho de seus filhos (FEDERICI, 2017, p. 191).

Esta relação de conflito entre homens e mulheres, dentro da família monogâmica, considera-se como uma vínculo unicamente entre indivíduos, na realidade, configura uma relação social estrutural que qualifica a relação entre sexos, uma relação de dominação, exploração e opressão dos homens sobre as mulheres, de seus corpos (sexualmente), de seus afetos e de seu trabalho; servindo-se do controle e do medo. Silvia Federici (2017) historicizando o relacionamento social entre os sexos, nos mostra o caráter estrutural e socialmente construído, se valendo da análise de Marx sobre uma acumulação primitiva da expropriação da população rural sobre suas terras. Acrescenta a acumulação via corpo e da política de controle e medo que teve grande impacto na “Caça às Bruxas” durante três séculos. Como as profundas transformações que o capitalismo introduziu na reprodução da força de trabalho e na vida das mulheres a partir da divisão entre produção e reprodução em relação com a propriedade privada e pelo uso da terra, visto que “[...] a função social das terras comunais era especialmente importante para as mulheres, que, tendo menos direitos sobre a terra e menos poder social, eram dependentes das terras comunais para a subsistência, autonomia e a sociabilidade” (FEDERICI, 2017, p. 138).

Essas mudanças históricas - que tiveram um auge no século XIX com a criação da figura da dona de casa em tempo integral - redefiniram a posição das mulheres na sociedade e com relação aos homens. A divisão sexual do trabalho que emergiu daí não apenas sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, mas também aumentou sua dependência, permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como instrumento de comandar o trabalho das mulheres (FEDERICI, 2017, p. 145).

A divisão entre reprodução e produção, privado e público, doméstico e político, sujeitou as mulheres à vida do lar, em nome da família, mas que, no entanto, por detrás dessa lógica está a manutenção do capital. Dentro da dinâmica das relações sociais entre os sexos, o fato de as mulheres serem submetidas à esfera doméstica, a família funciona como a institucionalização do trabalho não remunerado⁵ das mulheres (FEDERICI, 2013), de dependência econômica e dominação masculina; esta relação é organizada pela divisão sexual do trabalho.

Com o desenvolvimento da indústria algumas mulheres começaram a ocupar os espaços de trabalho fora de casa, as relações capitalistas reafirmaram as relações sociais de sexo, já que as tarefas domésticas continuam a ser desempenhadas exclusivamente pelas mulheres. Segundo Saffioti (1987), mesmo estas mulheres realizando um trabalho remunerado fora de casa, elas ainda são responsáveis pelo cuidado da casa e de preparar as gerações mais novas para a vida adulta. A autora aponta que estas mulheres que ganham a “permissão” se legitimam apenas quando é necessário que estas mulheres saiam do lar para garantir o sustento de seus filhos. Tendo que se organizarem entre as tarefas domésticas e o trabalho profissional, ou então, delegam as “suas” atividades domésticas à outra mulher (SAFFIOTI, 1987). Entretanto, o fenômeno da delegação é paradigmática na sociedade, em especial a brasileira, já que a vida das mulheres também depende da sua classe social, e nas famílias dominantes, essa delegação das mulheres não é legitimada no sustento da família (SAFFIOTI, 1987; SCHNEIDER, 2016); sendo considerada até mesmo como um sinal diacrítico, de distância da pobreza, o fato de manter uma trabalhadora doméstica (BRITES, 2007). Portanto, as mulheres apresentam especificidades de classe, como também de raça, geração, entre intersecções de desigualdades.

Compreendemos então, que esta divisão sexual do trabalho faz parte de uma divisão social do trabalho a partir da diferenciação dos sexos, entre homens e mulheres, “[...] tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)” (HIRATA e

⁵ Segundo a autora a dependência socioeconômica das mulheres e sua não valorização do trabalho seria para ela o que conceituou como "patriarcado do salário". Segundo Federici entendida como "complemento do mercado, instrumento para a privatização das relações sociais e sobretudo, para a propaganda da disciplina capitalista e da dominação patriarcal, a família surgiu no período da acumulação primitiva também como a instituição mas importante para a apropriação e para o ocultamento do trabalho das mulheres" (2017, p. 193). Além disso, a não valorização do trabalho feminino, bem como a impossibilidade das mulheres de ganhar seu próprio dinheiro "(...) criou as condições materiais para a sua sujeição aos homens e para a apropriação de seu trabalho por parte dos trabalhadores homens. É nesse sentido que eu falo do patriarcado do salário" (2017, p. 195).

KERGOAT, 2007, p. 600). Esta relação decorre de dois princípios organizadores básicos para a sua manutenção e (re)produção de forma desigual:

o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 599).

Compreendida, então, como uma relação social antagônica entre dois grupos sociais em uma disputa pelo poder (KERGOAT, 2010). Uma relação que foi social e historicamente construída em dinâmicas específicas e complexas de exploração, dominação e opressão. Estruturadas de forma desigual e assimétricas, da qual a diferenciação das atividades, e o valor delas monetário e socialmente atribuídas, passam por um processo de hierarquização destas atividades, a partir do sexo, raça, classe, entre outras categorias (HIRATA e KERGOAT, 2007). Para a Elisabeth Souza-Lobo (1991) esta relação social entre os sexos introduz hierarquização social das atividades, e uma subordinação das mulheres em distintas esferas da vida, não se articulam somente na prática social, apenas na lógica do capital, mas como também se reproduzem na família e pelo Estado. Ademais, para a autora a divisão sexual do trabalho não só divide produção e reprodução, mas sim estrutura toda a organização do trabalho produtivo

A ideia de que a divisão sexual do trabalho não só separa e articula produção e reprodução, mas estrutura as relações no trabalho produtivo, permite recolocar a questão da relação entre a dinâmica das relações sociais capitalistas de trabalho e a força de trabalho feminina sob um ângulo que integra os dois níveis, sexualizando as relações de trabalho e as relações sociais. (SOUZA-LOBO, 1991, p. 152).

Mais ainda, para a autora, a divisão sexual do trabalho atua como base da desigualdade, da assimetria e das hierarquias presentes na própria divisão, agindo como um mecanismo de gestão da própria força de trabalho para o capitalismo. Sistema este que se apropria não apenas da força de trabalho feminina, mas também de seus corpos (SOUZA-LOBO, 1991; FEDERICI, 2017), através de representações sociais do que seriam afazeres masculinos e femininos. Por este motivo, destacamos a importância de se politizar o trabalho doméstico (SCHNEIDER, 2016), agregando-lhe, ou melhor, visibilizando o valor social, econômico, moral e político imbuído no trabalho doméstico. Justamente pela dinâmica histórica que o trabalho doméstico vem assumindo na divisão sexual e social do trabalho, com relação à sua posição social no mundo do trabalho e em relação com a questão da propriedade privada, o uso da terra, e a tomada de decisão sobre o território. Além disso, as relações

patriarcais de trabalho se dinamizam em relações sociais, as quais o capitalismo se apropria como gestores da divisão sexual para a reprodução dos trabalhadores e, principalmente, para a organização do trabalho produtivo.

Com os avanços do capitalismo sobre o campo, acarretaram-se mudanças no modo de produção e tecnologias que, no entanto, dizem respeito às mesmas relações sociais estruturantes para o seu funcionamento, a saber, a divisão sexual - e racista- do trabalho. Por isso, quando o debate da sociologia rural, ou da sociologia urbana, diferenciam as relações sociais, de trabalho ou espaço geográfico entre urbano e rural, não conseguem ultrapassar os limites teóricos da própria conceitualização de ambos; mesmo com a noção de ruralidades, que tentam compreender as interações sociais dos conflitos e contradições do meio urbano e rural, não abarcam a complexidades e especificidades da divisão sexual e social que estruturam as relações sociais e trabalhistas da lógica de produção do capitalismo.

O debate sobre o desenvolvimento da década de 1950-1960, adotou em suas agendas políticas propostas de avanços econômicos para a pobreza eminente nos países subdesenvolvidos. O Brasil, a partir da década de 1980, passa a ser chamado de emergente, graças às políticas públicas destinadas à projetos de desenvolvimento. É neste cenário que Andrea Butto (2011) investiga e analisa as políticas do Governo Federal brasileiro para as mulheres rurais dirigidas às promoções de autonomia econômica e da igualdade de gênero, orientada à inclusão das mulheres no desenvolvimento. Mas que, apesar da luta das mulheres rurais pela afirmação como agricultoras, como sujeitos políticos que questionam as relações de poder no meio rural, e de algumas conquistas por elas, como por exemplo as reivindicações em torno dos direitos mais igualitários ao acesso da terra, e direitos sociais como a previdência social, documentações, inserção nas atividades produtivas; de acordo com a Butto (2011), em relação às práticas e políticas de desenvolvimento ao meio rural demonstraram uma ausência de ação eficaz e as orientações do Estado não buscaram alterar a divisão sexual do trabalho.

Esta não eficiência pode-se explicar, de acordo com Mies e Shiva (2014), com o mito do desenvolvimento que se baseia na ideia de um progresso e crescimento industrial e de consumo, mas que não pode ser mantido sem as divisões coloniais dentro da sociedade patriarcal ocidental moderna (SHIVA e MIES, 2014, p. 143). Portanto, as tensões e divisões coloniais entre rural-urbano, subdesenvolvido-desenvolvido, homens-mulheres, produtivo-reprodutivo, são as bases estruturantes da acumulação capitalista, que sem as quais não se organizaria a lógica do modo de produção. Pois as mulheres (seus corpos, seu trabalho e sua reprodução) são as colônias internas do sistema (SHIVA e MIES, 2014, p. 126), e junto

delas a dominação masculina, exploração e subordinação (KERGOAT, 2010) são o fio condutor do sistema. De acordo com Nalu Faria (2011)

As relações patriarcais no campo fazem com que a família seja compreendida como um todo homogêneo em que o homem representa os interesses do conjunto e detém o poder de decisão. Dessa forma a partir da família se organiza uma hierarquia de gênero e geração centrada no poder dos homens sobre as mulheres e filhos(as) (FARIA, 2011, p. 39).

Esta hierarquização e separação entre atividades de homens e atividades de mulheres, para Faria (2011), valendo da análise de Hirata e Kergoat (2007), se ancora do discurso de boa mãe, esposa e dona de casa, destinando as mulheres do meio rural à esfera privada, como parte de um destino biológico vinculado à maternidade. Este discurso é estruturado e ancorado na relação social entre homens e mulheres, e tem uma base material, a divisão sexual do trabalho. Portanto, as relações patriarcais também penetram no campo e o estruturam. Mais à frente a autora acrescenta:

No campo, essa divisão sexual do trabalho também se estrutura entre o que é realizado no âmbito da casa e no roçado. Dessa forma, historicamente, muitas das atividades produtivas realizadas pelas mulheres são consideradas extensão do trabalho doméstico. É importante ressaltar que essa modalidade da divisão sexual do trabalho no campo está vinculada à introdução da noção capitalista de trabalho, que justamente reduz trabalho ao que pode ser trocado no mercado. [...] Como decorrência, houve historicamente a invisibilização e não reconhecimento do trabalho das mulheres, tanto do trabalho doméstico e para autoconsumo, como também daquele realizado no roçado. E com isso a negação de sua autonomia econômica, pessoal e política e a exclusão das decisões sobre a terra e o território (FARIA, 2011, p. 40).

De acordo com Carneiro (1998) e Schneider (2010), com as mudanças das relações sociais e de trabalho no campo, emerge a discussão sobre atividade não agrícola e pluriatividade no Brasil. Porém, consideramos generalistas as discussões sobre a pluriatividade, não definindo de fato os trabalhos assumidos nessa “pluriatividade”, isto é, se reduz à uma função polissêmica, não revelando e omitindo a carga política por detrás das relações sociais das diferentes atividades e trabalhos exercidos, e principalmente quem os executa. Além disso, entendemos que as mulheres são pluriativas em vários âmbitos e em todas as atividades que executam, já que precisam de muito desgaste emocional e afetivo em casa e no local profissional, seja o trabalho doméstico, de prestação de serviços, até mesmo, o sexo como trabalho (FEDERICI, 2013). Ademais, o equívoco da afirmação de Sérgio Schneider (2010) de que há uma maior tendência à migração do que à pluriatividade pois “[...] deve-se levar em conta o tipo de trabalho à que as mulheres têm acesso, pois nem toda atividade é atraente e tem remuneração satisfatória” (SILVA e SCHNEIDER, 2010, p. 204).

Pode ser debatida pela autora Maria Betânia Ávila (2008), sobre uma construção cultural acerca do trabalho doméstico, e pela investigação realizada de Carlos Nascimento (2002) de que há um grande contingente de famílias que combinam as atividades pluriativas com o trabalho doméstico, justamente, devido à oportunidade de trabalho que estas populações têm acesso de acordo com a (pouca) escolaridade e da (“não”) qualificação, ajudando em muito, na reprodução das famílias rurais.

(...) a pluriatividade tem se tornado uma alternativa de reprodução social para as famílias residentes nas áreas rurais agropecuárias do Brasil. À luz das análises precedentes, podemos aferir que do ponto de vista da análise agregada para o conjunto do país, a única alternativa para as famílias que estão deixando de ser exclusivamente agrícolas tem sido a combinação de atividades agrícolas com o trabalho doméstico assalariado, normalmente realizado pelas mulheres da família (NASCIMENTO, 2002, p. 91, adição e grifos nossos).

Mais ainda, segundo Maria Betânia Ávila (2008), considerando a formação sócio-histórica e política do Brasil (e da América Latina), o emprego doméstico é absolutamente fundamental para compreender as relações sociais no Brasil devida à herança escravocrata e patriarcal das épocas da colônia que se combinam com estruturas de raça, classe e gênero. Destaca o valor cultural e político do emprego doméstico no Brasil, e de que há uma socialização cultural de diferenciação entre empregadas e patroas:

[...] de um lado, as meninas de classe média e da burguesia são educadas para serem patroas, o que faz parte de sua formação subjetiva e social [...] Por outro lado, as meninas das famílias mais pobres têm outro tipo de formação sociocultural. Não que sejam socializadas especialmente para serem empregadas domésticas, mas existe uma educação e uma condição nas quais o emprego doméstico situa-se como mais próximo no seu horizonte, como a possibilidade mais concreta para quem não conseguiu ir em frente na escola, para quem sai do campo para a cidade, para quem está nas periferias das grandes cidades. Este horizonte, como dizem outros(as) autores(as), é pensado, muitas vezes, como uma estratégia temporária enquanto não se ascende a outro momento de vida, à outra condição de trabalho. Condição que muitas superam, porém, outras não, de modo que o temporário torna-se permanente (ÁVILA, 2008, p. 68).

Assim, por mais que haja a migração do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida e de acesso à renda, a estratégia adotada por muitas mulheres é o trabalho doméstico como algo temporário, mas que devida às condições estruturantes das relações sociais, se torna permanente. E no caso das famílias que continuam no meio rural e se destinam a atividades pluriativas como forma de manutenção e reprodução familiar, uma das combinações de trabalho adotadas com o trabalho agrícola é o trabalho doméstico assalariado. Isso nos permite a análise e investigação a partir da reflexão da divisão sexual do trabalho derivada da divisão do trabalho social atribuído ao o que é tarefa das mulheres e o que é tarefa dos homens. Mais ainda, uma reflexão sobre a instituição familiar, uma vez que

as relações sociais de trabalho no campo são respaldadas e asseguradas pelas relações patriarcais no âmago da família que obedecem às hierarquias de gênero.

Dessa forma, a questão do emprego doméstico exige uma profunda reflexão, tanto no plano político como na dimensão cultural e ideológica, pois se trata de um trabalho que se insere nas relações no âmago da família patriarcal burguesa e leva o conflito de classe para o interior da família e da casa (ÁVILA, 2008, p. 70).

Por isso, nossa pesquisa pretende realizar uma análise sobre o trabalho doméstico em Ouro Fino (MG), e da importância deste para a formação sócio-histórica, política e econômica, e como a história contada sobre Ouro Fino inviabiliza este trabalho, bem como os corpos que os realizavam (e realizam). Pois, na sociedade capitalista, a esfera industrial-mercantil e salarial não é autônoma e depende do trabalho doméstico e dos bens e serviços que aí se (re)produz, do trabalho não remunerado exercido nos lares. Segundo Faria (2011):

há uma falsa autonomia dos homens que utilizam os bens e serviços realizados pelas mulheres. Para as mulheres, significa um enorme volume de trabalho realizado, que não é reconhecido e ao mesmo tempo é determinante para a sua inserção no trabalho remunerado e suas possibilidades de autonomia econômica (FARIA, 2011, p. 44).

Porém, a autora incorre no erro de considerar o trabalho doméstico como um obstáculo para a inserção das mulheres para o trabalho produtivo. Nas palavras da autora:

Um desses limites é interferência do trabalho doméstico e de cuidados das crianças na sua disponibilidade para o trabalho produtivo e para a participação política. Mesmo sem ter no mapeamento os dados em relação ao trabalho doméstico, os outros dados existentes sobre a jornada de trabalho das mulheres e o conhecimento a partir da percepção da experiência cotidiana indicam a centralidade desse tema (FARIA, 2011, p. 50).

Por isso, a necessidade de se politizar o trabalho doméstico visibilizando seu valor social, político, moral e, principalmente, econômico (SCHNEIDER, 2016). Uma vez que o emprego doméstico no Brasil, e América Latina, possui suas raízes marcadas por um passado de servidão e escravização. Além disso, concordamos com Souza-Lobo (1991) de que a divisão sexual do trabalho, e o trabalho realizado pelas mulheres no âmbito doméstico, não só divide produção e reprodução, mas sim, estrutura toda a organização do trabalho produtivo. Uma vez que o trabalho doméstico, e o trabalho doméstico delegado, são responsáveis pela reprodução da vida ampliada. O trabalho doméstico tem valor! E sua invisibilização se compreende no quadro das relações sociais e da formação sócio-histórica dos Estados latino-americanos, a partir da divisão sexual do trabalho e da articulação entre as estruturas de classe, raça e gênero – que combinam exploração e dominação. No entanto, já que estudamos

um contexto específico de sociedade, que é a América Latina, e o Brasil em especial, devemos considerar o papel do racismo na sociedade, como aponta Sueli Carneiro (2003) que:

[...] essa necessidade premente de articulação do racismo à questões mais amplas das mulheres encontra guarida histórica, pois a “variável” racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como as masculinidades subalternizadas (dos homens negros), com prestígio inferior ao de gênero feminino no grupo racialmente dominante (das mulheres brancas) (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Desse modo, pensar somente exploração-dominação como únicas categorias mobilizadas pelo capitalismo é um equívoco, pois não dão conta de abarcar todas as formas de opressão presentes na sociedade, assim, acrescentamos a ideia de subalternização. Isto é, a divisão sexual do trabalho é curta sem levarmos em consideração o papel do racismo como um mecanismo de **subalternização-dominação-exploração**, trazendo a questão racial ao debate, por isso, optamos pela escolha da **divisão interseccional do trabalho**, que trabalharemos mais aprofundado a seguir.

3. INTERSECCIONALIDADE EM PERSPECTIVA: A PERSISTÊNCIA DAS DESIGUALDADES NA SOCIEDADE BRASILEIRA

“Se o filho do patrão espancasse o filho da cozinheira, ela não podia reclamar para não perder o emprego. Mas se a cozinheira tinha filha, pobre negrinha. O filho da patroa a utilizaria para o se noviciado sexual. Meninas que ainda estavam pensando nas bonecas, nas cirandas e cirandinhas eram brutalizadas pelos filhos do senhor Pereira, Moreira, Oliveira, e outros porqueiras que vieram de além-mar.”
Carolina Maria de Jesus, O Diário de Bitita

Neste capítulo trataremos de abordar a divisão do trabalho desta ótica de interseccionalidade⁶, a fim de compreendermos melhor as relações sociais da realidade na qual estamos inseridas. A partir das discussões anteriores sobre a divisão sexual do trabalho e das diferenciações socialmente construídas entre os afazeres destinados ao masculino e os afazeres considerados femininos, a categoria de análise da interseccionalidade é fundamental para entendermos que a construção de homem e mulher tampouco são homogêneas. Portanto, assim como homens e mulheres estão determinados a situações, social e economicamente, distintas; há outras condições, que não apenas estão delimitadas pela classe ou sexo, como também determinadas a partir da cor de sua pele. Deste modo, abordaremos teoricamente a interseccionalidade para podermos alinhar o debate racial à noção de gênero para assim, compreendermos a dinâmica complexa da divisão social do trabalho atravessada de processos específicos de escravização e colonização nos países latino-americanos. Processos estes os quais foram instituídos e estruturados a partir da separação social por raça/etnia dos grupos como forma de estratificação da sociedade. Através da perspectiva da interseccionalidade buscamos atrelar a noção e pensamento da produção social do espaço, da divisão entre urbano e rural, que se constituem a partir das relações sociais de conflitos e das categorias coloniais de separação criadas na sociedade.

⁶ Existe todo um debate dentro do próprio conceito de interseccionalidade, de disputa teóricas e metodológicas, que possuem sua questão de pertencimento social e de lugar de fala. Assim, buscamos apenas um exercício de mapeamento de algumas concepções e teorias acerca desta conceituação, inicialmente elaborada por Kimbérle Crenshaw (1989).

3.1 POR QUE FALAREMOS DE INTERSECCIONALIDADE?

Ora, porque quando falamos que existe diferença entre o rural e o urbano, como vimos anteriormente, pensamos que eles se inscrevem em dinâmicas por grupos envolvidos em uma disputa de poder. Logo, não há delimitações claras nas fronteiras entre cidade e campo, uma vez que se trata de relações sociais. A partir do momento em que o desenvolvimento do capitalismo na agricultura e o processo de industrialização nos centros urbanos avançou pelas áreas do globo, se estabeleceu uma lógica específica de funcionamento da sociedade e dos modos de produção para sua manutenção. Tratando-se de uma economia mundial, é necessário rever alguns discursos tidos como “oficiais da história”. Reremos outras perspectivas, outras histórias que passaram por processos de colonização e violência, simbólica e física de seus costumes e memórias. É quando precisamos olhar a produção intelectual de mulheres, mas principalmente, de mulheres que tiveram seus corpos e saberes violados pelos homens brancos ocidentais. Ou seja, voltar à análise para a perspectiva de mulheres negras e originárias é fundamental, afinal, elas perceberam nas teorias das feministas ocidentais, a reprodução de outra relação de poder que, não estava somente respaldada em sexo, mas, sobretudo, na raça.

A partir da análise sobre a divisão sexual do trabalho e a distribuição diferencial socialmente construída entre tarefas para homens e tarefas para mulheres no mercado de trabalho, se faz necessário o entendimento de que a relação entre os sexos e de gênero também são moduladas a partir de outros traços de distinção na sociedade, como raça, etnia, deficiência, entre outras. O movimento feminista dos anos 50 e 60 não incorporaram a ideia da divisão racial dentro de suas análises teóricas, cabendo às *Blackfeminist*, as ativistas e políticas negras nos Estados Unidos, introduzirem à perspectiva de raça na análise sobre divisão sexual do trabalho ou nos estudos de gênero, com autoras como Kimberlé Crenshaw, Angela Davis, Patricia Hill Collins, Audre Lorde entre muitas outras teóricas negras e militantes, que contestaram a categoria “mulher” como algo universal e unívoca na sociedade.

Ochy Curiel (2007) nos mostra que o *Blackfeminist* surgiu nos Estados Unidos sob a categoria de “mulheres de cor”, com a finalidade de redirecionar o feminismo que estava dominado por perspectivas racistas e etnocêntricas invisibilizando as mulheres não brancas, teórica e analiticamente. Da mesma maneira que apontaram o sexismo enfrentado

por elas dentro do próprio movimento negro por seus companheiros de cor (CURIÉL, 2007). “Mulheres de cor”⁷ surge como uma contraproposta às denominações racistas pelo Estado.

A raça, bem como classe e sexo, foi considerada uma categoria social de poder baseada em uma ideologia fenotípica e hierarquizada. As estruturas de racismo, classe, gênero e sexualidade passam a ser concebidas como “variáveis dependentes” porque cada uma está inscrita à outra e são constitutivas. O termo “interseccionalidade”, cunhado primeiramente por Kimberlé Crenshaw (2012) - autora negra estadunidense, advogada, professora e que se dedicou a estudar as questões feministas e antirracistas nas leis anti criminais - surge como um projeto que visava abranger as questões raciais no centro do debate sobre gênero e sexualidade, bem como a inclusão de questões de gênero nos debates de raça e de direitos humanos. A urgência de se pensar desde uma perspectiva interseccional veio à tona com o caso judicial na fábrica da General Motors que Crenshaw acompanhou, e nos mostra a necessidade de se pensar desde esta óptica que entrecruza raça, gênero e classe.

A visão tradicional da discriminação opera no sentido de excluir essas sobreposições. Vou dar um exemplo de um processo que, na minha opinião, expressa precisamente a natureza da interseccionalidade. Foi um processo movido pela empresa Graffen Reed contra a General Motor, nos Estados, Unidos. Várias mulheres afro-americanas afirmavam ter sido discriminadas pela General Motors, porque, segundo elas, a empresa se recusava a contratar mulheres negras.

A discriminação não era incomum em muitos contextos industriais. Indústrias segregavam as pessoas em função da sua raça, de seu gênero, etc. Havia empregos para negros, mas esses empregos eram só para homens. Havia empregos para as mulheres, mas esses empregos eram só para mulheres brancas. Na General Motors, os empregos disponíveis aos negros eram basicamente o de postos nas linhas de montagem. Ou seja, funções para homens, e como ocorre frequentemente, os empregos disponíveis a mulheres eram empregados nos escritórios, em funções como a de secretária. Essas funções não eram consideradas adequadas para mulheres negras. Assim, devido à segregação racial e de gênero presente nessas indústrias, não havia oportunidades de emprego para mulheres afro-americanas (CRENSHAW, 2012, p. 10).

No tribunal, o juiz alegou que não havia problemas de discriminação no processo da General Motors, já que se contratava negros e contratava-se mulheres (brancas) - mas nenhuma mulher negra. As mulheres negras experimentaram uma discriminação de gênero diferente das experimentadas pelas mulheres brancas, e a discriminação racial sofrida também não foi a mesma que dos homens negros. Assim, a autora destaca, então, uma

⁷“La denominación categorial construye lo que nomina. Las feministas de color nos hemos movido conceptualmente hacia un análisis que enfatiza la intersección de las categorías raza y género porque las categorías invisibilizan a quienes somos dominadas y victimizadas bajo la categoría «mujer» y bajo las categorías raciales “Black”, “hispanic”, “Asian”, “Native American”, “Chicana” a la vez, es decir a las mujeres de color. Como ya he indicado, la autodenominación mujer de color, no es equivalente a, sino que se propone en gran tensión con los términos raciales que el Estado racista nos impone” (LUGONES, 2008, p. 81).

situação de sobreposição de grupos, nas quais as discriminações se juntam e se combinam e afetam a vida de determinadas pessoas dentro do próprio grupo. Portanto, pelo exemplo acontecido, no caso do processo na General Motors, mais mulheres negras são afetadas, de maneira específica, pela fusão dessas duas formas distintas de discriminação.

Kimberlé Crenshaw (2002) apreende a interseccionalidade como a junção de diferentes formas e sistemas de opressões que se entrecruzam. Racismo, patriarcado, classe atuam de forma a posicionar e reposicionar, estruturando os indivíduos em suas posições sociais. Assim, a interseccionalidade aponta que estas estruturas sociais, como racismo e patriarcado, são dinâmicas nas interações entre dois ou mais eixos de subordinação:

Ela [a interseccionalidade] trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Isto é, a perspectiva da interseccionalidade nos permite compreender a sociedade estruturada por grandes avenidas que se sobrepõem e se cruzam, avenidas que se traduzem em mecanismo de raça, classe e gênero, geração, deficiência, entre outros, criando intersecções complexas nas relações sociais. A interseccionalidade, portanto, permite às feministas criticidade política a fim de compreender a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça (AKOTIRENE, 2019). Deste modo, as mulheres racializadas como negras estariam bem no meio das intersecções destas avenidas que se encontram, criando múltiplas formas de desigualdades e injustiças sociais, constitutivas de experiências específicas. E que, portanto,

[...] a intersecção de discriminações pode estar presente em muitos outros casos, com outros povos marginalizados ao redor do mundo, como em situações de: homofobia, xenofobia, heterossexismo, transfobia, racismo, capacitismo, etc. É importante lembrar que, justamente por tratar-se de uma intersecção, os problemas enfrentados não apagam um ao outro, anulam-se ou hierarquizam-se, mas, se agravam quando acumulados (GOMES, 2018, p. 44-45).

Portanto, compreender que as relações sociais posicionam os indivíduos de acordo com as dinâmicas das estruturas de opressão e dominação, conformando e configurando seus papéis e suas identidades. Determinadas opressões são destinadas à certos indivíduos, produzem uma forma específica de experiência social bem como suas

discriminações. Apesar de não ter utilizado o termo “interseccionalidade”⁸, Saffioti (1987) compreende o sistema como essas matrizes separadas, mas que mobilizam estas relações de opressão em sistemas compostos, na qual denomina como **patriarcado-racismo-capitalismo**, nas palavras dela:

“Com a emergência do capitalismo, houve a simbiose, a fusão, entre os três sistemas de dominação-exploração, acima analisados separadamente. Só mesmo para tentar tornar mais fácil a compreensão deste fenômeno, podem-se separar estes três sistemas. Na realidade concreta, eles são inseparáveis, pois se transformaram, através deste processo simbiótico, em um único sistema de dominação-exploração, aqui denominado patriarcado-racismo-capitalismo” (SAFFIOTI, 1987, p. 60).

A autora aborda a emergência de não separar estes sistemas na hora da análise, mas que, no entanto, cada um tenha seu próprio significado. Assim, a interseccionalidade revela o que não se pode ver sob as categorias analisadas separadamente como raça e gênero (LUGONES, 2008). Não deve haver hierarquização dessas estruturas de dominação e opressão, mas sim, analisá-las como sistemas que estruturam um modelo de sociedade e que atuam do plano mais macro ao plano mais íntimo de todos os indivíduos. Portanto, “[...] las categorías de raza y género no son separadas y separables” (LUGONES, 2005, p. 69) sendo necessário compreender que existem opressões cruzadas entre as situações sociais das mulheres brancas e das mulheres negras e indígenas.

Curiel (2007), baseada em bell hooks, aponta que os feminismos de 1960 centrados em analisar as relações familiares e da divisão sexual do trabalho, da diferenciação entre papéis masculinos e femininos, dedicaram a maioria de suas teorias à mística da feminilidade. De acordo com a autora, bell hooks criticou a visão racista e classista em suas análises, argumentando que a visão feminista da época sobre a ideia de que as mulheres deviam se liberar dos seus trabalhos domésticos e se profissionalizar igual aos homens, não consideraram a situação das mulheres racializadas nos Estados Unidos que sempre trabalharam fora de seus lares, como trabalhadoras domésticas em outras casas, e na maioria das vezes, na casa de mulheres brancas: uma herança colonial e escravista (CURIEL, 2007).

Deste modo, entendemos que a colonização e escravização nos Estados Unidos, América Latina e Caribe foram os meios pelos quais foi possível o surgimento do

⁸ Essa nota é muito importante, pois se trata de produções epistemológicas de perspectivas diferentes. A autora Saffioti tem suas pesquisas a partir do que autora chama de “nó das relações sociais” a partir daquilo que ela identifica enquanto uma simbiose de sistemas múltiplos de opressão. Gostaríamos de ressaltar aqui o debate teórico acerca das duas visões de análise para os múltiplos sistemas de dominação que operam na sociedade. Há um embate sobre o emprego dos términos entre “interseccionalidade” e “consustancialidade”, entre outros, mas que, no entanto, devido à carga teórica deste debate, não será abordado nesta pesquisa, mas nada impede que se faça essa reflexão em estudos futuros.

capitalismo. Viabilizando o acúmulo de capital e transformando a Europa em país modelo, central e produtor de produtos manufatureiro-industrial, como centro urbano. E como vimos antes, sem a colonização das Américas, como a grande fazenda europeia, não teria sido possível o desenvolvimento do próprio meio urbano-industrial da Europa como poder hegemônico. Permitindo assim a divisão internacional do trabalho e a especialização entre países produtores de manufaturas e países exportadores de materiais de subsistência. E é por este motivo, que consideramos indispensável a análise sobre a ótica do trabalho diferenciado entre homens e mulheres, e os trabalhos gratuito realizados por estas últimas, dentro de suas casas. No entanto, é preciso entender também que nas colônias haviam mulheres racializadas como negras realizando trabalhos nas colheitas agrícolas, mas também realizavam os trabalhos domésticos e de cuidado, para famílias brancas, para homens e mulheres privilegiados desde seus traços fenotípicos. É por este motivo que escolhemos outras denominações de produções epistemológicas que não-brancas nem masculinas. Portanto, estamos trabalhando em quesitos de divisão interseccional do trabalho.

Por mais que o termo interseccionalidade tenha sido cunhado só na década de 1980 com Kimberlé Crenshaw, as mulheres negras já estavam gritando sobre isso há muito tempo. Como aponta Angela Davis, em “Mulheres, raça e classe” (2016), as mulheres negras sempre estiveram lutando lado a lado de seus companheiros nos movimentos contra a escravidão e nos movimentos sufragistas feministas. A autora destaca o discurso da ex-escravizada Sojourner Truth, no encontro de mulheres em Ohio, em 1851, de todas as mulheres presentes, e sendo a única mulher negra, foi capaz de rebater os argumentos agressivos, baseados na supremacia masculina a respeito do “sexo frágil”, em relação a completa falta de sensibilidade e indiferença das mulheres brancas e ricas para com às questões das mulheres negras e trabalhadoras. Com “simplicidade persuasiva”, nas palavras de Davis, Truth rebate todos os comentários hostis da seguinte forma:

Bem, minha gente, quando existe tamanha algazarra é que alguma coisa deve estar fora da ordem. Penso que espremidos entre os negros do sul e as mulheres do norte, todos eles falando sobre direitos, os homens brancos, muito em breve, ficarão em apuros. Mas em torno de que é toda esta falação? Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? E daí eles falam sobre aquela coisa que tem na cabeça, como é mesmo que

chamam? (uma pessoa da platéia murmura: “intelecto”). É isto aí, meu bem. O que é que isto tem a ver com os direitos das mulheres ou os direitos dos negros? Se minha caneca não está cheia nem pela metade e se sua caneca está quase toda cheia, não seria mesquinho de sua parte não completar minha medida? Então aquele homenzinho vestido de preto diz que as mulheres não podem ter tantos direitos quanto os homens porque Cristo não era mulher! Mas de onde é que vem seu Cristo? De onde foi que Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com Ele. Se a primeira mulher que Deus criou foi suficientemente forte para sozinha, virar o mundo de cabeça para baixo, então todas as mulheres, juntas, conseguirão mudar a situação e pôr novamente o mundo de cabeça para cima! E agora elas estão pedindo para fazer isto. É melhor que os homens não se metam. Obrigada por me ouvir e agora a velha Sojourner não tem muito mais coisas para dizer (SOJOURNER, 2014).

Desta forma, Truth joga por terra a ideia de uma ideologia da feminilidade, como aponta Lugones (2005), contra a caracterização de uma mulher frágil, débil de corpo e mente, incluída ao privado e sexualmente passiva, e que nem todas as mulheres cabem dentro desse papel socialmente construído enquanto “mãe” ou “mulher”. Angela Davis (2016) aponta que a experiência de realizar um trabalho produtivo foi roubada da maioria das mulheres brancas como parte de uma ideologia da feminilidade - subproduto da industrialização - e que “[...] as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separadas do mundo do trabalho produtivo. A clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca” (DAVIS, 2016, p. 24). Mas que, no entanto, as palavras como “mãe” e “dona de casa” entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se faz presente. Justamente por conta das estruturas econômicas da escravatura, elas contradizerem os papéis sexuais hierárquicos incorporados pela nova ideologia sobre a família.

No caso brasileiro, a autora Sueli Carneiro (2003a, 2003b) também indaga a questão de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres, principalmente, por sua historicidade nas relações sociais: “[...] as mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido (...)” (CARNEIRO, 2003, p. 1). Isto é, falar apenas em divisão sexual do trabalho é um limite na própria análise social quando em contexto de colonização e dominação, nas sociedades multirraciais e racistas, como é o caso dos países latino-americanos.

A representação da população negra e das mulheres negras em particular, não entram na lógica da família, de masculinidade ou de feminilidade, ou melhor, se coisifica as relações entre brancos e não brancos, já que estes últimos eram ferramentas de trabalho. Sueli Carneiro (2003) aponta que:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos

falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados (...) Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação (CARNEIRO, 2003).

Isto é, o racismo também superlativa os gêneros por meio de privilégios que advém da exploração e exclusão dos gêneros subalternos (CARNEIRO, 2003). Angela Davis (2016) aprofunda a noção de coisificação da população negra na época da escravidão nos Estados Unidos, sendo os castigos corriqueiros no cotidiano da população, o chicote como mecanismo diário de controle, e o estupro, arma destinada em particular às mulheres. Por isso quando falamos de desigualdade e capitalismo na América Latina, é necessária uma análise cuidadosa em relação à organização do trabalho, pois, a colonização instituiu uma divisão do trabalho completamente racializada (QUIJANO, 2005), sendo a raça o instrumento pelo qual se (re)posicionam as relações de superioridade e inferioridade estabelecidas pela dominação.

Deste modo, as relações sociais nas Américas se estruturaram por relações raciais e de gênero entre os grupos brancos e não brancos, cruzando diferentes formas de opressão. A violação colonial perpetrada pelos senhores brancos às mulheres indígenas e negras, além da ideia de miscigenação, está na origem de toda a nossa construção nacional da identidade, resultante no mito da democracia racial⁹ (CARNEIRO, 1995; 2003). A dimensão da problemática da mulher - tendo em vista que “mulher” não é uma categoria universal - e que, portanto, há outros tipos de experiências de mulheres negras e indígenas brasileiras, é necessária a análise desde a óptica da interseccionalidade, que articule no mínimo raça, gênero e classe, já que o silêncio vivenciado por nossa população possui outras formas de opressão que não somente o sexismo, uma vez que a própria raça delinea as noções de gênero. Abordaremos, portanto, a categoria que cunhamos como divisão interseccional do trabalho.

⁹ Aprofundaremos melhor esta ideia mais adiante.

3.2 A DIVISÃO INTERSECCIONAL DO TRABALHO:

Como vimos anteriormente, a produção social do espaço atrelada ao modo de produção de cada lugar, e a diferenciação econômica e espacial entre meio urbano e rural, constitui em si um mito do “desenvolvimento”. O qual se faz a partir de relações sociais e conflitos entre grupos, entre classes, e entre sexos. Trazendo no bojo do desenvolvimento econômico industrial moderno uma ideia de sociedade modelo, no caso, a sociedade ocidental. Ou seja, quando falamos de dicotomia entre rural e urbano e de modelos de produção devemos levar em consideração a construção política e ideológica desses dois espaços.

Isto é, levar em consideração que não seria possível existir o urbano-industrial na Europa sem a base material de trabalhadores livres e de bens de consumo retirados do rural, e principalmente, sem a exploração das riquezas nas Américas. O campo está subordinado à cidade industrial - modelo de sociedade avançada - e às demandas de seus modos de produção, bem como, para a manutenção e (re)produção do capitalismo é necessário as relações sociais entre os sexos para a organização social do trabalho no seio da sociedade industrial, dito de outra forma, da exploração de suas “colônias internas”, as mulheres.

A separação entre países exportadores e países industrializados, que compõem a divisão internacional do trabalho, os Estados Nacionais latino-americanos, baseados em uma economia agrícola e agropecuária, tornaram-se dependentes econômica e politicamente dos países do norte industriais (MARINI, 2008). Por conseguinte, o capitalismo desenvolvido na América Latina possui um desdobramento próprio que se deu a partir, e conjuntamente, do desenvolvimento industrial europeu e que, sobretudo, se constituiu fundamentado na ideia da superioridade europeia, branca e masculina, como sociedade e indivíduo (espiritual, moral e materialmente) evoluído. Dessa forma, destacamos que ao contrário do que Lefebvre (2011) afirmou de que “[...] a industrialização caracterizou a sociedade moderna”, acrescentamos e escancaramos que, na realidade, a colonização caracterizou o industrial moderno. Portanto, a categoria raça¹⁰, bem como as questões de

¹⁰ De acordo com Silvio Almeida “a noção de raça como referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade que remonta aos meados do século XVI. [...] Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas” (ALMEIDA, 2019, p. 24).

classe e gênero, são indispensáveis para a análise das relações sociais e de poder na construção ideológica e hierárquica entre urbano-rural.

Por detrás da ideia de diferenciação dos espaços como urbano-rural, em plano nacional ou internacional, existem tensões e conflitos sociais e de poder entre grupos advindos da organização do trabalho. Uma vez que o mito do desenvolvimento, e da ideia de uma história linear serviu de cimento para a acumulação do capital industrial europeu, através da expropriação de terras comunais dos agricultores da Europa e, sobretudo, pela colonização de terras e corpos nas Américas. As relações sociais de sexo, raça e classe são estruturantes e determinantes nas posições sociais e em como os diferentes grupos são representados no imaginário da sociedade. Estas relações são respaldadas materialmente pela divisão social do trabalho. Deste modo, pensar somente em divisão sexual do trabalho é insuficiente quando pensamos estas relações sociais de sexo em contextos de países multirraciais e racistas, como o caso da América Latina. Pois, a divisão interseccional do trabalho organiza o modo de produção industrial. Destrincharemos mais sobre essa ideia, vejamos...

Aníbal Quijano (2000) nos mostra como as configurações do trabalho estabelecidas no período colonial no Brasil e América Latina, partiram da ideia de raça superior que trazia a população ibérica a partir do momento em que estabeleceram relações com os povos originários presentes nos territórios que foram invadidos. Desta forma, a associação do trabalho não pago ou não-assalariado às raças dominadas, por parte dos europeus, tem uma relação histórica com o trabalho escravo imposto às populações nativas e negras trazidos do continente africano (GOMES, 2018). Quijano denominou este modelo de sistema-mundo colonial moderno, que se constitui junto e a partir da colonialidade do poder¹¹. María Lugones (2005; 2008) deu um passo a mais que Quijano, apresentando que os eixos pelos quais o capitalismo eurocentrado e global se constitui a partir de estruturas de classe, mas também de raça e gênero, que atuam de modo em que a divisão do trabalho é racializada e diferenciada geograficamente e que a raça é generificada, ou seja, gênero também é modelado pela categoria de raça. Não se trata de “recortes”, mas sim, categorias estruturantes que se combinam a partir de diferentes sistemas de opressões nas experiências e representações sociais na vida das pessoas.

¹¹ "Entende-se por este conceito o padrão de poder que se constituiu justamente com o capitalismo moderno-colonial, que teve início com a conquista da América Latina em 1492. O sistema-mundo moderno-colonial, que se constituiu a partir daquela data, deu origem a um novo padrão de poder mundial fundamentado na ideia de raça, que passou a classificar a população mundial, produzindo identidades raciais historicamente novas que passariam, por sua vez, a ficar associadas a hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes aos padrões de dominação" (BERNARDINO-COSTA, 2013, P. 47).

Tendo em vista essa ideia da organização da força de trabalho, Angela Davis, ¹²(2016) em “Mulheres, Raça e Classe”, aborda como as diferentes formas de exploração e dominação fazem com que as mulheres negras estejam no centro das opressões e formas de discriminação -nas palavras de Kimberlé Crenshaw como interseccionalidade - reforçando suas situações e condições sociais. Apesar de Davis (2016) analisar a situação das mulheres negras dos Estados Unidos, este país possui profunda semelhança com a formação política social brasileira e de toda Latinoamérica em relação às diversas formas de exploração e dominação, demonstrou como as populações racializadas como não-brancas, e as mulheres racializadas como não-brancas em especial, estavam submetidas às diferentes formas de exploração e como esta “instituição peculiar”¹³ determinou a situação específica das mulheres racializadas como negras, e escravizadas, já que o “sistema escravista definia o povo preto como propriedade” (DAVIS, 2016, p. 17). Deste modo, é de urgência uma análise histórica e de seu papel como trabalhadoras, para uma avaliação das condições de vida dessas mulheres atualmente, e sua situação social na sociedade.

Em relação à produtividade, ao trabalho e à força, tanto homens como mulheres eram obrigados a trabalhar nas lavouras, em trabalhos pesados, do amanhecer ao pôr do sol; sempre se encontravam sob ameaça do açoite: “[...] nesse sentido, a opressão das mulheres era idênticas à dos homens” (DAVIS, 2016, p. 19). Mas que, no que tange às opressões de cunho sexual como estupro, mutilação e coerção sexual, eram cabíveis unicamente às mulheres. Além de serem reduzidas à sua condição de “mulheres” quando em casos de aplicação de punição, eram submetidas ao controle absoluto de sua capacidade reprodutiva. Com o final do tráfico negro, as mulheres negras passaram a ser avaliadas de acordo com sua fertilidade para gerar filhos. Assim, a exaltação à maternidade não cabia às mulheres negras até o século XX, o papel social enquanto “mães” não lhes diziam respeito, já que seus filhos, eram vendidos em feiras como bezerros, sem direito algum a exercer seus papéis legais como mães. Desta forma, homens, mulheres e crianças negras eram em igual como “provedores” para a classe proprietária branca de mão de obra escrava (DAVIS, 2016).

¹² Destacamos aqui um sutil cuidado ao citar Angela Davis ligada ao conceito de Kimberlé Crenshaw. Pois, Davis faz sua crítica para a atenção que devemos ter quanto ao termo, pois o tom neoliberal da interseccionalidade nos leva a concentrarmos nos indivíduos, em vítimas individualmente, retirando a devida atenção do papel do Estado e da violência policial contra a população negra, e na especificidade da condenação de homens negros nos EUA. No entanto, Davis também pontua a necessidade de identificar o racismo e o sexismo interseccionados, visto a composição cultural condenada. Carla Akotirene apontou que para Davis a interseccionalidade repete o conteúdo do feminismo negro sem citar todas as mulheres e organizações anteriores ao termo. Mais ainda, a autora aponta que devemos “evitar que o termo ‘interseccionalidade’ apague histórias cruciais de ativismo[...].” (DAVIS, 2018, p. 33)

¹³ “Eufemismo usado nos EUA para se referir à escravidão” (DAVIS, 2016, p. 16).

O fato de mulheres negras serem “reprodutoras” não as isentavam do trabalho pesado nas lavouras. Davis relata histórias contadas por ex-escravizados e das relações sociais de trabalho nas plantações. Uma em especial chama a atenção para o fato de como as mulheres, e sua força de trabalho, eram vistas tão “masculinas” quanto à de seus companheiros, na qual a ideologia dominante sobre “sexo frágil” cabia unicamente às mulheres brancas como “mães” e “donas de casa”

As mulheres que tinham bebês em fase de amamentação sofriam muito quando suas mamas enchiam de leite, enquanto as crianças ficavam em casa. Por isso, elas não conseguiam acompanhar o ritmo dos outros: vi o feitor espancá-las com chicote de couro cru até que sangue e leite escorressem, misturados, de suas mamas (GRANDY, 1969, APUD DAVIS, 2016, p. 21).

Ainda seguindo esta ideia sobre o que é considerada a feminilidade, e quais mulheres podem ser femininas Maria Lugones (2008) aponta:

(...) sólo las mujeres burguesas blancas han sido contadas como mujeres. Las hembras excluidas por y en esa descripción no eran solamente sus subordinadas sino también eran vistas y tratadas como animales, en un sentido más profundo que el de la identificación de las mujeres blancas con la naturaleza, con los niños, y con los animales pequeños. Las hembras no-blancas eran consideradas animales en el sentido profundo de ser seres sin género, marcadas sexualmente como hembras, pero sin las características de la femineidad (LUGONES, 2008, p. 94).

Mais ainda, María Lugones (2008) em “Colonialidad y Género” apresenta que a divisão do trabalho é completamente racializada e geograficamente diferenciada, observando a colonialidade do trabalho como um entrelaçamento atencioso entre trabalho e raça, e que se vale das formas de exploração e dominação sobre o gênero, a sexualidade e a classe. Isto é, há um encaixe entre elementos do capitalismo global e eurocentrado, em uma complexa organização do trabalho racializada e sexista. Raça, assim como classe e sexo, tem sido entendida como uma categoria social e de poder, em que grupos racialmente diferenciados se encontram em torno de uma disputa (KERGOAT, 2010).

Recuperando à Ochy Curiel (2007) que afirma que a América Latina e Caribe é um continente marcado pelo colonialismo, a escravização indígena e africana, e pela dependência econômica. Os Estados Nacionais se desenvolveram a partir de elites políticas, as quais expropriaram as riquezas locais sob uma ideia de nacionalismo carregado de ideologias patriarcais, racistas, segregacionistas e classistas (CURIEL, 2007). Portanto, mesmo após a abolição, o período escravista demarcou a histórica continuidade da sujeição, subordinação e desumanização das populações racializadas. Esta continuidade histórica fica evidente quando analisamos os dados elaborados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada

pelo Instituto Brasileiro Geográfico e Estatística (IBGE), que mostra que os dados de 1995 a 2015, em que a população negra representou, em 2015, cerca de 54% da população total do Brasil, a qual é sobrerrepresentada em uma taxa de 10,6 de população desempregada, fazendo parte de 66,5 por cento da população economicamente ativa do Brasil (FONTOURA, REZENDE, *et al.*, 2017) (ANEXO A -Tabela 1a, 1b, 1c). Desta forma fica evidente que as desigualdades de raça são estruturantes na sociedade brasileira, ou seja, “o racismo e seus reflexos na distribuição dos recursos são elementos estruturantes da desigualdade social no Brasil” (SILVA e GOES, 2013, p. 14).

Ochy Curiel (2007) aborda a questão do racismo como elemento organizador do trabalho pelo colonialismo e que:

La división de la esfera pública y privada como aquellos espacios donde se evidenciaba la división sexual del trabajo, perdía sentido absoluto cuando se trataba de la experiencia de muchas mujeres en la que ambas esferas fueron espacios de explotación económica, de construcción de estereotipos y roles sexualizados y racializados, ubicadas siempre en las esferas laborales menos valoradas y remuneradas, como lo fue, entre otros, el trabajo doméstico (CURIEL, 2007, p. 3).

Desta forma, a divisão de tarefas totalmente racializada, delimitou e determinou as representações e posições sociais de indígenas e negros dentro da sociedade, atuando de modo visceral, em especial nas condições das mulheres racializadas como negras. Por esta razão

(...) creo importante hablar de la historia de las mujeres trabajadoras, pero comprendiendo y contextualizando por lo menos el papel histórico de las mujeres racializadas de la región ya que se habla mucho de cómo las mujeres fueron recluidas a los muros de sus casas desempeñándose en labores el hogar, sin embargo desde la colonia hubo mujeres esclavizadas racializadas que se desempeñaban en labores agrícolas, labores domésticas y de cuidado, a las labores de tejidos, de comercio, entre muchas otras labores para las y los blancos pudientes (MOSQUERA, 2019, p. 43).

No tema pelo qual nosso trabalho é abordado, sobre o (des)valor do trabalho doméstico no meio rural, é fundamental a análise sobre as relações sociais que permeiam os espaços estruturadas desde um contexto colonial e da escravização. Isto é, pensar que a divisão social do trabalho, é na verdade uma separação e hierarquização das tarefas, na qual as autoras Laura Mosquera (2019) e Mayara Gomes (2018) cunharam de **divisão interseccional do trabalho**. Gomes (2018) e Mosquera (2019) se debruçaram a estudar como a interseccionalidade é uma categoria analítica indispensável para compreender que a divisão social do trabalho na América Latina é atravessada por processos de escravização e sexualização. Mayara Gomes (2018) buscando explicar o porquê do capitalismo dependente

na América Latina, em especial, do caso brasileiro, reproduzir certas condições na vida de mulheres negras; aponta que analisar a divisão do trabalho desde a interseccionalidade é “[...] compreender que como povo latino-americano, colonizado, escravizado, construído sob uma segregação racial, social e de gênero, e com características que esses princípios desdobram, consolidamos uma forma de sociedade diretamente correspondida a essas características” (GOMES, 2018, p. 47). Pois, desta forma, compreendemos, assim, o quão diferente são as situações e condições das mulheres negras comparadas às mulheres brancas e “mães de família”, e que “[...] o principal elo que quebra a lógica de mulher do lar e frágil é a escravidão, em hipótese alguma é possível que tenhamos uma análise racial fiel à realidade que não leve em consideração este período” (GOMES, 2018, p. 50).

Andrea Cristian Mosquera (2019), estudando o caso colombiano, nos mostra que os impactos nas condições de flexibilização e precarização do trabalho vivenciada por mulheres racializadas como não-brancas, se deileitam na divisão do trabalho da sociedade que se modela:

[...] como una división interseccional del trabajo articulando clase, raza y género pensando las mismas como indisociables e interdependientes; así logramos comprender de forma ampliada las opresiones, subordinaciones y discriminaciones específicas que existen y persisten en las mujeres y mucho más las mujeres racializadas. Así encontramos que la división del trabajo desde décadas atrás se instauró de forma racializada y con marcas de dominación/opresión del trabajo articulando raza, como también género y clase. De esta manera desde la época colonial se instauró en la región una marcada organización jerárquica étnico-racial recluyendo a las poblaciones racializadas ya sean negros o indígenas a exclusiones políticas, sociales y económicas. Así, las transformaciones en el mundo del trabajo permitieron que la situación de mujeres racializadas en el mundo del trabajo se viera comprometida, y subyugada a características específicas dentro de matrices de opresión específicas de un sistema patriarcal, racista capitalista con flexibilizaciones interseccionales (MOSQUERA, 2019, p. 88).

Assim, integralizar o termo interseccionalidade como uma categoria analítica metodológica para entender que as complexas dinâmicas da realidade das relações sociais de sexo, raça e classe são antagônicas e estruturantes pois estabelecem materialmente a exploração do trabalho, por meio da divisão de raça, gênero e classe, determinando assim a separação e a hierarquização da divisão interseccional do trabalho. Ou seja, pensar que a divisão interseccional do trabalho é fruto de uma matriz colonial de dominação (AKOTIRENE, 2019), que aplica, em sua forma mais sutil de opressão, a (re)produção de desigualdades sociais com heranças escravistas. Portanto, pensar em interseccionalidade é importante para investigar as questões de gênero atreladas às questões raciais, principalmente, quando se trata de compreender as relações sociais e de organização do trabalho.

A divisão interseccional do trabalho tem como força motriz a permanência do racismo e a herança escravocrata nas relações sociais de raça, gênero e classe. Desta forma, retomamos o que as autoras Hirata e Kergoat (2007) afirmam que houve um “aumento das melhorias de vida”, mas a questão que deve nortear essa “melhoria de vida” deve ser feita justamente a partir da “distância” entre as posições sociais e o pertencimento de gênero, raça e classe dos indivíduos; isto é, “tudo muda, mas nada muda” (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 3). Pois, mesmo após a abolição jurídica da escravatura persistiu culturalmente, na prática das relações humanas, o racismo estrutural (ALMEIDA, 2019), o qual o não acesso às oportunidades de educação e mercado de trabalho, somatizada às divisões e hierarquias raciais e de gênero, determinou que as mulheres negras – e originárias-, saíssem da condição de trabalhadoras escravas na lavoura ou da cozinha dos senhores brancos rumo ao trabalho em serviços domésticos e de cuidado, mal remunerado e pouco valorizados. Como enfatizou Silvio Almeida que “[...] do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática” (ALMEIDA, 2019, p. 51). Por essa razão, que o paradigma do trabalho doméstico delegado na América Latina possui suas raízes em um contexto de escravização e servidão, pois, se a luta das mulheres feministas brancas, durante o século XX, era de saírem de seus lares para ocuparem os setores produtivos; o trabalho doméstico (sempre) foi delegado às mulheres mais pobres que, em sua maioria, são negras.

Joaze Bernardino-Costa, no artigo “colonialidade e interseccionalidade: o trabalho doméstico no Brasil e seus desafios para o século XXI”, de 2013, apesar de não utilizar o termo divisão interseccional do trabalho, busca entender o trabalho doméstico no Brasil atrelando à perspectiva da colonialidade de Quijano com a interseccionalidade de Crenshaw. Para Bernardino-Costa o capitalismo moderno/colonial associa trabalho e raça que se estabelece desde o tempo da colonização até os dias de hoje, e que a condição legal de homens e mulheres negras livres não significou que suas imagens e corpos não estivessem sob o controle do padrão de dominação. Atrelada à colonialidade do poder está o conceito de interseccionalidade que o autor destacou ser importante pois vislumbra “as desvantagens, vulnerabilidades, opressões e desempoderamento sofridos dinamicamente pelas mulheres, que se encontram em dois ou mais pontos de encontro dos eixos de poder” (BERNARDINO-COSTA, 2013, p. 49):

[...] percebe-se como a colonialidade do poder e a noção de interseccionalidade permitem aprofundar o entendimento do sistema hierárquico e as desigualdades

vivenciadas pelas trabalhadoras domésticas. Não somente permitem entender uma naturalização – ou até mesmo um aprisionamento – do corpo e imagem da mulher negra a uma posição no sistema de estratificação social brasileiro (que não é simplesmente uma herança do nosso passado colonial, mas um fenômeno retroalimentado pelas práticas cotidianas atuais), como também permitem entender como alguns eixos de poder – raça, classe, gênero, idade – se sobrepõem e se cruzam, gerando e reforçando opressões (BERNARDINO-COSTA, 2013, p. 51).

Este padrão de poder atuou de modo mais enfático no período pós-abolição, quando os imigrantes europeus, recém-chegados à solo brasileiro, tiveram mais acesso às oportunidades de trabalho e às formações de um mercado livre de trabalho do que a população negra recém-liberta. Assim, o homem negro preterido frente ao seu concorrente estrangeiro (e branco) enfrentou obstáculos para a inserção de sua força de trabalho na ordem competitiva, enquanto às mulheres negras encontraram oportunidades de trabalho especialmente como trabalhadoras domésticas (FERNANDES, 1964). Segundo o estudo “Igualdade Racial no Brasil: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes” feito pelo IPEA, em 2013, as desigualdades no acesso aos mais elevados níveis educacionais, bem como a disparidade na qualidade e eficiência da educação ofertada diferencialmente entre as regiões, entre zonas rurais e urbanas, entre rede privada e rede pública, entre brancos e não-brancos, reforça a reprodução dos padrões de desigualdades no mercado do trabalho. A pesquisa revelou que, em 2010, os brancos apresentam menor índice de desocupação que os homens negros. No entanto, a desigualdade de gênero neste campo é gritante, como fator mais significativo do desemprego. “As mulheres, principalmente as negras, estão sobrerrepresentadas entre os desocupados. Com efeito, a posição mais vulnerável no mercado de trabalho é a das mulheres negras, pelas quais a interseccionalidade entre as condições racial e de gênero agrava a discriminação sofrida” (SILVA e GOES, 2013, p. 22). Representando 20,6% da População Economicamente Ativa (PEA), em 2010, as mulheres negras possuem a maior taxa de desocupação com 33,9%. Além disso,

Os negros são maioria entre os trabalhadores sem carteira, entre os não remunerados e entre os trabalhadores domésticos. As mulheres correspondem a 93% desta última categoria. Por sua vez, as mulheres negras representavam 56% dos ocupados no trabalho doméstico, que empregava, em 2010, quase 6 milhões de trabalhadores, o que correspondia a 7% do total de trabalhadores ocupados. Apenas 34,5% dos trabalhadores domésticos possuíam carteira de trabalho assinada, percentual ainda mais reduzido para as mulheres negras (32% em 2010; 28% em 2000) (SILVA e GOES, 2013, p. 24).

Podemos entender, portanto, que a população negra¹⁴ brasileira - representante de aproximadamente 54% da população total brasileira - estão sobrerrepresentadas nos índices de maior taxa de pobreza e baixos rendimentos, em relação à trabalhos formais e ocupação; com menos acesso à educação e saúde, causando efeitos violentos nas populações racialmente identificadas demonstrada pela segregação racial na forma como os indivíduos acabam participando no mercado de trabalho. Perpetuando, assim, o que muitas autoras vêm apontando como o **mito da democracia racial**, no qual inscreve como a população negra está fora da ideia de “cidadania”, e que as políticas estatais sobre educação, saúde, segurança, moradia, saneamento básico, entre outros, não atendem às demandas das populações negras ou originárias, que foram marginalizadas historicamente da construção social e política da categoria “cidadania”.

¹⁴ Vale a pena frisar aqui que, consideramos a população negra o contingente de pardos presentes, veremos melhor sobre isso mais a frente, levando em consideração a problemática da democracia racial como um projeto político de embranquecimento.

3.3 O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL:

“Quando havia um conflito, quem ia preso era o negro. E muitas vezes o negro estava apenas olhando. Os soldados não podiam prender os brancos, então prendiam os negros. Ter uma pele branca era um escudo, um salvo-conduto”.
Carolina Maria de Jesus.

Quando pensamos no processo de urbanização brasileiro, nos deparamos com um investimento intensivo por parte do Estado e do trabalho árduo da nossa elite intelectual na busca de explicar o “atraso econômico e social” da nossa sociedade a partir das questões raciais. O projeto adotado por nossa política foi o de entender - o que até então era considerado doentio e débil da população - algo pertencente e inerente da identidade brasileira: o mestiço. É necessário analisar que, por detrás do investimento econômico e institucional estatal¹⁵ rumo à industrialização nacional, estava um projeto científico e intelectual de um a criação à memória do país, que buscava explicar uma identidade nacional. O mesmo contexto que, em finais do século XIX, compreendia as diferentes sociedades através de teorias raciais, período este que precedeu a abolição.

As palavras iniciais da Carolina Maria de Jesus, literária negra e periférica, de que a polícia não pode prender o branco, então prendem o negro, nos mostram o tanto que o racismo é uma sintomática que persiste até hoje, mesmo após a abolição. “Ter uma pele branca é um escudo” se remete justamente ao papel que o debate da miscigenação teve de impacto no Brasil, pois, de acordo com Silvio Almeida (2019):

[...] o pensamento social brasileiro se ocupou da questão racial, direta ou indiretamente. De fato, de uma questão crucial pensar em como uma nação pode se constituir em um país de profundas desigualdades, atravessado de 388 anos de

¹⁵ Lilia Schwarcz nos mostra o projeto institucional já que houve faculdades em direito e medicina em São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, que buscavam explicar as diferenças na sociedade brasileira a partir das raças. Para mais, ler SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. História da vida privada no Brasil, v. 4, p. 173-244, 1998. e SCHWARCZ, Lilia Moritz. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX. O contexto brasileiro. Raça e diversidade, p. 147-185, 1996.

escravidão. O que é curioso notar é que os projetos nacionais do Brasil desde a implantação da primeira república caminharam no sentido de institucionalizar o racismo, tornando-o parte do imaginário nacional. Ou seja, o Brasil é um típico exemplo de como o racismo converte-se em tecnologia de poder e modo de internalizar as contradições (ALMEIDA, 2019, p. 107).

A questão da cor da pele, no Brasil, vê no branco não apenas uma cor, mas sobretudo uma qualidade social. A abordagem brasileira, em relação à temática das desigualdades, se instituiu a ideia de que há um grau de “harmonia racial”, entre as raças. Assim, do século XVIII a meados do século XIX, com o fim da escravidão e o surgimento de um Estado mais centralizado, enquanto uma república, o debate da cidadania entra em voga a fim de explicar o Brasil enquanto uma nação, por mais que suas diferenças entre os grupos sociais da época eram gritantes e, desde sempre, hierarquizados.

As teorias raciais não nasceram às particularidades brasileiras, estavam por todo o mundo desde o século XVIII na tentativa de explicar a diferenças das raças; mas foi no Brasil que a combinação do discurso de um liberalismo e de um racismo, presente e velado, constituíram um racismo particular, assumido nas suas formas mais particulares, no plano das intimidades (SCHWARCZ, 1996). Silencioso e sem cara que se esconde por detrás de uma suposta garantia de universalidade e de igualdade das leis, porém, jogando o campo da discriminação para o terreno privado. A fim de manter esta particular ordem de funcionamento social a elite intelectual branca brasileira atrelada à ideia de *nação* brasileira o discurso ideológico da democracia racial se expande por todos os poros da sociedade brasileira, isto é:

A partir de 1930, a necessidade de unificação nacional e a formação de um mercado interno, em virtude do processo de industrialização, dão origem a toda uma dinâmica institucional para a produção do discurso da democracia racial., em que a *desigualdade racial* – que se reflete no plano econômico – é transformada em *diversidade cultural* e, portanto, tornada parte da paisagem nacional (ALMEIDA, 2019, p. 107).

Nos anos 30, a derrocada da ideia do mestiço, como algo endêmico, se transmuta como símbolo de uma identidade nacional. Gestada então como um projeto de Estado, a “democracia racial” muito “bem formulada” na obra exemplar de Gilberto Freyre (1938) na exaltação de uma harmonia racial de maneira a se menosprezar as diferenças diante um cruzamento racial tão singular, o qual a miscigenação é um traço social, inerente à qualquer brasileiro - mas quanto mais branco melhor. Desde 1870, com o fim da escravização e o racismo em voga, o Estado intensifica a propaganda de migrantes europeus para o Brasil, como aponta João Stédile (1997):

A saída encontrada pelas elites para substituir a mão-de-obra escrava foi realizar uma intensa propaganda na Europa, em especial na Itália, na Alemanha e na Espanha, para atrair os camponeses pobres excluídos pelo avanço do capitalismo industrial no final do século 19 na Europa. E, assim, com a promessa do "eldorado", com terra fértil e barata, a Coroa atraiu para o Brasil, no período de 1875-1914, mais de 1,6 milhão de camponeses pobres da Europa (STÉDILE e LOCONTE, 1997, p. 8).

As teorias raciais chegam no Brasil, a partir do século XIX, no mesmo momento histórico em que a abolição da escravatura se tornara irreversível. Ajudaram a explicar as desigualdades sociais como uma inferioridade de raça, mas também, apostaram massivamente em uma miscigenação positiva. Schwarcz (1998) aponta que a escravidão inibiu qualquer possibilidade de discussão sobre cidadania, além disso, tendo o trabalho pesado associado exclusivamente aos escravizados, a violência disseminou-se nessa sociedade de desigualdades e de posse de um homem sobre o outro. Deste modo o discurso oficial da elite intelectual apostou que, ao contrário de outros países que utilizaram de políticas estatais de apartheid, como no caso dos Estados Unidos e África do Sul, no lugar destas ideologias raciais oficiais e de criação das categorias de segregação, o contexto brasileiro projetou-se na imagem da democracia racial, corolário de uma escravidão benigna – partidas do princípio da “cordialidade” do português. Carregando assim suas singularidades da realidade social brasileira: de um lado, acreditava-se que teríamos um futuro branco apostando numa miscigenação positiva; do outro, o alívio consequente de uma libertação que se fez sem lutas ou conflitos e, sobretudo, capaz de evitar distinções legais baseadas na raça.

Assim, como descreveu Florestan Fernandes (1964), sobre a seguinte situação da população negra no Brasil:

Primeiro, generalizou um estado de espírito farisaico [hipócrita], que permitia atribuir à incapacidade de ou à irresponsabilidade do “negro” os dramas humanos da “população de cor” da cidade, com o que eles atestavam como índices insofismáveis [indiscutíveis] de desigualdade econômica, social e política na ordenação das relações raciais. Segundo, isentou o “branco” de qualquer obrigação, responsabilidade ou solidariedade morais, de alcance social e de natureza coletiva, perante os defeitos sociopáticos da espoliação abolicionista [...]. Terceiro, revitalizou a técnica de focalizar e avaliar as relações entre “negros” e “brancos” através de exterioridades ou aparências dos ajustamentos raciais, forjando uma consciência falsa da realidade racial brasileira, [e, esta lógica corrobora com as convicções eurocêntricas de que:] [...] 1º – a ideia de que “o negro não tem problemas no Brasil”; 2º – a ideia de que, pela própria índole do povo brasileiro, “não existem distinções raciais entre nós”; 3º – a ideia de que as oportunidades de acumulação de riqueza, de prestígio social e de poder foram indistinta e igualmente acessíveis a todos; 4º – a ideia de que “o preto está satisfeito” com sua condição social e estilo de vida e 5º – a ideia de que não existe, nunca existiu, nem existirá outro problema de justiça social com referência ao “negro” excetuando-se o que foi resolvido pela revogação do estatuto servil (FERNANDES, 1964, p. 311).

E é a partir daí, então, que se manifesta e se expressa o mito da democracia racial, o qual a cor da pele está sempre presente, enquanto o critério é fenotípico, baseado em traços biológicos, a discriminação se apoia na distinção cultural, isto é, vão se apropriando símbolos de africanidade como pertencentes à nação brasileira – que não é nem branca, nem preta, nem indígena, mas considerada brasileira- como uma alentada convivência cultural miscigenada tornando-se modelo de igualdade racial. Da qual, a violência física e simbólica do dia a dia até parecem temas a serem desprezados.

A cor da pele é uma questão cotidiana, que não apenas se percebe a desigualdade só no trabalho, mas também, a existência de racismo nas práticas penais, partindo do princípio de uma igualdade jurídica. Como demonstrou Dina Alves, em seu artigo “Rés negras, juízes brancos: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulista”, de 2017, sobre a administração da justiça como uma reprodução das desigualdades sociais que têm suas origens em um passado de escravização e exploração, principalmente quando analisadas as populações encarceradas do país. Apresentam uma maioria de pessoas negras e, revelam um lugar histórico ocupado pelas populações negras em sua formação do imaginário social brasileiro, em especial, as mulheres negras. “Cumé que a gente fica?”, nos interpela Lélia González, no seu artigo “Racismo e sexismo na cultura da sociedade brasileira”, de 1984. Como fica a situação das mulheres negras em particular? Quais consequências do mito da democracia racial que situa a mulher negra em determinadas representações na sociedade?

A autora Lélia González (1984) nos mostra como o duplo fenômeno do racismo conjugado ao sexismo se constroem como a sintomática de uma neurose cultural no Brasil. Encobrendo e clareando a africanidade que a constitui, reproduzindo efeitos violentos sobre as mulheres racializadas de modo específico. A democracia racial como todo mito, portanto, oculta algo para além daquilo que se mostra. Neste caso, oculta o estupro colonial, nas palavras de Sueli Carneiro (2003), “perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional” (CARNEIRO, 2003, p. 1). A violência física, moral e social cotidiana é justamente o que o mito busca dissimular. A exaltação do mestiço como símbolo nacional, ao mesmo tempo em que a desafricanização de vários elementos culturais, simbolicamente clareados, se tornam um discurso oficial enquanto o processo de branqueamento é uma prática nacional. O racismo acaba por determinar a população negra naturalizada à condição de ser pobre. Associando-se a cor da pele com determinadas representações e papéis sociais.

[...] ele [preto] tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice, etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha, pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados (GONZALEZ, 1984, p. 225).

De acordo com González, é no rito carnavalesco em que o mito da democracia racial atua com toda sua força simbólica. As noções de mulata, doméstica e mãe preta permeiam o imaginário de resignação do papel da mulher negra. Enquanto mulata no samba, a mulher negra vira a Cinderela do asfalto, seu corpo exaltado e elogiado, “[...] adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la” (GONZALEZ, 1984, p. 228). No entanto, o endeusamento oculta uma outra parte que a neurose brasileira tenta esconder:

Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica (GONZALEZ, 1984, p. 228).

Ao utilizar o termo mucama para a exemplificação do engajamento entre mulata e doméstica, pois, a escrava negra além de exercer os serviços domésticos na casa do senhor branco, lhes cabia ainda a satisfação sexual dos mesmos, ou de seus filhos, mesmo que fosse contra a vontade da mulher escrava. Demonstrando, assim, a dicotomia que carrega a mulher negra que, quando não exaltada pela sexualização de seu corpo no cenário carnavalesco, é submetida à sua função de doméstica. De um lado, o endeusamento (sexual); do outro lado, a desvalorização. Ao passo em que se promove a miscigenação e o sincretismo de costumes, se embranquece a população e os traços simbólicos das populações racializadas.

[...] Portanto, entender a dinâmica dos conflitos raciais e sexuais é absolutamente essencial à compreensão do capitalismo, visto que a dominação de classe se realiza nas mais variadas formas de opressão racial e sexual. Relação entre Estado e sociedade não resume à troca e produção de mercadorias, as relações de opressão e de explorações sexuais e raciais são importantes na definição do modo de intervenção do Estado e na organização dos aspectos gerais da sociedade (ALMEIDA, 2019, p. 97).

Portanto, a questão da divisão interseccional da sociedade, e do trabalho, mobiliza mecanismos de subalternização do racismo, que é velado, atuando de modo latente, mas visceral. Pois, a construção intelectual, política e científica a fim de criar uma identidade nacional criou um mito de que todos somos iguais perante a lei. Por isso, é necessário entender a dialética proposta por Lélia González entre memória e consciência. A qual a

consciência encobre o desconhecimento, lugar de alienação e de esquecimento e até do saber, que se expressa no discurso dominante, ocultando a memória mediante a imposição do que ela afirma enquanto verdade. “A consciência excluí o que a memória inclui” (GONZALEZ, 1984, p. 226). Mayara Gomes (2018) explicitou bem didaticamente sobre a dialética de González entre memória e consciência que, nas palavras de Gomes:

[...] a consciência age como um lugar de desconhecimento e alienação, já que ela sempre estará pautada por um discurso hegemônico vigente, já a memória corresponde ao não-saber que conhece, é a restituição da história que não foi escrita mas aconteceu, o fato que não foi contabilizado. A consciência apaga o que a memória tenta resgatar, ou, trazendo para a nossa pauta, apaga a nossa história como povo dominado, violentado e explorado. Dessa forma, é muito fácil esquecer de anos de escravidão e seus resquícios e reproduzir comportamentos que corroboram com com a violência à população negra, mas, que a consciência permite acontecer (GOMES, 2018, p. 60).

Isto é, analisar historicamente as relações escravistas que atuam, ainda hoje, nas reproduções das desigualdades sociais. E como a democracia racial usou de cimento a ideia de miscigenação como algo pertencente a todos, dificultado, deste modo, qualquer discussão sobre a temática racial. O racismo, portanto, assim como as relações sociais de sexo, recebem expressões de foro íntimo, mas que, na realidade, atuam de modo estruturantes na organização da sociedade. Ou seja:

Insistir no mito significa, portanto, recuperar uma certa forma de sociabilidade inscrita em nossa história que, já presente na escravidão, sobreviveu alterada o clientelismo rural e resistiu à urbanização, em que o princípio da classificação hierárquica se manteve, sustentado por relações íntimas e laços pessoais. Herdeiros de uma determinada tradição, segundo a qual a iniciativa de colonização teria sido sempre entre à particularidades: residiria aí a singularidade da colonização ibérica, marcada por fortes vínculos pessoais, que tornam fluidas as delimitações entre esferas públicas e privadas de atuação (SCHWARCZ, 1998, p. 238)e.

Deste modo, pensar em uma distinção entre urbano-rural nada esclarece sobre as diferenças de realidade econômica e social constituídas pelo modo de produção, unicamente como diferenciação de espaços. Na realidade, o que acontece é que para existir a industrialização da sociedade moderna, como aponta Lefebvre, primeiro existiu uma separação das tarefas entre homens e mulheres e, com a invasão das Américas, se transmutou a divisão sexual do trabalho como relações sociais para as populações originárias e africanas estabelecendo assim uma divisão racial do trabalho. É desta forma, que se configura a divisão interseccional do trabalho. Mais ainda, é a partir da interseccionalidade das relações sociais entre gênero, raça e classe que o capitalismo se mantém. A colonização, portanto, não é algo exclusivo da realidade latino-americana, em especial o caso brasileiro; mas a divisão

interseccional do trabalho ajuda a manter os indivíduos subalternizados e estigmatizados à determinadas situações e papéis sociais.

Seja no campo, seja na cidade, estamos atravessados pela interseccionalidade como elemento constituinte de organização. Portanto, as relações patriarcais, de classe e de gênero por mais que sejam melhor perceptivas na cidade, também permeiam o campo. Como abordou Pedro Stédile (2005) sobre a questão agrária no Brasil:

O surgimento do campesinato se deu em duas vertentes. A primeira, já mencionada, trouxe quase dois milhões de camponeses pobres da Europa, para habitar e trabalhar na agricultura nas regiões Sudeste e Sul, do Estado do Espírito Santo para o sul. A segunda vertente de formação do campesinato brasileiro teve origem nas populações mestiças que foram se formando ao longo dos 400 anos de colonização, com a miscigenação entre brancos e negros, negros e índios, índios e brancos, e seus descendentes. Essa população, em geral, não se submetia ao trabalho escravo e, ao mesmo tempo, não era capitalista, eram trabalhadores pobres, nascidos aqui. Impedida pela Lei de Terras de 1850 de se transformar em pequenos proprietários, essa população passou a migrar para o interior do país, pois, nas regiões litorâneas, as melhores terras já estavam ocupadas pelas fazendas que se dedicavam à exportação. A longa caminhada para o interior, para o sertão, provocou a ocupação de nosso território por milhares de trabalhadores, que foram povoando o território e se dedicando a atividades de produção agrícola de subsistência (STEDILE, 2005, p. 10).

A urbanização tardia no Brasil, a qual ocorreu em meados do século XIX até os anos 80, mobilizou um êxodo rural. A mesma [urbanização] se deu no mesmo período histórico e social da abolição da escravatura e com o incentivo massivo de um grande contingente de imigrantes europeus para o solo brasileiro. De acordo com os dados disponíveis pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015, a maior parte da população brasileira vive em áreas urbanas, com 84,72%; enquanto 15,28% vivem em áreas rurais. Porém o percentual da população branca, em 2015, nos meios urbanos representa 47,2% da população total das cidades, contra 52,1% de negros e pardos¹⁶. Já no meio rural, 34,4% são brancos, contra 64,4% negros e pardos (ANEXO A, Tabela 2).

Além da questão de terra, quando analisamos as oportunidades de acesso à educação também identificamos que apesar de uma maior acessibilidade de todos na instância educacional, a diferenciação social e por raça continua adicionando a questão de gênero, os dados são ainda mais gritantes. A taxa líquida de escolarização, segundo o IPEA, as mulheres

¹⁶ Consideraremos daqui pra frente que a população parda considerada como negra pois, como destacou Schwarcz que "o termo pardo surge como um verdadeiro saco de gatos ou como 'sobra do censo'. O nome mais se parece como um curinga: tudo o que não cabe em outros lugares encaixa-se aqui" (p. 225). A escolha dessa opção de definição se faz justamente a fim de questionar o papel da miscigenação como modelo o embranquecimento, abrindo para o debate do colorismo.

negras possuem apenas 15% na categoria de ensino superior, e os homens negros com 10,3% enquanto as mulheres e homens brancos representam, respectivamente, 28,1% e 21,7% (ANEXO A, Tabela 3). Este diferencial no acesso à educação apresenta relação com a situação de trabalho da população, na diferenciação dos trabalhos e na remuneração. Assim, em “Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça”, realizado pelo IPEA com dados referentes à 2015, nos mostra que dos 204 milhões de brasileiros, 105 milhões são mulheres, as quais, aproximadamente 55 milhões se identificam como negras e pardas. Estas últimas estão sobrerrepresentadas no maior contingente de desempregadas, analfabetas, possuidoras de menor renda e que, em sua maioria, exercem o trabalho doméstico remunerado. Isto é, as mulheres negras possuem a maior taxa de desocupação devido, também, às possibilidades de anos de estudo, totalizando 13,3% da população negra feminina, enquanto os homens brancos representam 6,8% (ANEXO A, Tabela 4). Segundo o IPEA, analisando os dados disponibilizados pela PNAD, em 2015, a proporção de mulheres empregadas no trabalho doméstico representa 14,3% da população total feminina segundo a posição de ocupação, divididas entre a localização do domicílio. Isto é, se levarmos em consideração a divisão entre urbano e rural, há maior presença de trabalhadoras doméstica no meio urbano - 10,5% e 8,4% de mulheres brancas no urbano e no rural, respectivamente, em proporção à 19,2% de trabalhadoras negras no urbano e 11,7%, no rural -, totalizando uma porcentagem de mulheres negras com 18% em proporção às brancas, com 10,3% (ANEXO A, Tabelas 5a e 5b). Além disso, destas mulheres negras trabalhadoras domésticas apenas 29,3% possuem carteira assinada em relação à 32,5% de mulheres trabalhadoras domésticas brancas (ANEXO A, Tabela 6).

Portanto, tendo em vista o debate sobre a democracia racial e de que todos os brasileiros estão, judicialmente, iguais perante a lei, constitui-se um mito, pois, a historicidade das relações sociais no Brasil possui seu passado evidente em relações escravistas. O que persiste aí é uma longa relação de poder e de prestígio social, a qual se vale de sociabilidades que, desde a época da escravização, afetam não apenas na execução das leis e direitos, mas sobretudo, no trabalho e na intimidade. Uma vez que para entender que a “cordialidade”, que vem de um lado “afetivo” do português, não se explicita que as relações cordiais do português são pautadas na intimidade e que, deste modo, desconhecem qualquer formalidade. As representações sociais da população negra no Brasil, ainda estão atreladas às suas condições de escravizadas, como herança colonial, mas que ao mesmo tempo, o racismo se reatualiza e é retroalimentado, até hoje, persistindo na visão mais negativa no imaginário social associado à figura do negro. A divisão interseccional do trabalho mantém e reproduz os

papéis historicamente atribuídos às raças que, por sua vez, são associadas as hierarquias e lugares socialmente impostos pela lógica de dominação ocidental. Portanto, o capitalismo urbano-industrial constitui-se um mito, **um mito do desenvolvimento**, o qual mobiliza mecanismos de subordinação, exploração e dominação de corpos femininos, negros, originários. Dos quais também pressupõem um mito: de que há uma “**democracia racial**”; ou seja, que todos somos iguais, com acessos iguais.

3.4 AS INTERSECCIONALIDADES NO TRABALHO DOMÉSTICO: AS PARTICULARIDADES DO CONTEXTO LATINOAMERICANO

Este item surgiu da necessidade de se abordar conceitualmente nossa ideia do que é o trabalho doméstico e sobre suas origens no caso latino-americano. Por considerarmos um tema emblemático no Brasil e por, historicamente, ser uma temática atrelada às questões raciais, preferi abordá-lo já à questão racial, ao invés de ter colocado no primeiro capítulo sobre o debate da sociologia rural/urbana e da perspectiva feminista. Pois, a formação da força de trabalho doméstica está relacionada ao processo de colonização dos territórios e à divisão da sociedade em raças, pela necessidade de legitimar a dominação, do mesmo jeito que se estipulou a divisão entre os sexos.

O trabalho doméstico, então, na análise de Helena Hirata (2004), no seu artigo “*trabalho doméstico: uma servidão voluntária?*”, possui uma problemática da dominação, isto é, “o lugar do ‘modo de produção’ doméstico, fundado sobre a opressão das mulheres, parece central nessa reiteração da dominação. Nessa permanência da divisão sexual do trabalho no espaço e no tempo” (HIRATA, 2004, p. 44). Isto é, admite-se que se trata, de fato, de um trabalho (HIRATA, 2004; KERGOAT, 2010; SAFFIOTTI, 1987; FEDERICI, 2013). Porém, postula-se como um trabalho por *amor*. Isto é, a temática do trabalho doméstico e de cuidados acabam na “naturalização das habilidades de limpar, cuidar, cozinhar, arrumar, que são apreendidas nas esferas privadas (nas quais não há instituição reconhecida de educação), faz com que estas atividades não sejam valorizadas nas esferas públicas” (SCHNEIDER, 2016, p. 2), considerado como papel social feminino, e não como trabalho.

Joaze Bernardino-Costa (2015) aponta que a articulação racial produziu gêneros subalternizados, devido as administrações coloniais que fundamentam uma sociedade desigual e assimétrica. Isto é, a ideia da colonialidade, atrelada ao conceito de interseccionalidade, como eixos dinâmicos de opressão nos “[...] remete a uma dimensão mais dinâmica da produção, manutenção, das lutas e das resistências às desigualdades e às identidades estigmatizadas e subalternizadas [...] produz opressões e desempoderamento” (BERNARDINO-COSTA, 2015, p. 151). Mais ainda, Bernardino-Joaze nos explicita que o Brasil se apresentava, em 2013, de acordo com a OIT, como o país do mundo com o maior número de trabalhadoras domésticas. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em seu boletim de julho de 2020, sobre as condições do trabalho doméstico em um cenário pandêmico, aponta que:

Em 2018, havia no país 6,23 milhões de pessoas ocupadas na atividade, segundo dados da PNADC. Desse total, apenas 457 mil eram homens e 5,77 milhões eram mulheres, ou seja, as mulheres correspondiam a 92,7% da categoria. Do total de trabalhadoras, 3,75 milhões eram negras e 2,018 milhões não negras. As mulheres negras, portanto, representavam 65% do contingente de domésticas no país (ESTUDOS E PESQUISAS (DIEESE), 2020).

Como abordado anteriormente, de acordo com Bernardino-Costa (2015), é investigando e compreendendo o trabalho doméstico que podemos averiguar esta estruturalidade nas relações sociais e de desigualdades sociais entre raça, classe e gênero. Pois, de acordo com este autor, a colonialidade nas relações sociais estabeleceram o poder em um padrão de dominação, que foi capaz de articular raça e gênero, como uma matriz de opressão, que no contexto do capitalismo moderno/colonial - acrescentamento, logo então, industrial-urbano-, passou a constituir-se uma divisão racial e sexual do trabalho, que tiveram suas origens nas administrações coloniais. Por fim, o autor complementou ao conceito de colonialidade a noção da interseccionalidade já que esta destaca as desvantagens, vulnerabilidades e desempoderamento sofrido por mulheres, que se encontram em dois ou mais pontos dos eixos de poder, ou seja, eixos dinâmicos de exploração, opressão, subalternização e dominação.

Porém, consideramos chamar de divisão interseccional do trabalho por fazer maior alusão à questão estrutural do racismo na organização do trabalho, atrelado às questões de gênero. Pois, estas administrações coloniais, como demonstrou Bernardino-Costa, se mantêm até os dias de hoje. Como denominou Mies e Shiva (2014), é destas divisões coloniais internas de cada sociedade que se (re)produz a divisão interseccional do trabalho.

A interseccionalidade não é meramente um resultado das desigualdades, mas sim, sobretudo, um elemento constituinte da organização da sociedade. Ou seja, é de forma interseccional que se conforma o quadro de desigualdades entre gênero, raça e classe, às quais o Estado utiliza para manter o sistema econômico.

Desta forma, consideramos, portanto, que é no trabalho doméstico que percebemos vorazmente e, ao mesmo tempo, de modo latente, a interseccionalidade como elemento organizador da sociedade, isto é, que se percebe o peso simbólico, material e político deste conceito. Pois, identificamos as identidades e gêneros estigmatizadas e subalternizadas. Não somente o trabalho doméstico, senão todos os tipos de trabalhos pouco valorizados e mal remunerados. Muitos serviços e atividades que são considerados essenciais para a reprodução da força de trabalho, como o trabalho reprodutivo e de produção de subsistência.

Qualquer debate que pretenda pensar relações menos desiguais na sociedade, a questão racial e de gênero tem que ser tidas como estruturantes e de primeiro plano para uma análise decente. Temas importantes como a democracia, a questão agrária e repartição de terras, população de menor renda, acesso à educação, saúde e saneamento básico, bem como questões como mortalidade e população encarcerada, a raça deve estar em perspectiva. Já que são temas de interesse das mulheres populares, nas quais as mulheres negras estão diretamente imbricadas pela prevalência da população negra nas áreas rurais e/ou periféricas nas metrópoles do país.

É nesse cenário político, social e econômico, de um contexto pós abolição, e centralização do Estado brasileiro, que a história de Ouro Fino será introduzida e analisada. Já que é uma cidade localizada no interior do país, em Minas Gerais, no sul do estado. Cidade esta que, assim como toda a história brasileira, passou por um processo de colonização, em relação às terras e às relações sociais, já que foi uma cidade alvo de um investimento massivo, por parte do governo, de migração europeia nos finais do século XIX, a fim de motivar trabalhadores rurais para as plantações de café. Além disso, durante o século XVIII, Ouro Fino foi um local de expedições bandeirantes em busca de terras, mas principalmente ouro. Deste modo, pensar em Ouro Fino desde uma perspectiva feminista e interseccional é importantíssimo para esta análise. Afinal de contas, em uma cidade com muitas histórias de fazendeiros, boiadas, e grandes nomes políticos, onde é que se encaixa o trabalho doméstico na cidade e região? Como se configura o quadro de desigualdades de gênero, raça e classe na sociedade ourofinense? De que forma a divisão interseccional do trabalho pode influenciar na organização do trabalho, e na condição do trabalho doméstico em Ouro Fino?

4. HISTÓRIAS MAL DITAS E NÃO DITAS DE OURO FINO: UMA ANÁLISE DO TRABALHO DOMÉSTICO NA CIDADE DE OURO FINO, MINAS GERAIS.

É importante começarmos este item com alguns apontamentos quanto à metodologia desenvolvida na pesquisa que, inicialmente, foi pensada para a realização de procedimentos de triangulação metodológica, com seleção de textos e materiais de significantes da vida social, a partir da qual elaboraríamos um *corpus* de pesquisa textual e linguístico (AARTS e BAUER, 2002); podendo captar e atribuir compreensão a realidade social estudada e conferindo à pesquisa um resultado qualitativo. Para isso, a princípio, escolhemos o método de Entrevista em Profundidade, uma vez que para tal, é indispensável a abertura, focalização e profundidade segundo o universo cultural das entrevistas para descobrir os diversos sentidos locais (GUBER, 2005), acompanhado de diários de campo e etnografia (FLICK, 2009) para melhor compreender os processos das relações sociais do grupo entrevistado, desde uma perspectiva interna do grupo, seguida da análise de conteúdo das mesmas.

No entanto, devido ao cenário internacional pandêmico causado pela Covid-19, o método das entrevistas teve que ser passado adiante, sem que fosse possível elucidar melhor a questão do trabalho doméstico em Ouro Fino, em termos qualitativos, a partir da perspectiva de vida das próprias trabalhadoras domésticas. Portanto, é necessário apontarmos para a própria limitação dos dados que apresentamos e apresentaremos ao longo desta pesquisa, pois, o conjunto de materiais estadísticos apresentados foram garimpados por nós, por esta razão que há dados de diferentes períodos históricos e distintas fontes de coleta. Por estes motivos, tivemos que atender mais aos dados fornecidos pelo IBGE, PNAD, e de outros dados oferecidos por plataformas digitais sobre a cidade, realizando assim a análise de dados quantitativos acerca da problemática que rodeia a questão da pesquisa. Concomitante à isto, buscamos também dados historiográficos e textos bibliográficos sobre a cidade, bem como houve a tentativa de comunicação com órgãos sindicais da cidade, como o CRAS, e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ouro Fino.

Devido a escolha do tema de investigação acerca da configuração do trabalho doméstico na cidade de Ouro Fino, Sul de Minas Gerais, nos deparamos com dois pontos de grande debate teórico no espaço acadêmico: de um lado, a tensão entre rural e urbano que, como apontamos anteriormente, devido a escolha da cidade que apesar de ser considerada urbana segundo o IBGE, possui cerca de 48 bairros rurais, apresenta uma porcentagem de 24,7% do total da população da cidade que vive no meio rural, e 75,3% no

espaço urbano, de acordo com o último censo do IBGE, em 2010. Do outro lado, a complexidade da temática das relações de gênero atrelada às questões raciais uma vez que Minas Gerais se constituiu por processos de colonização, de transformações espaciais e, sobretudo, conflitos territoriais, econômicos, políticos e sociais. O processo de escravização e colonização, como vimos, carregava em seu discurso a ideia de civilização e urbanização, ou melhor, de “desenvolvimento”, responsável por delimitar papéis e funções sociais de acordo com a raça estabelecendo identidades e gêneros estigmatizados e subalternizados, em particular populações negras e indígenas.

Neste capítulo abordarei a história do município de Ouro Fino em relação a sua formação sócio-política e econômica, levantando elementos sobre a construção de uma separação entre público e privado para a posterior análise sobre o trabalho doméstico na região. Apesar de ser um estudo de caso sobre o município e região, esta pesquisa pode ser levada em consideração quanto ao estado de Minas Gerais e até mesmo para a formação do meio rural brasileiro. Portanto trataremos primeiro de refazer uma breve análise sobre a província de escolha, devido ao extenso e incansável debate sobre a formação de Minas Gerais. Os estudos tradicionais historiográficos sobre a região se centram na formação territorial conflituosa entre os estados vizinhos, como também estudos econômicos sobre a formação da produção cafeeira e agropastoril. Como apresentou Castilho (2009) e Pascoal (2007) a região sul mineira teve grande importância econômica como produtora cafeeira de exportação ainda no final dos séculos XVIII e, sobretudo, para a produção agropastoril local e de subsistência, graças à proximidade do Rio de Janeiro, ajudaram a se tornar uma região dinâmica nos séculos XIX até meados do século XX, o qual possibilitou grande influência política.

Portanto, buscamos relacionar a tensão entre urbano-rural como um mito a partir do qual se reafirma as relações sociais de sexo e raça, reproduzindo estruturas coloniais e patriarcais na sociabilidade, ratificando as identidades estigmatizadas e subalternizadas à certos serviços e posições sociais. Por isso, escolhemos o trabalho doméstico para esta análise, pois acreditamos que é nessa grande gama de trabalho realizado que conseguiremos identificar e analisar o quadro de desigualdade de raça, classe e gênero. Desta forma, traremos o debate sobre as questões relacionadas à gênero e raça na cidade de Ouro Fino tanto em quesito histórico, quanto à persistência das relações coloniais na atualidade das condições sociais e políticas do trabalho doméstico do local. Buscando, assim, evidenciar como se configura e se estabelece o quadro de desigualdades entre gênero, raça e classe na sociedade

ourofinense a partir da análise das condições do trabalho doméstico, levando em consideração a condição do domicílio (rural ou urbano).

4.1 CONTEXTUALIZANDO A REGIÃO SUL-MINEIRA: ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E POLÍTICOS DA IMPORTÂNCIA DO ABASTECIMENTO INTERNO E DA REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Este tópico surge da necessidade de se pensar a tensão entre rural-urbano como um mito do desenvolvimento, uma construção social de modo a superiorizar espaços e modos de vida, entre espaços da produção e o espaço da reprodução da vida em razão do capitalismo (CUNHA, 2019). A história de formação do estado de Minas Gerais não é diferente, se construiu a partir de complexos conflitos políticos internos e disputas territoriais com os estados vizinhos. Nosso objetivo aqui não é uma análise completa da bibliografia sobre a historiografia mineira, senão um breve exercício de mapeamento de algumas referências que situam a situação econômica e sociopolítica da região escolhida para a pesquisa: a região Sul de Minas¹⁷, onde se localiza a cidade de Ouro Fino; a fim de compreender a problemática entre urbano-rural como uma questão que perpassa por relações de poder.

Minas Gerais é um estado brasileiro que, desde sua formação territorial colonial, até o século XX, experimentou conflitos políticos internos e externos com estados vizinhos, como o Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Mato Grosso. Além disso, é um estado de muitas especificidades das quais não daremos conta de abarcar nesta pesquisa, voltando mais a nossa análise para a conformação histórica político-social da região sul mineira, divisa com o nordeste do estado de São Paulo que, por conta disso, possui fortes influências culturais e econômicas do estado vizinho (CASTILHO, 2009a, 2009b; CUNHA, 2019; DE FIGUEIREDO, 2017; PASCOAL, 2007; PICCINATO JUNIOR e SALGADO, 2014). Iremos utilizar dois autores específicos que trazem o debate sobre a economia sul mineira em relação às questões na organização do trabalho, os quais Fábio Castilho (2009a;2009b) e Isaías Pascoal (2007) se debruçaram em investigar a importância econômica, tanto de produção de gêneros de subsistência para o abastecimento interno quanto para exportação. Também expuseram sobre a relevância política da região para o cenário nacional brasileiro justamente devido à densidade populacional e representatividade política do Sul de Minas, o qual teve papel fundamental no processo de modernização da mão-de-obra e urbanização na região.

¹⁷ A delimitação do território na mesorregião sul mineira se deve à região de pertencimento da cidade de Ouro Fino. Entendemos as relações territoriais como um resultado de relações de trama social, isto é, de poder. (PICCINATO JUNIOR e SALGADO, 2014)

Isaías Pascoal (2007) busca compreender a economia mineira em outras óticas que não apenas a economia mercantil, mas sim na produção de artigos de subsistência e de consumo, como abastecimento interno da população dedicada à mineração, e sobretudo de suprimento para a Corte, no Rio de Janeiro. Além disso, o autor dá suma importância para o trabalho escravizado na província de Minas Gerais, na qual a escravidão teve seu apego até o fim, devido a função dinâmica e política do escravismo, onde cerca de 95% da população escravizada estavam empregadas em atividades que não a mineração e cafeicultura (PASCOAL, 2007, p. 264). Destacando assim, que a reprodução do trabalho é elemento fundamental para a reprodução do sistema econômico, e que, portanto, a produção de artigos destinados ao consumo da população ocorrera concomitante ao período da mineração. Nas palavras de Pascoal (2007):

A exploração do ouro ocorreu ao mesmo tempo em que crescia a produção de artigos destinados ao consumo da população dedicada à mineração. [...] Quando a exploração do ouro foi chegando ao fim, em quase todo o território da província, sobretudo no sul, a feição agrícola, não da grande lavoura, mas daquela devotada à produção de gêneros de subsistência, estava consolidada. O seu aparecimento se deveu à necessidade de abastecimento que as áreas produtoras de ouro exibiam, já no século XVIII. No século XIX, ela voltou-se, sobretudo, ao abastecimento da Corte no Rio de Janeiro (PASCOAL, 2007, p. 272).

Destaca-se, então, que os centros mais dinâmicos das atividades produtivas estavam ligados ao comércio. Significativamente, essas áreas demandavam um maior contingente de pessoas escravizadas. Por este motivo, de acordo com Isaías Pascoal (2007), a estrutura socioeconômica do escravismo possuía, em função de sua dinâmica interna nas relações sociais entre “senhor-escravo”/“proprietário-trabalhador livre”, na sua essência, ações políticas. Avançando um pouco mais essa ideia, Fabio Castilho (2009) indica que a migração de libertos da zona rural para a urbana, as melhorias nas condições de saneamento e a intensificação da imigração fomentada pelo Estado, estimularam o crescimento populacional regional. Concomitante a este processo estava a expansão da rede ferroviária, encadeamento do progresso de modernização.

Castilho (2009a; 2009b), portanto, apresenta dados das principais características da economia sul mineira, região que se destacou como produtora cafeeira a partir do final do século XIX e ao longo do XX. Entretanto, a mesma região também foi responsável por uma produção agropastoril tradicional direcionada para o mercado interno, ainda no final do século XVIII e primeira metade do XIX. Esta condição contribuiu para que o Sul de Minas Gerais se tornasse umas das regiões mais dinâmicas social e economicamente do estado no período em evidência, primeiramente com uma condição demográfica

significativa, que possibilitou grande influência política entre 1870 e 1920. Além disso, Castilho em sua tese “Entre a Locomotiva e o Fiel da Balança: a transição da mão-de-obra no Sul de Minas (1870-1918)” (2009) levanta fatores políticos-demográficos da região para entender o processo de transição da força de trabalho escravizada pela do imigrante europeu, sendo também um dos fatores do escravismo ter sido adiado seu fim até seus últimos momentos, pois, “[...] estas ideias postulavam a troca da mão-de-obra nacional pela europeia, com a finalidade de branquear o país e torná-lo mais civilizado (...)” (CASTILHO, 2009, p. 6).

Tabela 7 – Minas Gerais: População Escrava, por regiões. 1873-1886.

Regiões	1873		1880		1884		1886	
	Escravos	%	Escravos	%	Escravos	%	Escravos	%
Metalúrgica- Mantiqueira	95.401	24.9	63.160	19.5	51.820	17.3	49.436	17.3
Mata	100.776	26.3	100.248	30.9	106.939	35.8	104.360	36.4
Sul	81.511	21.3	71.682	22.1	63.982	21.4	61.270	21.4
Alto Paraíba	189.493	4.8	11.616	3.6	10.443	3.5	9.998	3.5
Oeste	33.711	8.8	29.806	9.2	24.440	8.2	23.152	8.1
Triângulo	7.996	2.1	9.436	2.9	5.921	2.0	5.522	1.9
S. Francisco - Montes Claros	7.983	2.1	8.325	2.6	7.574	2.5	7.411	2.6
Paracatu	2.639	0.7	1.714	0.5	1.587	0.5	1.548	0.5
Jequitinhonha - Mucuri- Doce	34.160	8.9	28.551	8.8	26.225	8.8	23.794	8.3
Total	382.640	100.	324.538	100.	298.931	100.	286.491	100.

Fonte: Castilho (2009)

De acordo com Castilho, os aspectos político-demográficos se relacionam com as condições econômicas da região, que foi baseada na expansão e cultura do café, a qual sempre esteve, historicamente, associada à transição da mão-de-obra e a vinda de trabalhadores imigrantes para o país. Por isso, é importante levar este período histórico em perspectiva para investigar e entender o trabalho doméstico em Ouro Fino a fim de averiguarmos e verificarmos o quadro de desigualdades sociais entre raça, gênero e classe. Visto que:

de acordo com o censo de 1872, o Sul de Minas possuía uma população ativa de 352.001 pessoas, sendo 279.778 livres e 72.223 cativos. Esta população escrava colocava o Sul de Minas como dono do terceiro maior plantel escravista de toda província, perdendo apenas para as Zonas Mata e Metalúrgica, com 94.559 e 90.148 escravos respectivamente (CASTILHO, 2009, p. 23).

Desta forma, o autor relaciona a população cativa da região com sua importância econômica envolvida para o abastecimento inter e intraprovincial desde o século XIX, pois era justamente na produção de artigos de subsistência e abastecimento interno que exigiam volumosa mão-de-obra. Além disso, o autor aponta para a questão da economia laceada por interesses políticos da elite regional que teve grande importância como base política dos presidentes de província, senadores e de deputados federais, o que lhe conferiu uma crescente importância no desenvolvimento das iniciativas governamentais¹⁸, em especial à produção cafeeira, principal responsável pela mudança na economia sul mineira no processo de modernização da mão-de-obra e estímulo à urbanização em toda província.

Assim, o plantio de cana, a produção de açúcar, rapadura, aguardente, alimentos e a criação de animais estavam entre as principais atividades que garantiram sobrevivência e o enriquecimento dos proprietários mais abastados do sul de Minas. Era em torno dessas atividades que se montava a estrutura das grandes unidades escravistas, compostas pelas “casas de vivenda”, pelas senzalas, pelas benfeitorias e as plantações. Para sua execução, a mão-de-obra escrava foi fundamental. Parte do excedente da produção açucareira ou da criação de animais podia ser comercializada nos mercados locais, regionais ou mesmo fora da província. [...] No entanto, mudanças significativas ocorreram na região ao longo da segunda metade do século, principalmente devido à expansão cafeeira que chegou a região por volta de 1870, provocando profundas modificações na economia sul-mineira (CASTILHO, 2009, p. 34)

Este período da historiografia brasileira percebe esta passagem histórica dentro do amplo quadro do capitalismo no Brasil, ressaltando as transformações das relações sociais de “senhorial-escravo” para as relações sociais entre “burguês-proletário”. Durante este período, o Sul de Minas passava por transformações na sua composição econômica, social e demográfica, como apresentou Castilho (2009). Além disso, é a partir de 1870 que chegam ao Brasil os ideais cientificistas e evolucionistas [eugênicos] que impulsionaram o processo de desencadeamento da modernização e urbanização de todo o país. Nas palavras de Castilho (2009):

¹⁸ Castilho aponta que "(...) após um período marcado por intensas lutas intra-oligárquicas na primeira década da república, a partir de 1898 a situação se ameniza e com o governo de Silviano Brandão, o Sul de Minas ganharia destaque no cenário político interno, elegendo quatro dos cinco governadores até 1918. Este período, entre 1898 e 1918 ficou conhecido como “Hegemonia Sul - Mineira” (CASTILHO, 2009, p. 19).

Por esta senda, à produção cafeeira é atribuído o fenômeno de crescimento das cidades médias brasileiras (em especial aquelas localizadas no interior de São Paulo e Minas). O fenômeno da urbanização, “responsável por transfigurar vilarejos em concentrações consideráveis de gentes e casas”, que vinha se acentuando no país desde meados do Império. Este processo ocorreu concomitantemente à abolição efetiva do tráfico de escravos e graças a fatores vários, entre eles a libertação de capitais comprometidos com o comércio de cativos e a hegemonia alcançada pela produção cafeeira, iniciava-se o desenvolvimento das cidades situadas no “Brasil caipira” [...]. O café trazia consigo a eletricidade, o automóvel e o telefone, os tecidos finos, o calçamento das ruas e a construção de palacetes, teatros e outras “novidades”. Portanto, a economia do sudeste brasileiro em finais do século XIX foi marcada pela expansão cafeeira, acompanhada por uma ideologia progressista de modelo francês que determinaria os caminhos do progresso e civilização. O sul de Minas não esteve alheio a este processo, principalmente quando o café começou a se expandir pela região e lentamente caminhou para se tornar o seu principal produto no século XX (CASTILHO, 2009, p. 36).

Levando em consideração os dados apresentados na tabela 7 acerca da população escravizada nas regiões de Minas Gerais, e sobre a importância da produção de subsistência que os autores Pascoal (2007) e Castilho (2009), e a massiva utilização da mão-de-obra escravizada tanto nas fazendas de produção para exportação ou abastecimento interno, o limite nas pesquisas dos autores se manifesta na ausência da importância do trabalho realizado pelas mulheres, em particular as mulheres negras, na produção para o abastecimento interno e de gêneros de subsistência, quanto, principalmente, no seu “papel social” de reproduzir a força de trabalho do sistema econômico. Isto é, a importância do trabalho doméstico e sobretudo da reprodução do trabalho na dinâmica do sistema econômico na região. Falando sobre abastecimento interno e produção de gêneros de subsistência, nos propomos então pensar o papel considerável da população feminina, em especial, as mulheres negras.

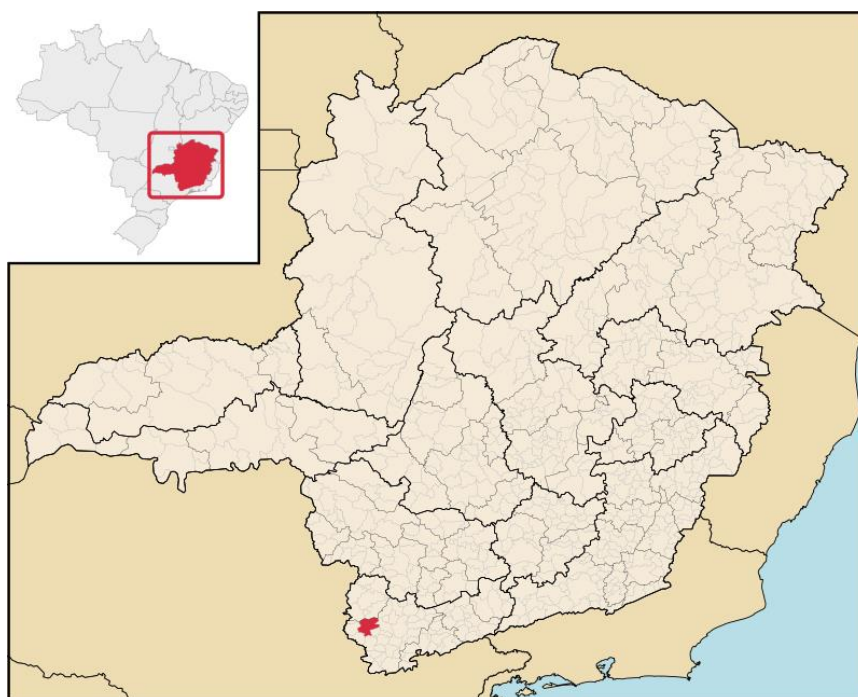
Pois, consideramos a reprodução da força de trabalho fundamental para a manutenção do sistema econômico, porém o grande contingente de trabalho realizado por mulheres no trabalho reprodutivo e para a reprodução da força de trabalho é pouco citado por Castilho (2009) e Pascoal (2007). Além disso, como tratamos nos capítulos anteriores, na sociedade capitalista, a esfera industrial-mercantil e salarial não é autônoma e depende do trabalho doméstico e dos bens e serviços que aí se (re)produz, do trabalho não remunerado exercido nos lares. O avanço do capitalismo pelo campo não fez com que diminuísse a carga de trabalho doméstico e de cuidado para as mulheres. Destacamos a importância de analisar a lógica do capitalismo desde uma divisão sexual e social do trabalho, tendo em vista que o campo está submetido às suas lógicas de produção e de valores sociais, portanto, as relações sociais no meio rural também se valem das relações de trabalho - sexista, racista, classista, e outras intersecções de vulnerabilidade - para a sua (re)produção.

Buscamos então apontar, no item seguinte, o processo de desenvolvimento do capitalismo, perpassado por essas relações sociais e de trabalho, as intersecções de desigualdades entre raça, classe e gênero, acompanhou a formação histórica, política e econômica de Ouro Fino, no Sul de Minas Gerais. A seguir, trataremos, então, a história contada sobre a formação da cidade de Ouro Fino, sua importância política e sua dinâmica econômica, para posteriormente pensarmos a questão da divisão interseccional do trabalho e como esta impacta nas condições de vida e de trabalho, verificando um quadro de desigualdades entre gênero, raça e classe, em particular na categoria do trabalho doméstico.

4.2 A HISTÓRIA (QUE SE CONTA) DE OURO FINO: ELEMENTOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS SOBRE A FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CIDADE

A cidade de Ouro Fino (MG) é localizada na microrregião de Poços de Caldas, com 533km², sendo considerada uma das maiores cidades da região, no Sul de Minas Gerais. O município fica “[...] nas franjas da Serra da Mantiqueira e a altitude média de 914 metros favorecem a cultura do café, disseminada por toda sua extensão” (CAMARGO e OLIVEIRA, 2012, p. 1710). A ocupação do território iniciou com a exploração dos bandeirantes que, desde 1693, começaram as primeiras descobertas do ouro aluvião no rio Mogi Guaçu (ROSSI, 1981).

Figura 2 – Mapa de Ouro Fino – MG.



Fonte: Wikipedia

Embora entradas¹⁹ vindas do Rio de Janeiro e da Bahia houvessem percorrido anteriormente a região, foi somente com os bandeirantes paulistas que se iniciou o povoamento do sul de Minas Gerais. Na tentativa de apaziguar o conflito entre portugueses, paulistas e imigrantes pela disputa para explorar as jazidas de ouro em Minas, D. João V

¹⁹ Estas "entradas" foram investimento pela coroa para expedições. Enquanto os bandeirantes vinham de iniciativas privadas. Expedições pela região do rio Sapucaí se iniciaram em busca de ouro e metais preciosos, e quando não encontrados, retornavam com números consideráveis de "índios" cativos.

emite um alvará em 1720 separando as capitanias de Minas de Ouro e São Paulo. Assim, a capitania de Minas Gerais é então desmembrada devida à Guerra dos Emboabas (LEITE, 1941). Mas a disputa territorial seguiu durante o século XIX e XX.

Foi em 1745 que Francisco Martins Lustosa, bandeirante paulista, descobre ouro às margens da esquerda do rio Sapucaí, rio este que pertencia a território paulista, é condecorado Guarda-Mor “descobridor” pelo governo de São Paulo. Lustosa investiu em expedição rumo à território, atualmente mineiro, em busca do ouro. É erguida a capela de São Francisco de Paula de Ouro Fino e promovido seu primeiro vigário Padre João Rabelo, em 1749. Posteriormente, é reconhecida a freguesia administrativa de Ouro Fino, constituindo-se, assim, o marco histórico da cidade (ROSSI, 1981, p. 68).

“O governo da jovem capitania mineira, porém, não tarda em reclamar para si a posse das novas descobertas auríferas e após alguns embates armados Lustosa é obrigado a abandonar suas posses, partindo então com a família para o Paraná. Mas seu nome fica para sempre guardado como fundador de Ouro Fino” (CAMARGO, 2010, p. 25).

Ouro Fino, é incorporado à freguesia de Pouso Alegre, em 1864, e a cidade foi independente política e administrativamente somente em 1880, e em comarca em 1890.

Os dois cronistas importantes da história de Ouro fino, Aureliano Leite e Pompeu Rossi, divergem acerca da quantidade de ouro encontrado na região. Para este último, “o minério fora extraído com reais vantagens, pelo menos nos primeiros decênios da mineração, embora se tratasse de ouro aluvião” (ROSSI, 1981, p. 43). Enquanto para Leite (1941), “[...] noutras regiões, extraía-se o metal-rei do álveo dos rios. E ele aparecia abundantemente em pepitas ou folhetas, oferecendo fruto compensador do trabalho bruto. Aqui não, o ‘ouro’, ‘fino’, surgia em pó e, sovinaamente, aos bocadinhos” (LEITE, 1941, p. 26).

Seja o ouro abundante ou escasso, o período da extração durou pouco, e a economia local se apoiou em agropecuária e agricultura de grãos. A expansão da economia cafeeira na cidade, teve sua ascensão e recuo devido a variação de preços e geadas na região. Seu período áureo da produção cafeeira foi de 1901 a 1930. Por este motivo, tais condições refletiam nas ambições de mando político e econômico nas zonas mais dinâmicas do estado mineiro. A importância que as atividades agrárias possuíram na região pôde ser constatada pelo grande número de proprietários qualificados como agricultores, pecuaristas e agropecuaristas, e ainda pela produção de alimentos e pela criação de animais, como explicitou Castilho (2009), que abastecia o mercado intra e interprovincial desde os finais do século XVIII e exigia uma volumosa mão-de-obra, em particular a mão-de-obra escravizada.

No entanto, a partir de 1870, começam a ocorrer mudanças no cenário econômico da região e no sudeste brasileiro, rumo à produção cafeeira que trazia consigo a ideia de *progresso e civilização*. Por isso, ao café é atribuído o fenômeno de crescimento das cidades médias brasileiras (CASTILHO, 2009). A importância econômica junta do prestígio político de uma das grandes famílias Bueno Brandão, originária da região, fez da cidade de Ouro Fino sede da assinatura do famoso acordo do “Café com Leite”, em 1913, conjuntamente com o paulista Cincinato Braga²⁰ (CAMARGO, 2010). Fábio Castilho (2009) também apresenta dados importantes revelando a importância da região para o cenário nacional político, desde 1870. Tais condições conferiram uma crescente relevância no desenvolvimento de iniciativas governamentais, como por exemplo, as propagandas e projetos político-sociais de incentivo à migração e ao colonato. Castilho (2009) aponta que a região sul mineira foi um “ninho” de futuros políticos, tanto que,

[...] entre 1898 e 1918, consolidou-se a chamada *Hegemonia Sul-Mineira*, quando as facções desta região concentraram-se num esforço de distribuir o poder entre elas e impedir ameaças de outras áreas, principalmente da Zona Mata. Desta forma, o poder foi distribuído entre os silvianista, que assumiram o controle do estado com a presidência de Silviano Brandão (CASTILHO, 2009, p. 31).

Somando o prestígio político e a condição da economia sul-mineira, marcada pelo desenvolvimento da cafeicultura na região, cultura esta que sempre esteve associada à substituição da mão-de-obra, logo após a abolição da escravidão, principal responsável pelo fomento do processo de modernização em toda província. Embora o tradicional abastecimento interno não tenha desaparecido imediatamente, sua importância se reduziria. A dedicação ao mercado interno, que englobava a produção de alimentos para a sustentação da cafeicultura e para subsistência, diminuiu (CASTILHO, 2009, p. 37). No entanto, a cidade de Ouro Fino possuía uma produção de amplo leque de produtos voltados para o abastecimento interno e de produção agropastoril, Ouro Fino foi cidade de grande movimento das boiadas do século XIX. Como detalhou Rossi (1981), assim como o café, a economia agropecuária também teve seu prestígio, registrou as boiadas nas décadas 60 e 70 do século XIX, vindas do mercado paulista para dentro do país, “[...] as boiadas deixavam sinais desagradáveis da sua passagem. Quando o tempo era seco, a poeira que erguiam toldava o céu, asfixiava, penetrava todos os recantos das casas, dando muito o que fazer as suas donas, para sua limpeza (...)” (ROSSI,

²⁰ Cincinato César da Silva Braga foi um político brasileiro que exerceu vários mandatos em cargos públicos no estado de São Paulo. (1864-1953). Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Cincinato_Braga, acesso em: 20/04/2020.

1981, p. 127). Os versos da música do Menino da Porteira fizeram fama à cidade, pelas boiadas do século XX, cantada pela voz de Sérgio Reis²¹.

Nesta passagem de Pompeu Rossi acima, é a única menção às mulheres feita pelo autor. Como “donas de casa” e destinadas às “suas limpezas”, porém, é esse trabalho de limpar, cuidar, preparar e servir feito pelas mulheres para com seus filhos(as) e cônjuges que é o principal responsável por organizar a rotina de suas famílias. A questão que rodeia a pesquisa sobre o trabalho doméstico e seu valor em regiões rurais começa juntamente e concomitante ao processo de formação política e econômica do território mineiro, e se nos permitir a ousadia dizer, de todo país. Além disso, a história da cidade de Ouro Fino, bem como o seu grande desenvolvimento econômico e prestígio político, alentado pela ideia de urbanização e civilização, se desenhou a partir de uma clivagem entre economia doméstica e economia pública, provocada pelo capitalismo urbano-industrial, instituiu a inferioridade das mulheres com mais força do que nunca, como seres pertencentes unicamente da esfera privada (DAVIS, 2016; FEDERICI, 2013). Somada a grande utilização da força de trabalho escravizada nas fazendas de café, e sobretudo, como apontou Castilho (2009) e Pascoal (2007), nas fazendas produtoras de gêneros de subsistência. Podemos, então, considera que esta grande gama de trabalho não remunerado e gratuito é responsável pela grande riqueza das famílias abastadas da cidade e região.

²¹ Sérgio Reis (1940) é paulistano nascido no tradicional bairro de Santana, fez parte da Jovem Guarda na década de 1960, produziu a música Menino da Porteira, a qual até hoje foi conhecida a cidade de Ouro Fino. FONTE: https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A9rgio_Reis (acesso em: 01/10/2020)

4.3 A LÓGICA RURAL POUCO SE DIFERENCIA DA URBANA: A REPRODUÇÃO DO TRABALHO COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL PARA A REPRODUÇÃO DO SISTEMA ECONÔMICO

Para fazermos o debate sobre trabalho doméstico na cidade de Ouro Fino nos deparamos com a necessidade de questionar a temática e as definições entre rural e urbano. Pois, as hierarquias construídas nas ciências sociais, fomentaram durante muito tempo uma ideia, ou melhor, um mito de uma tendência natural de avanço do capitalismo sobre o campo, “já que o urbano aparece como referência para avaliar se, no rural houve avanço ou não” (FARIA, 2009, p. 7). Porém, como vimos antes, é necessário levar em consideração as relações sociais experimentadas pelas pessoas neste processo de disputas espaciais.

Buscando entender a ruralidade ourofinense, Camargo (2012) destaca a importância da agricultura de subsistência como a força motriz para a manutenção desse tipo de sociabilidade rural, ou seja, por mais que avanços tecnológicos tenham chegado à cidade, a urbanização não destituiu de modo geral a ruralidade cultural no cotidiano nas pessoas. Tendo 48 bairros rurais, mas que, no entanto, 24,7% do total da população vive no meio rural, e 75,3% no espaço urbano, de acordo com o último censo do IBGE, em 2010, a qual possuía uma população total de 31.568 no mesmo ano. Atualmente, Ouro Fino é uma cidade que comporta uma população, de acordo com estimativa do censo de 2020, de 33.791 pessoas (ANEXO B, Tabela 8). Podemos perceber uma tendência de concentração da população na cidade, em 2010, composta em sua maioria por mulheres com 38,6%, enquanto os homens apresentavam uma porcentagem de 36,6% no urbano e de 13,5% no rural. Já as mulheres estão subrepresentadas com 11,2%, no espaço rural.

A temática sobre a dicotomia entre rural e urbano, como apontamos no capítulo anterior, é importante uma vez que a história de Minas Gerais e a regionalização do território mineiro se faz por caminhos entre urbano/rural (CUNHA e GODOY, 2003). Portanto, consideramos a história de Ouro Fino e região, bem como sua realidade econômica em relação ao trabalho doméstico realizado pelas mulheres, a partir dessa dicotomia, no entanto, contraditória. Apesar de consideráveis números de pesquisas sobre as condições das mulheres no meio rural, no tocante sobre trabalho doméstico aparece como um campo de estudos ainda por realizar. Vejamos o porquê...

A formação do estado mineiro tem como desejo o ouro e descoberta de metais preciosos. “[...] É o ouro que promove a formação urbana, o adensamento populacional, o ensejo da presença da coroa, bem como a existência de muitas outras

atividades econômicas que lhe cumprem papel de apoio” (CUNHA e GODOY, 2003, p. 3). E o conjunto dessas forças internas e externas pelo território mineiro se pronunciaram, desde muito cedo, sob a forma de uma complexa relação entre campo-cidade. Se na cidade, a persistência no patriarcado-racista é evidente. Por outro lado, “o que se constata de forma geral sobre a situação no campo é a existência de uma profunda desigualdade, que é evidente marcada profundamente pela imbricação de classe, gênero e raça-etnia” (FARIA, 2009, p. 8).

No campo, as relações de trabalho são estruturadas pela família, e nesta pelas relações patriarcais, entre o que é realizado no roçado e o que é realizado no âmbito da casa (FARIA, 2009). Muitas das atividades exercidas por mulheres no campo são consideradas extensão do trabalho doméstico, como por exemplo a produção de alimentos, tanto para a subsistência quanto para o mercado (FARIA, 2009; FEDERICI, 2013). Como por exemplo as tarefas de cuidar e regar a horta, cuidar dos animais como galinha, porco, são entendidos como “ajuda” das mulheres aos seus maridos. Seja na roça, seja na cidade, a presença das mulheres no trabalho assalariado ou no campo não alteraram em nada na responsabilidade quase exclusiva no trabalho doméstico e de cuidados.

Sendo que as atividades dos serviços domésticos são essenciais para a organização do trabalho e da esfera pública. No caso do meio rural, essa divisão sexual do trabalho se estrutura entre o que é realizado no âmbito da casa e no roçado (FARIA, 2009). Esse fato é ainda mais latente no meio rural, já que o “trabalho das mulheres rurais estão tão ou mais ‘para além da dupla jornada’ que o das mulheres urbanas. Ele ocorre numa jornada contínua que vai do amanhecer ao anoitecer, resultando na confusão entre atividades domésticas e produtivas” (SCOTT, RODRIGUES e SARAIVA, 2010, p. 70). A relevância do trabalho doméstico na região é importante apesar da invisibilização desses papéis sociais na produção de riquezas e na esfera política.

Os avanços do capitalismo sobre o campo acarretaram mudanças no modo de produção e tecnologias que, no entanto, dizem respeito às mesmas relações sociais estruturantes para o seu funcionamento, a saber, a divisão interseccional do trabalho. O debate sobre o desenvolvimento da década de 1950-1960, adotaram em suas agendas políticas propostas de avanços econômicos para a pobreza eminente nos países subdesenvolvidos. O Brasil, a partir da década de 1980, passa a ser chamado de emergente, graças às políticas públicas destinadas à projetos de desenvolvimento, alguns deles destinados à mulheres rurais dirigidas às promoções de autonomia econômica e da igualdade de gênero, orientada à inclusão das mulheres no desenvolvimento. Mas que, apesar da luta das mulheres rurais pela afirmação como agricultoras, como sujeitos políticos que questionam as relações de poder no

meio rural, e de algumas conquistas por elas como por exemplo as reivindicações em torno dos direitos mais igualitário ao acesso da terra, e direitos sociais como a previdência social, documentações, inserção nas atividades produtivas. De acordo com Butto (2011), em relação às práticas e políticas de desenvolvimento ao meio rural demonstraram uma ausência de ação eficaz e as orientações do Estado não buscaram alterar a divisão sexual do trabalho.

Esta não eficiência pode-se compreender, de acordo com Mies e Shiva (2014), com o mito do desenvolvimento que se baseia na ideia de um progresso e crescimento industrial e de consumo, mas que não pode ser mantido sem as divisões coloniais dentro da sociedade patriarcal ocidental moderna (SHIVA e MIES, 2014, p. 143). As tensões e divisões coloniais entre rural-urbano, subdesenvolvido-desenvolvido, homens-mulheres, produtivo-reprodutivo, são as bases estruturantes da acumulação capitalista que, sem as quais não se organizaria o sistema econômico. Pois, as mulheres (seus corpos, seu trabalho e sua reprodução) são as colônias internas do sistema (SHIVA e MIES, 2014, p. 126), e junto delas a dominação masculina, exploração e subordinação (KERGOAT, 2010) são o fio condutor do sistema.

Além disso, a relação histórica entre as mulheres e a terra, é uma das grandes alavancas da lógica capitalista nas relações sociais (ENGELS, 2006; FEDERICI, 2013). Terra no sentido de mercadoria, matéria-prima e como meio básico de sobrevivência, é a principal fonte de segurança alimentar e de trabalho para o capitalismo (FEDERICI, 2013). Com as novas tecnologias e mecanização do campo se tornou difícil estimar o alcance da agricultura de subsistência e em especial o trabalho das mulheres empregado para a produção de alimentos de consumo (FEDERICI, 2013). Isto pode ser projetado quando levado em consideração a situação do domicílio da população da cidade de Ouro Fino. Isto é, a situação de domicílio rural ou urbana, e segundo sexo, nos revela que das 13.821 mulheres residentes em Ouro Fino, 5.532 estão em situação economicamente ativa no meio urbano contra 1.477 no espaço rural (Tabela 14). Ou seja, 5,32% da população economicamente ativa no meio rural ourofinense é feminina, e 19,93% da zona urbana; completando assim 46,14% de uma população feminina total economicamente ativa. (Tabela 15). A quantidade de trabalho realizado para reprodução da própria força de trabalho despendido pelas mulheres na realidade ourofinense é um terreno fértil para a realização de pesquisas, tanto quantitativas – pra destinos e fins de projetos e incentivos de atuação política – quanto qualitativo, afim de captar à fundo a dinâmica das relações sociais e estruturas que compõe Ouro Fino.

Tabela 14 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade por grupos de idade, condição de atividade na semana de referência, sexo e situação do domicílio

Tabela 616 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade por grupos de idade, condição de atividade na semana de referência, sexo e situação do domicílio									
Variável - Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Pessoas)									
Município - Ouro Fino (MG)									
Grupo de idade – Total									
Ano – 2010									
Situação do domicílio	Condição de atividade x Sexo								
	Total			Economicamente ativa			Não economicamente ativa		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	27759	13938	13821	17223	10214	7009	10536	3724	6812
Urbana	20882	10161	10720	12808	7276	5532	8074	2885	5188
Rural	6877	3776	3101	4415	2937	1477	2463	839	1624
Fonte: IBGE - Censo Demográfico									

Fonte: IBGE SIDRA

Tabela 15 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade por grupos de idade, condição de atividade na semana de referência, sexo e situação do domicílio

Tabela 616 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade por grupos de idade, condição de atividade na semana de referência, sexo e situação do domicílio									
Variável - Pessoas de 10 anos ou mais de idade - percentual do total geral									
Município - Ouro Fino (MG)									
Grupo de idade – Total									
Ano – 2010									
Situação do domicílio	Condição de atividade x Sexo								
	Total			Economicamente ativa			Não economicamente ativa		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	100	50,21	49,79	62,04	36,79	25,25	37,96	13,42	24,54
Urbana	75,23	36,61	38,62	46,14	26,21	19,93	29,08	10,39	18,69
Rural	24,77	13,6	11,17	15,9	10,58	5,32	8,87	3,02	5,85
Fonte: IBGE - Censo Demográfico									

Fonte: IBGE SIDRA.

No entanto, quando compreendido as tabelas 14 e 15, o tema racial é importante, pois, além do trabalho doméstico não remunerado no âmbito familiar às mulheres, também temos os trabalhos escravizados de negros nas plantações de lavoura de café. E não somente nas lavouras, como também existia negros responsáveis pela organização da casa-grande de seus senhores brancos, responsáveis pelos serviços domésticos, antes exercidos por mulheres brancas, agora delegados às mulheres negras. Assim como a exploração de ouro, as plantações de café e as grandes boiadas; o trabalho doméstico, e a delegação deste, bem como o papel das mulheres na produção de gêneros de subsistência também constitui valor social,

político e econômico para o meio rural. Esta temática, será o que foco de análise no item seguinte, quando traremos a organização interseccional em Ouro Fino.

Esta hierarquização e separação entre atividades de homens e atividades de mulheres é estruturado e ancorado na relação social e tem como base material a divisão sexual do trabalho. Portanto, as relações patriarcais também penetram no campo e o estruturam. Enquanto na Europa, o papel social de cuidar da casa e da família era exercido pelas mulheres brancas, “donas de casa”, como muitos a chamavam; além da ligação com o trabalho doméstico gratuito, no ambiente privado, em nome do amor materno e pela família. No caso de países colonizados, a invisibilidade pelo tema do trabalho doméstico se manifesta por este ter suas raízes em um passado de servidão e escravização (SCHNEIDER, 2016), elucidamos, então, o problema a partir não apenas de uma divisão social e sexual do trabalho, mas que também perpassado pela questão racial a qual denominamos de divisão interseccional do trabalho. Os serviços domésticos exercidos no interior da casa-grande eram realizados por negros, e em sua maioria, mulheres negras. Assim o trabalho doméstico passa a ser delegado a mulheres mais pobres que, em sua maioria, são negras.

Portanto, se há algum *continuum* urbano pelo rural, ou os conflitos e contradições presentes nas especificidades das ruralidades e urbanidades, este se faz presente na divisão sexual e racial do trabalho, na persistência do trabalho doméstico como um trabalho gratuito, exercido no âmbito da casa, pelas mulheres, para a reprodução da força de trabalho de seus maridos e filhos, e para sua própria reprodução. A manutenção das divisões coloniais respaldadas em um binarismo entre homens-mulheres, negros-brancos, atuam de modo a manter e reproduzir as desigualdades sociais de um modelo econômico e político de dominação e exploração das colônias. Se “a industrialização caracteriza a sociedade moderna” (LEFEBVRE, 2011), foi somente com a colonização que caracterizou e tornou possível o urbano-industrial da sociedade moderna. Traremos o enfoque da divisão interseccional do trabalho sobre Ouro Fino no item a seguir.

4.4 TRABALHO DOMÉSTICO E RELAÇÕES PATRIARCAIS-RACISTAS: APONTAMENTOS PARA A ANÁLISE DA DIVISÃO INTERSECCIONAL DO TRABALHO EM OURO FINO

A sociedade capitalista é estruturada pela divisão social do trabalho. Esta divisão não se faz só entre classes, ricos e pobres; mas também são perpassadas por gênero e raça. Ou seja, a divisão social do trabalho é interseccionada por relações de submissão, opressão e dominação entre raça, classe e gênero (AKOTIRENE, 2019). Esta dimensão de interseccionalidade é indispensável uma vez que a dominação patriarcal conforma relações de poder nas esferas pessoal, interpessoal e até mesmo íntimas, mas sobretudo, porque o patriarcado repousa em bases ideológicas semelhantes às que permitem a existência do racismo (BAIRROS, 1995). Assim, as bases ideológicas e materiais para o acúmulo de riquezas do capital é estruturada por uma divisão interseccional do trabalho. E a presença de mulheres, negros ou originários é marcada pela sua ausência na história de Ouro Fino.

Grandes nomes masculinos como Guarda-Mor Martins Lustosa, Major Francisco de Paiva Bueno, José Lino de Almeida Fleming, Francisco Lomonaco, Júlio Bueno Brandão, e tantos outros. Nomes de grandes casas ourofinenses e suas histórias são contadas desde os grandes feitos dos homens de suas famílias por Pompeu Rossi. Porém, a omissão de outros sujeitos e subjetividades da História é um traço patriarcal-racista da sociedade. As figuras negras, homens e mulheres, bem como as mulheres brancas na história são marcadas pela sua ausência, invisibilizadas pelos grandes “heróis da pátria”. A velha dialética entre consciência e memória de Lélia González, a memória incluiu o que a consciência trata de excluir. A consciência histórica esquece de contar que nossos “heróis” ocidentais tinham mães, mulheres, filhas, escravos e serviçais; e que suas grandes riquezas são frutos de saqueio de povos originários, e a acumulação da mesma se deve ao trabalho não remunerado dos negros escravizados e do serviço de cuidar, limpar e servir de suas mulheres “por amor” à família.

A história de Ouro Fino é carregada de grandes nomes de famílias de coronéis, governadores de Minas e prefeitos. De fazendeiros, agricultores e eleitores, gerais ou especiais. Quando falamos de riquezas e herança de nomes e terras, a figura das mulheres é estruturante para se manter o legado dessa instituição familiar, ou melhor, a memória das mulheres. A imposição do trabalho doméstico às mulheres como seu atributo natural da personalidade feminina, como notou Rossi, “preocupadas com a limpeza de suas casas”, toma justamente sua institucionalização pelo termo família (FEDERICI, 2013). Sob um trabalho

não remunerado, em nome do amor materno e do matrimônio. Ocultando e inviabilizando o trabalho exercido por elas no âmbito privado, além de submeter os corpos femininos à reprodução da força de trabalho, isto é, de herdeiros.

Fica evidente (re)contando a história de Ouro Fino que o papel social que as mulheres empenham na sociedade é invisibilizado. Enquanto os nomes masculinos na história são relacionados à proprietários de terra, políticos e gerais, as mulheres não possuem nome - ou melhor, não são mencionados - e são destinadas às suas casas, cozinhas e camas. Enquanto o universo masculino é destinado ao político, as mulheres são submetidas ao privado. Esta lógica fica evidentemente marcada e matizada na realidade ourofinense. E o trabalho exercido por elas como de limpar a casa, passar, cozinhar, cuidar dos filhos e familiares são considerados como seu destino biológico; assim, o trabalho doméstico e de cuidados exercidos pelas mulheres no âmbito privado da casa, são considerados da esfera reprodutiva, pois não geram valor. Dessa maneira, o trabalho doméstico, exercido no âmbito privado, é reduzido à uma atividade “antieconômica”, “improdutiva” (FEDERICI, 2013).

A construção de um discurso em que as mulheres são destinadas à esfera privada, como parte de um destino biológico vinculado à maternidade, acabam que por manter e reforçar o não reconhecimento da produção doméstica e do papel econômico das mulheres na família. Mas também enfatizam o racismo, por priorizar que as mulheres que se dedicam às famílias sejam as mulheres brancas. A pouca atenção ao trabalho doméstico pela “economia androcêntrica”, como nomeou Nalu Faria, e do trabalho reprodutivo no âmbito privado é capaz de gerar valor para a “autonomia masculina” na sociedade capitalista (FARIA, 2009). Assim, o discurso de “boa mãe” é uma construção ideológica que contribui para que as mulheres aceitem fazer o trabalho doméstico como algo inerente ao “ser mulher”.

Por mais que as pesquisas encontradas sobre a história de Minas Gerais e da região de Ouro Fino faça menção à homens e aventureiros que se destinavam aos sertões serem solteiros, ou que deixavam suas famílias à destino de riquezas, o valor e importância da figura feminina na história ficam como “ausentes”. Portanto, para entendermos a dinâmica de organização social e do trabalho em Ouro Fino, é essencial levarmos em consideração a reprodução do trabalho como elemento fundamental para a reprodução do sistema econômico, o qual, historicamente, sempre foi atribuído às mulheres brancas.

Esta importância do trabalho doméstico e de reprodução para a manutenção da economia ourofinense, abordamos anteriormente, mas trazemos de volta de novo, pois, as mulheres compreendem, em 2010, 49,9% do total da população de Ouro Fino, segundo o IBGE (ANEXO B, tabela 8). Podemos perceber uma tendência de concentração da população

na cidade, em 2010, composta em sua maioria por mulheres com 38,6%, enquanto os homens apresentavam uma porcentagem de 36,6% no urbano e de 13,5% no rural. Já as mulheres estão subrepresentadas com 11,2%, no espaço rural. Além disso, no mesmo censo de 2010, a população ourofinense era composta por 19,72% de negros, e 79,8% de brancos. Um dado ainda mais completo fornecido pelo sistema do SIDRA, do IBGE, com base nos dados estatísticos do PNAD, revelaram a população urbana de Ouro Fino é formada por 15,8% de negros, enquanto a população rural compreende 3,84% de negros (ANEXO B, Tabelas 9 e 10).

Para entender esta dinâmica social na cidade, é necessário entender que, devido a escravização, submeteram negras e negros aos trabalhos ainda mais essenciais para a sobrevivência - sobretudo do capitalismo - produzindo, assim, identidades e subjetividades estigmatizadas. O papel que as mulheres exerceram, em particular as mulheres negras e indígenas nesse processo é gritante. Luciano Figueiredo (2004) abordando sobre o papel das mulheres nas Minas Gerais e sua ausência nos livros de história, em especial as mulheres negras, e sua quase exclusiva presença em um mercado de consumo de gêneros a varejo, mostra que resultou na convergência de duas referências culturais determinantes:

A primeira delas está relacionada à influência africana, uma vez que nessas sociedades tradicionais as mulheres desempenhavam tarefas de alimentação e distribuição de gêneros de primeira necessidade. O segundo tipo de influência deriva da transposição para o mundo colonial da divisão de papéis sexuais vigentes em Portugal, onde a legislação ampara de maneira incisiva a participação feminina [...]. (FIGUEIREDO, 2004, p. 144).

Mais ainda, segundo Maria Betânia Ávila (2008), considerando a formação sócio-histórica e política do Brasil (e da América Latina), o emprego doméstico é absolutamente fundamental para compreender as relações sociais no Brasil devido à herança escravocrata e patriarcal das épocas da colônia que se combina com estruturas de raça, classe e gênero. Uma vez que o emprego doméstico no Brasil e América Latina, possui suas raízes marcadas por um passado de servidão e escravização. Sua invisibilização se compreende no quadro das relações sociais e da formação sócio-histórica dos Estados latino-americanos, a partir da divisão interseccional do trabalho e da articulação entre as estruturas de classe, raça e gênero – que combinam exploração, dominação e subordinação, como nos exclamou Sueli Carneiro (2003), a qual o elemento raça é constituinte, pois “[...] a ‘variável’ racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como as masculinidades subalternizadas (dos homens negros), com

prestígio inferior ao de gênero feminino no grupo racialmente dominante (das mulheres brancas) (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Assim, o racismo e sexismo, esse duplo fenômeno que se constrói na sintomática de uma neurose da cultura brasileira (GONZALEZ, 1984) se mostra em todo o discurso dos colonizadores e até mesmo de grandes estudiosos e historiadores renomados brasileiros. A invisibilidade de figuras negras, originárias e femininas por toda a História brasileira é um sintoma desta síndrome. O desdém aos povos originários perpassa na história de Ouro Fino, bem como em relação aos negros escravizados.

Mas, se a ausência do gentio, sempre inimigo perigoso do branco, facilitava, em parte, as explorações auríferas da região, então chamada Sapucaí, os moradores, embora tenazes e valentes, deviam estar sempre atentos e solventes, para inutilizar os ataques traiçoeiros dos ainda mais perigosos negros quilombolas, que infestavam grande parte da zona meridional da capitania de Minas (ROSSI, 1933, p. 21).

Um fato curioso era o termo utilizado para fazer referência à Ouro Fino no ano de 1749, o Governador de Minas Gerais, da época, Gomes Freire de Andrade “chamava-o quilombo, o que naturalmente leva a suposição da existência de algum núcleo de negros fugidos, no local mesmo onde edificaram o arraial” (ROSSI, 1933, p. 21). Mais ainda, a figura, ou melhor, a presença dos fazendeiros proprietários de escravos recebe grande prestígio social e eles são muito bem vistos, nas palavras de Rossi (1933), “o Cap. Manoel Bernardes de Souza, homem dos sete instrumentos: capitalista, fazendeiro, criador e para complemento, amansador de escravo, do que deixou triste lembrança [...]” (ROSSI, 1933, p. 131). Fica elucidada, então, a questão da terra relacionada com as questões raciais, ou melhor, indica-se a importância do desprezo às etnias indígenas e da mão-de-obra escravizada nas fazendas ourofinenses, e que:

[...] as famílias fazendeiras e proprietárias de escravos fizeram fortuna no sul de Minas tendo como principais atividades econômicas o agro pastoreio e a comercialização de gêneros voltados para o abastecimento interno – gado, porcos, carneiros e produtos como queijo, toucinho e a produção de fumo (CASTILHO, 2009, p. 32).

Além disso, Castilho (2009) aponta que desde 1870 se discutia sobre a substituição da mão-de-obra, embora somente em 1880, com o fim do trabalho escravo, foi que a proposta imigrantista e de colonato ganhou maior relevância em Minas Gerais. Os autores ourofinenses, Rossi (1933) e Leite (1941), denominam “colonização” apenas o fato da chegada de imigrantes italianos, espanhóis, alemães e eslavos para a região somente no século XIX. O Governo Federal, em 1909, resolveu localizar terras do município um núcleo, distante de nove quilômetros da cidade. Área adquirida de 6 hectares e dividida em 250 lotes

devidamente demarcados e concedidos a preço vil aos imigrantes (ROSSI, 1981, p. 127). Foi denominado de Núcleo Colonial Inconfidentes, o qual de acordo com Castilho (2009) foi uma exceção em relação à outros núcleos coloniais do Sul de Minas, “a fundação e manutenção de Núcleos Coloniais envolviam altos custos e todos garantidos pelo financiamento governamental, por esse motivo, a escolha dos lugares onde seriam implantados gerava acirradas disputas no seio da elite política, pois cada facção se esforçava no intento de favorecer suas bases e garantir investimentos a fim de atenderem seus interesses particulares” (CASTILHO, 2009, p. 78). Este período fica marcado na historiografia brasileira, como destacou Castilho (2009):

No complexo quadro de transição da mão-de-obra encontramos dois “espectros” a espreitar a elite em seu próprio discurso. O primeiro era um “fantasma camarada”, o imigrante europeu, que solucionaria todos os problemas da lavoura e ainda multiplicaria suas riquezas, com sua civilização e superioridade étnica. Por outro lado, existia um “fantasma lúgubre”, representado pelo nacional, este traria a subversão da ordem e a anarquia social com o final do escravismo. No entanto, como a imigração não se desenvolveu largamente em Minas Gerais, a elite precisou adaptar o seu discurso, regenerando o trabalhador nacional e recuperando-o do estigma da indolência e da barbárie (CASTILHO, 2009, p. 163).

Os portugueses não eram considerados imigrantes, mas que, no entanto, a colonização de Ouro Fino não foi um episódio apenas do século XIX com a chegada de núcleos coloniais. Mas sim, durante toda sua formação, já que os “gentios” e os quilombolas eram uma ameaça social e à ordem. Aqui, fica evidente a relação que o discurso da modernidade e da urbanização era atrelado à um modo de vida específico, à cultura branca tida como superior em detrimento do trabalhador negro nacional, escravizado ou não. O mito do desenvolvimento econômico, da prosperidade social, na realidade, tinha em seu bojo político o mito da democracia racial. Pois, via no imigrante branco europeu a qualidade e superioridade em todos os traços sociais e culturais, enquanto a população racializada como não-branca era vista como inferior cultural e moralmente, destinada aos trabalhos mais preconizados, menores salários e desvalorizados socialmente. Portanto, por detrás da ideia de um desenvolvimento social, que mobilizou o processo de urbanização em todo o Brasil, estava uma política massiva de embranquecimento da nação, acreditando que quanto mais branco melhor.

O que queremos apontar com isto é que, o discurso de modernização em Ouro Fino, atravessado por uma cultura econômica cafeeira e de produção de subsistência, produziu uma ruralidade própria, de acordo com Regina Camargo (2009), no entanto manteve-se enraizada em uma cultura específica e particular. A importância da agricultura

familiar de subsistência para a região, ajudou a manter uma ruralidade específica, como a principal atividade econômica da região. E que, portanto, o processo de urbanização da cidade não criou de modo definitivo uma ruptura com uma cultura rural, mantendo relações de parentesco e vizinhança, características de uma tradição rural. E que “[...] o meio rural faz parte de um mundo moderno, adotando seus valores e respondendo ao seu apelo consumista” (CAMARGO, 2010, p. 14).

Porém, a autora deixa limites em sua pesquisa por não explorar o trabalho feminino desempenhado nas agriculturas familiares de subsistência da região, além de não se atrever à “[...] recontar a bem conhecida história de como a partir de meados do século XIX o braço escravo começou a ser substituído pela mão-de-obra dos imigrantes europeus e posteriormente dos japoneses” (CAMARGO, 2010, p. 40). Pois, se há algo em que a ruralidade ourofinense manteve, desde seus primórdios de estilo de vida, em recorrência à cultura escravista é o racismo como organizador social, bem como a relevância do papel das mulheres empenhada nas agriculturas familiares destinadas à produção de subsistência (FARIA, 2011; FEDERICI, 2013). Ou seja, a sociabilidade de Ouro Fino, a qual Regina Camargo nominou de ruralidade devido à relativa população e bairros rurais, se mantém em bases ideológicas racistas e patriarcais para seu funcionamento. Ressaltamos, então, a invisibilização dos povos africanos e originários na história de Ouro Fino, bem como o papel das mulheres e seu trabalho, por Pompeu Rossi.

De fato, Ouro Fino aparece como possuidor de 1.694 escravos no ano de 1885. No entanto, o Núcleo Colonial de Inconfidentes, recebeu de braços abertos os imigrantes europeus que começaram a chegar na última década de XIX (CAMARGO, 2010, p. 35). Ouro Fino, “[...] atente-se que, 1890, no Distrito sede foram recenseados apenas 6.767 habitantes”, como apresentou Rossi (1981). O que chama nossa atenção é se o número de habitantes registados de Pompeu Rossi contabiliza, ou não, o número de escravos da sede de Ouro Fino. De qualquer modo, o número de escravos é de 27,03% da população total da cidade, o que vale cerca de 2,9% do total da população escrava dos municípios do Sul de Minas.

Tabela 17 – População Escrava dos Municípios Sul-Mineiros:

Municípios	1876		1883		1885	
	Nº Escravos	%	Nº Escravos	%	Nº Escravos	%
Alfenas	4.170	5.6	5.022	8.0	4.495	7.7
Ayruoca	3.564	4.8	3.092	4.9	2.654	4.5
Baependy	7.248	9.7	6.306	10.0	3.877	6.6
Caldas	2.391	3.2	2.720	4.3	2.492	4.3
Campanha	6.750	9.1	3.379	5.3	5.422	9.3
Christina	4.547	6.1	5.599	8.9	4.610	7.9
Dores da Boa Esperança	4.764	6.4	2.455	3.9	2.477	4.2
Itajubá	4.496	6.0	3.960	6.3	4.048	6.9
Jaguary	1.070	1.4	1.172	1.8	1.069	1.8
Lavras	8.380	11.2	6.322	10.0	5.417	9.3
Passos	4.065	5.4	5.623	8.9	4.792	8.2
Pouso Alto	-	-	2.439	3.9	2.282	3.9
Pouso Alegre	4.075	5.4	3.465	5.5	2.227	3.8
S. José do Paraíso	4.164	5.6	1.890	3.0	1.778	3.0
S. Gonçalo	-	-	37	0.05	151	0.2
S. S. do Paraíso	3.598	4.8	3.814	6.0	3.537	6.1
Três Pontas	5.997	8.0	2.817	4.4	2.313	4.0
Ouro Fino	3.574	4.8	-	-	1.694	2.9
Total	74.363	100.	62.849	100.	57.947	100.

Fonte: Castilho (2009)

Levando em consideração a população imigrante italiana que fora para o Núcleo Colonial Inconfidentes, revela a tentativa governamental de embranquecimento do trabalhador nacional. Pois, desprezava o braço nacional em detrimento da civilização europeia, o produtor rural europeu recebeu mais auxílio na sua fixação em solo brasileiro, do que o negro escravizado durante 400 anos de regime escravocrata. “Os auxílios aos imigrantes começavam no momento da chegada dos trabalhadores e se estendiam até as formas de pagamento dos lotes em Núcleos Coloniais (CASTILHO, 2009, p. 70).

Tabela 18 – População do Núcleo Colonial de Inconfidentes (1910-1918).

Ano	Nº. Famílias	Nº. Habitantes
1910	49	479
1911	123	865
1912	143	876
1913	144	903
1914	182	1.084
1915	222	1.227
1918	-	1.370

Fonte: Castilho (2009)

O mito da “democracia racial” de Gilberto Freyre (1964), na verdade funcionou, de modo a mascarar o racismo da sociedade brasileira (GONZALEZ, 1984), a partir de outro discurso e ideal de sociedade através do “desenvolvimento” econômico. É então nesse mesmo contexto, que a abertura de terras à imigrantes europeus se deu de boa fé “a preço vil” aos imigrantes europeus (ROSSI, 1981). Que trouxeram não apenas “cultura” à população mestiça brasileira, como também foi responsável por embranquecê-la. Por isso, o investimento do governo em uma política de defesa de casamentos legais. A disciplina, a definição de papéis, a austeridade e a tolerância subjacente ao modelo cristão de organização familiar, disciplinando não apenas os papéis sociais, mas sobretudo os afetos e o uso do corpo (FIGUEIREDO, 2004). Quando analisado o quadro abaixo, da distribuição da força de trabalho por categorias profissionais segundo sexo e condição, no Sul de Minas, em 1872, o contingente de mulheres, brancas e negras, e homens negros destinados às categorias profissionais na agricultura e em serviços domésticos é uma questão pouco estudada na região sul mineira. Enquanto que percebemos uma maior concentração de homens livres em serviços liberais, como profissionais livres, proprietários artesão, em comparação a população branca feminina e negra, masculina e feminina, em posições de trabalho na agricultura e serviços domésticos.

A proporção realizada por nós deste quadro, obtemos que dos 11.630 total de homens livres, 3346 trabalham na agricultura contra 1.405 escravos, dos 3.996 do total de escravos; isto é, 28% da população masculina livre está na agricultura contra 35% da população negra. Além disso, percebemos também uma sobrerrepresentação da população feminina negra escravizada na ocupação de agricultoras: 31% da população feminina negra, contra 19% da população feminina branca. Em contra partida, há uma maior concentração do total de mulheres livres na ocupação como serviços domésticos. Este fato pode ser entendido

como a questão a “feminilidade branca”, as quais sempre estiveram determinadas à esfera privada, de cuidado ao seu marido e de seus filhos, enquanto as mulheres negras estiveram (sempre) destinadas ao trabalho “mais pesado”, nas lavouras de café. Porém, nunca estiveram isentas dos serviços domésticos, principalmente, àquele por realizar na casa de “seus senhores”.

Tabela 19 – Distribuição da força de trabalho por categorias profissionais segundo sexo e condição, Sul de Minas Gerais – 1872.

Sexo		Homem	Mulher
Profissionais liberais, proprietários e outros.	Livres	186	49
Indústria e comércio		237	14
Artesão e operários de profissão declarada		402	2.338
Agricultura		3.346	2.279
Assalariados sem profissão declarada		2.434	394
Serviço doméstico		333	2.743
Sem ocupação		4.692	3.726
Total de Livres		11.630	11.543
Profissionais liberais, proprietários e outros.	Escravos	2	-
Indústria e comércio		-	-
Artesão e operários de profissão declarada		180	455
Agricultura		1.405	1.035
Assalariados sem profissão declarada		303	133
Serviço doméstico		868	601
Sem ocupação		1.238	1.032
Total de escravos		3.996	3.256
Total Geral		15.626	14.799

Fonte: Castilho (2009)

A relevância política em se historicizar as relações sociais na análise de uma pesquisa são indispensáveis, pois, a condição social da população negra e indígena atualmente é marcada pela herança da escravização na população ourofinense. Apesar de ser uma cidade composta, em sua maioria, por homens brancos (ANEXO B, tabelas 8, 9 e 10), outros dados relevantes sobre a população negra e indígena, por sexo e condição no domicílio, se evidencia pela ausência de dados.

Isto é, dados importantes sobre indicadores sociais básicos deixam lacunas quanto às reais condições das populações em questão. Por exemplo, os dados apresentados pelo Atlas Brasil, com base nos estatísticas do PNUD e IPEA, observaram que, “[...] em 2010, considerando-se a população de 25 anos ou mais de idade no município - Ouro Fino, 10,39% eram analfabetos, 40,62% tinham o ensino fundamental completo, 28,64% possuíam o ensino médio completo e 9,58%, o superior completo. Na UF, esses percentuais eram, respectivamente, 10,36%; 46,40%; 32,25% e 10,57%”. No entanto, quando são trazidos outros indicadores da educação, segundo sexo e cor, é percebida a carência de dados, não podendo fazer a equiparação sobre acesso e oportunidades de estudos entre mulheres e homens; negros, indígenas e brancos. Percebemos já a sobrerrepresentação dessas populações quando analisado à outros indicadores de renda, segundo sexo e raça, com base nos registros administrativos de Ouro Fino (2015-2016), segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano Brasil, elaborados a partir do PNUD e IPEA (ANEXO B, Tabela 11).

Neste quadro fica evidenciado que, em comparação da população negra e feminina, em relação à homens e brancos, o contingente de inscritos em programas sociais como o Bolsa Família, e dos que estão em situação de vulnerabilidade social, pobre ou extremamente pobre após o Bolsa Família, a população negra está sobrerrepresentada nos 4 itens, apesar de não ter nesta tabela organizada pela divisão de sexo dentro de cada grupo. Outro dado importante sobre a questão da renda na cidade é a taxa de atividade e/ou situação ocupacional da população ourofinense. Na análise de dados do censo demográfico, entre 2000 e 2010, a taxa da população que era economicamente ativa, isto é, e atividade da população de 18 anos ou mais, no município, passou de 70,97% para 69,75%, de acordo com o Atlas Brasil (ANEXO C, Figura 3). Este mesmo dado, registrado pelo IBGE, em 2010, aponta que 29,8% da população economicamente ativa está na informalidade, contra 37,62% de trabalhadores formais, com carteira assinada, sem explicitar a categoria da atividade. Porém, esta mesma realidade, na última estimativa do IBGE, em 2018, apontou que apenas 19,7% da população estava ocupada formalmente, isto é, apenas 6.585 pessoas ocupadas com acesso a leis pela carteira de trabalho, com um salário médio mensal de 1,9 salários mínimos. No entanto, a mesma estatística, levando em consideração a situação ocupacional da população de 18 anos ou mais, por sexo e raça no município não apresenta dados sobre este indicador (ANEXO B, Tabela 12).

Isto pode ser explicado justamente pela falta de interesse político no mapeamento dessas questões por parte do Estado, revelando a urgência de se pesquisar e entender este panorama social em Ouro Fino. Para isso, ficou determinado para a nossa

pesquisa o peso que as entrevistas com as trabalhadoras domésticas na cidade teriam trazido um resultado qualitativo e mais preciso, o qual a simples análise de dados estatísticos não nos permite vislumbrar a real situação e condição experimentada pelas trabalhadoras domésticas em suas realidades de trabalho e de vida, justamente, pela falta de informações qualitativas suficientes para esta análise. Pois, de acordo com os dados obtidos pela SIDRA, elaborados pelo IBGE, em 2010, a população economicamente ativa negra e indígena representavam respectivamente, 13,01% e 0,18%; contra, 48,6% de brancos (ANEXO B, Tabela 13).

Ou seja, o alto contingente da população feminina e negra na produção de artigos de subsistência e no trabalho doméstico nos permite uma miragem sobre as relações patriarcais-racistas desde a época da colônia até os dias atuais. A estrutura da divisão interseccional, entre raça, gênero e classe, na realidade social rural, organiza e reproduz as condições de trabalho e do sistema econômico na estrutura social em Ouro Fino, Sul de Minas Gérias. Pois, os dados sobre a vulnerabilidade social à situação de pobreza, abordado pelo Atlas Brasil, nos apontou que, entre 2000 e 2010, houve aumento no percentual de crianças de 0 a 5 anos extremamente pobres, passou de 1,97% para 2,30%. Além disso, o percentual de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos, no mesmo período, passou de 6,64% para 12,03% (ANEXO B, Tabela 16).

Além da análise dos dados quantitativos obtidos pelo IBGE e dos indicadores do Desenvolvimento Humano (Atlas Brasil), tivemos a tentativa de comunicação com os Sindicatos na cidade, nos deparamos com a ausência de qualquer Sindicato ou alguma associação de trabalhadoras domésticas, por isso, fomos tentar contato com os Sindicatos dos Trabalhadores e dos Trabalhadores Rurais de Ouro Fino. Infelizmente, devido à pandemia, não obtivemos respostas (via e-mail) do Sindicato dos Trabalhadores; porém, conseguimos realizar diálogo com o sindicato dos Trabalhadores Rurais. De acordo com um funcionário do setor administrativo, eles não possuem o mapeamento detalhado das condições sociais dos trabalhadores senão um direcionamento adequado aos trabalhadores rurais em causas judiciais ou em relação às leis trabalhistas, como fundo de garantia e de previdência social, assegurados tanto aos trabalhadores urbanos pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) em 1943, e também, pela Constituição Federal de 1988. No entanto, houve a ressalva, por parte do funcionário, de que o trabalho doméstico não é considerado um serviço do espaço rural, senão do espaço urbano, segundo as leis trabalhistas, o que condiciona o trabalho doméstico na cidade de Ouro Fino em condições de informalidade, tanto no emprego urbano quanto realizado em zonas rurais.

A não contabilização do tempo de trabalho e das atividades exercidas pelas mulheres pelos dados estatísticos (FARIA, 2011; SHIVA e MIES, 2014), e além da não fiscalização nem regulamentação estatal em relação ao trabalho doméstico no Brasil, justamente por ser difícil de estimar o alcance do trabalho doméstico e das atividades das mulheres no meio rural, já que em sua maior parte é um trabalho não assalariado e, na maioria das vezes, não exercidos em locais formais (FEDERICI, 2013). Fomentando, desta forma, as relações patriarcais-racistas do campo centradas na família e obedecem às estruturas hierárquicas de gênero, geração, raça e classe. Ou melhor, mantêm a divisão interseccional da sociedade. A economia e a história androcêntrica não reconhece uma grande parte da produção da vida a partir das tarefas domésticas e de cuidados.

Somada essa situação à luta nacional das trabalhadoras domésticas no reconhecimento político do seu serviço como trabalho foi “somente em 2015, por meio da Lei Complementar no 150, conhecida como “Lei das Domésticas”, as trabalhadoras conquistaram a regulamentação da jornada de trabalho, com garantia de banco de horas, adicional de hora extra, adicional noturno e pagamento do FGTS” (ESTUDOS E PESQUISAS (DIEESE), 2020, p. 13). Ou seja, apesar do avanço político das trabalhadoras, em cenário nacional, quanto sua luta no acesso à direitos básicos da classe trabalhista, na CLT, o trabalho doméstico por ser considerado um serviço urbano inviabiliza a garantia de direitos e de regulamentação desta ocupação em áreas rurais, como por exemplo o acesso à previdência. Logo, o trabalho doméstico realizado no meio rural possui escassa ou quase nula regulamentação e fiscalização estatal, e, na maioria das vezes, em condição de informalidade. Atuando, assim, de modo a “[...] invisibilizar a contribuição econômica das mulheres e enfocar o grande volume de trabalho doméstico e de cuidados, considerando parte do mundo de afetos e não reconhecido como trabalho” (FARIA, 2011, p. 43). Sendo necessário, atribuir à análise econômica, a incorporação do âmbito produtivo e reprodutivo para a investigação.

A autora também destaca a importância de se debruçar sobre pesquisas de mapeamento dos dados em relação ao trabalho doméstico realizado pelas mulheres rurais. Já que “[...] os outros dados existentes sobre a jornada de trabalho das mulheres e o conhecimento a partir da percepção da experiência cotidiana indica centralidade desse tema” (FARIA, 2011). O qual também ficou evidente para uma análise mais qualitativa sobre as condições do trabalho doméstico e da própria divisão interseccional do trabalho na realidade ourofinense. No entanto, a autora se equivocou ao desconsiderar o trabalho doméstico como apenas pertencente à categoria de trabalho reprodutivo. Considerando-o um obstáculo e na interferência do trabalho doméstico e de cuidados das crianças na sua disponibilidade para o

trabalho produtivo e para a participação política. Pensar que o trabalho doméstico é uma limitação ao trabalho produtivo acaba por invisibilizar e ocultar ainda mais seu valor produtivo. Pois, por mais que ele seja sim, atribuído histórica e culturalmente às mulheres, a esfera política e pública é estruturada pela divisão sexual no âmbito privado. É o trabalho doméstico e de cuidados o princípio possibilitador da geração de riquezas masculino do capital na esfera pública (FARIA, 2011; FEDERICI, 2013).

Enquanto o trabalho doméstico, bem como as atividades agrícolas exercidos por mulheres, entendidos como extensão das suas tarefas domésticas, reduzidos como “ajuda”, continuarão sendo desvalorizados economicamente como não produtor de valor (FEDERICI, 2013). Destacamos, aqui, a importância de se politizar o trabalho doméstico concedendo-lhe o seu valor político e econômico. Exaltando sua importância e peso social para a reprodução de todo o modo de vida (SCHNEIDER, 2016). Nossa pesquisa pretendeu, portanto, entender a importância do trabalho doméstico como categoria produtiva para o meio rural. Não como “ajuda”, nem como trabalho pertencente unicamente à categoria reprodutiva, mas sim, sendo ele estruturante para o meio rural.

Em relação à história de Ouro Fino, portanto, por mais que o ouro tenha trazido muitos moradores “artroses e valentes” para a região, uma cidade não se constitui só de homens. É necessário mulheres para a reprodução dos herdeiros das terras, e para cuidar de suas famílias, o trabalho das poeiras das boiadas “dando muito o que fazer as suas donas [de casa], para sua limpeza”. Em consequência da carga social vivida no período do escravismo, o trabalho doméstico possui suas origens neste passado de escravização que constitui nosso país, por ser realizado gratuitamente na casa do senhor. O emprego doméstico é absolutamente fundamental para compreender as relações sociais no Brasil devida à herança escravocrata e patriarcal das épocas da colônia que se combinam com estruturas de raça, classe e gênero (ÁVILA, 2008).

Compreende-se, então, que o capitalismo moderno/colonial associa trabalho e raça desde o tempo da colonização até os dias de hoje, em que a condição legal de homens e mulheres negras livres não significou que suas imagens e corpos não estivessem sob o controle do padrão de dominação, como apresentou Bernardino-Joaze (2013), atuou de modo mais enfático no período pós-abolição, quando os imigrantes europeus, recém-chegados à solo brasileiro, tiveram mais acesso às oportunidades de trabalho e às formações de um mercado livre de trabalho do que a população negra recém-liberta. Mesma época na qual a cidade de Ouro Fino estivera em seus melhores prestígios políticos e prosperidade econômica, investindo massivamente na proposta imigrantista. Outra questão interessante que surgiu, é

que o racismo em Ouro Fino parece ser um tema de muito estudo atrelado ao tema da branquitude, já que com a imigração italiana para a cidade, podemos destacar o fenômeno do que já viemos apontando sobre a questão do mestiço, do processo de embranquecimento como projeto político e social do governo, em especial, o governo ourofinense em finais do século XIX, início das décadas do século XX.

Percebemos, então, o fenômeno de feminização da pobreza, bem como uma racialização da pobreza na história de Ouro Fino, em que o trabalho doméstico é um serviço de pouca ou nenhuma regulamentação, pois, além disso, esta atividade, de acordo com a CLT é uma categoria do espaço urbano. Logo, o trabalho doméstico realizado no meio rural possui escassa ou quase nula regulamentação e fiscalização estatal, e, na maioria das vezes, em condição de informalidade. Estas questões podem ser explicadas justamente pela falta de dados fornecidos em relação à organização do trabalho, à educação e de vulnerabilidade social, em quesito de raça e sexo nos registros administrativos da cidade. A historiografia de Ouro Fino, portanto, nos mostra que nesta cidade de grandes nomes de “heróis” nacionais, na verdade, se constrói na ausência dos cuidadores desses “heróis”, ou melhor, na sua invisibilidade. Percebemos, assim, o desvalor político, social e econômico do trabalho doméstico na região, bem como dos sujeitos que o realizam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a questão da pesquisa inicialmente problematizada sobre como pensar o valor do trabalho doméstico, como atividade produtiva, para a categoria rural? Dentro da dinâmica na qual nos inscrevemos hoje, o trabalho doméstico aparenta ser um trabalho mais praticável no meio urbano. Apesar de algumas feministas apontarem sobre as relações desiguais entre os sexos no campo, há uma escassez de pesquisas sobre a incidência econômica e social do trabalho doméstico para o meio rural.

Os binarismos dentro da sociedade que estamos inseridos, como por exemplo, as diversas divisões entre branco e preto, mulheres e homens, rural e urbano, desenvolvido e subdesenvolvido, fazem parte e estruturam um pensamento ocidental, branco e masculino da ordem de funcionamentos das coisas. Essas construções atuam de modo a se apropriarem de trabalhos não valorizados social e economicamente, que é o caso do trabalho doméstico. Em sua maioria, trata-se de trabalhos responsáveis pela reprodução do sistema econômico e, sobretudo, pela reprodução desse modo de vida. Destacamos então, que o trabalho doméstico no meio rural é ainda mais desvalorizado. Fato este que pode ser visível a partir da análise das leis atuais trabalhistas, pois, por ser considerado uma categoria produtiva do meio urbano; o trabalho doméstico realizado no campo não é fiscalizado nem regulamentado.

Além disso, o trabalho doméstico, seja na realidade rural ou urbana, em meu ponto de vista, é o único trabalho que o capitalismo não conseguiu modernizar o bastante ao ponto dele não existir mais, pelo contrário, é uma das categorias de ocupação onde se encontra um grande contingente de força de trabalho empregada, ainda que informalmente. Por isso, consideramos o trabalho doméstico como categoria produtiva, de muito valor para o meio rural, pois é este responsável não apenas pela reprodução de todo um sistema econômico, mas, primordialmente, ser ele responsável por manter este modelo econômico sustentado em um pensamento patriarcal e racistas, que se inscreve em todos os poros sociais, institucionais e estruturais da nossa sociedade.

Na tentativa de compreender as condições do trabalho doméstico em Ouro Fino, e como ele se enquadra na realidade econômica e social na organização da cidade, nos deparamos com dois nós teóricos a se pensar. De um lado, já que se trata de uma cidade no sul de Minas Gerais, a extensa relação campo-cidade, urbano-rural seria um tema a ser perpassado e debatido como uma construção social de poder. Do outro lado, pensar

unicamente como diferenciação espacial de urbano-rural é insuficiente quando pensamos das relações sociais que permeiam estes dois espaços, nos deparamos com a necessidade de se discutir esta temática a partir de uma visão feminista e antirracista, a qual demos o nome como categoria de análise a divisão interseccional da sociedade.

Como vimos a ideia social construída de que a cidade penetra o campo, e de que o espaço rural está submetido às lógicas de produção urbano-industrial foi capaz de permitir o surgimento do capitalismo. No entanto, o capitalismo não se desenvolveu de modo igual e homogêneo pelo mundo. Desta forma, destacamos que a relação campo-cidade, na verdade, está longe de ser resolvida uma vez que estes dois espaços são inscritos em relações de poder. Pensar em uma distinção entre urbano-rural nada esclarece sobre as diferenças de realidade econômica e social constituídas pelo modo de produção, unicamente como diferenciação de espaços.

Assim, esta ideia de desenvolvimento intensivo da urbanização não se faz presente na maioria das realidades econômicas dos países latino-americanos a qual fomentam um mito: o mito do desenvolvimento. O qual teria a cidade como ponto de partida para se avaliar o rural. Visto que, no contexto da colonização, os Estados-nacionais baseados em uma economia de exportação e de matérias-primas, tornaram-se dependentes política e economicamente dos países centrais e industriais. Ou seja, apontamos que o acúmulo do capital urbano-industrial moderno da Europa só foi possível devido à espoliação de riquezas das ditas “colônias”. No entanto, quando falamos de relações sociais de poder na dinâmica social do espaço, não podemos deixar de atentar às relações de sexo e raciais presentes em cada sociedade; bem como dos processos de reprodução do capital.

Isto é, atentar-nos à importância da reprodução da produção para o sistema econômico, e como o capitalismo se apropria das diferentes formas de trabalho, não só aqueles considerados produtivos, mas principalmente, daqueles considerados reprodutivos, realizados da esfera doméstica. Assim, destacamos que a lógica do capitalismo é atravessado pela divisão interseccional do trabalho, tendo em vista que o campo está submetido às suas lógicas de produção e de valores sociais, portanto, as relações sociais no meio rural também se valem das relações de trabalho - sexista, racista, classista, e outras intersecções de vulnerabilidade - para a sua (re)produção.

O trabalho doméstico de limpar, cozinhar e cuidar é entendido como pertencente a trabalho reprodutivo, desvalorizado economicamente e permite uma maior exploração das mulheres pelo capitalismo. Essa construção ideológica do trabalho doméstico como um “trabalho por amor” é naturalizada e destinada às mulheres por não ser remunerado.

Porém, o trabalho doméstico e reprodutivo deve ser entendido como um complexo de atividades e relações sem as quais não conseguimos reconstruir nossas vidas e capacidade laboral cotidianamente, isto é, ele é responsável pela produção e reprodução da força de trabalho e da própria economia.

Porém, o trabalho doméstico no Brasil possui suas especificidades. A qual, denominamos de divisão interseccional do trabalho. Tratando-se de um país atravessado pelo processo da colonização; fazer esta pesquisa sem levarmos em consideração o peso da escravização nas condições sociais, políticas e econômicas é um equívoco político e intelectual. Pois, a raça, bem como classe e sexo, foi considerada uma categoria social de poder baseada em uma ideologia fenotípica e hierarquizada. Isto é, o racismo também superlativa os gêneros por meio de privilégios que advém da exploração e exclusão dos gêneros subalternos. Pois, enquanto mulheres brancas saíram as ruas reivindicando o espaço na esfera pública e produtiva, não consideraram a situação das mulheres racializadas como negras e/ou originárias que sempre trabalharam fora de seus lares, como trabalhadoras domésticas em outras casas, e na maioria das vezes, na casa de mulheres brancas: uma herança colonial e escravista. Destacamos assim, a delegação do trabalho doméstico como um passado escravista em nossa sociedade.

Além disso, quando levado em consideração toda a historiografia (que se conta) de urbanização do Brasil, a qual ocorre em meados do século XIX até os anos 80, mobilizou um êxodo rural. A urbanização se deu no mesmo período histórico e social da abolição da escravatura e com o incentivo massivo de um grande contingente de imigrantes europeus para o solo brasileiro. Nos deparamos, portanto, com um processo e projeto político de embranquecimento da população brasileira. Desta forma, as relações patriarcais e racistas instauradas no contexto da colonização se mantêm e se reproduzem até os dias atuais na dinâmica das relações sociais.

As representações sociais da população negra no Brasil, ainda estão atreladas às suas condições de escravizadas, como herança colonial, mas que ao mesmo tempo, o racismo se reatualiza e é retroalimentado, até hoje, persistindo na visão mais negativa no imaginário social associado à figura do negro. A divisão interseccional do trabalho mantém e reproduz os papéis historicamente atribuídos às raças que, por sua vez, são associadas às hierarquias e lugares socialmente impostos pela lógica de dominação ocidental. Portanto, o capitalismo urbano-industrial constitui-se um mito do desenvolvimento, o qual mobiliza mecanismos de subordinação, exploração e dominação de corpos femininos, negros, originários; os quais também pressupõem um mito: de que há uma democracia racial.

Portanto, consideramos que, nos países colonizados, o processo de colonização foi por si só o início do capitalismo global ocidental e que, portanto, no caso brasileiro, o campo, o agrário, e o rural já se valiam de uma estrutura econômica de opressão e dominação, racial e de gênero, antes mesmo da chegada da urbanização e o processo de modernização. Ou seja, gênero, classe, geração e raça compõem as sociabilidades, sejam urbanas ou rurais, desde o processo de formação espacial, territorial e de cidadania no Brasil. Em outras palavras, o rural e o urbano, em contextos colonizados, se integram fundamentados na divisão interseccional - entre raça, gênero e classe - da sociedade. Portanto, frisamos que graças a colonização e a escravização foi possível caracterizar o urbano-industrial moderno europeu.

Este cenário e esta lógica não escapam da realidade historiográfica de Ouro Fino. A região Sul Mineira, a qual a cidade de Ouro Fino faz parte, foi uma das regiões de Minas Gerais responsáveis pelo abastecimento interno intra e interprovincial, o qual demandava um grande contingente de trabalho escravo para a sua reprodução. Além disso, foi uma região a partir do final do século XIX e início do século XX, escopo de grande incentivo estatal rumo à imigração italiana para as lavouras de café. A história que se conta de Ouro Fino, não faz menção alguma às figuras negras escravizadas ou indígenas, ou melhor, até cita, mas com desdém e desconfiança; assim como às figuras femininas e do papel social das mulheres na sociedade.

Percebemos, portanto, que o tema do racismo em Ouro Fino parece ser um tema de muito estudo atrelado ao tema da branquitude, já que com a imigração italiana para a cidade, podemos destacar o fenômeno de “pardonização” da população, ou seja, uma melhor dedicação aos estudos sobre a política de embranquecimento da cidade, ainda estão por realizar.

Assim, podemos apontar que há uma certa continuidade, ou melhor, há persistência das desigualdades sociais, raciais e sexuais na estrutura das relações sociais em Ouro Fino, visto que, ainda nos dias de hoje, e devido à falta de dados oficiais por parte do governo quanto às especificidades laborais e sociais da cidade que levassem em considerações marcadores raciais e de gênero, se mantém as relações patriarcais-racistas na sociedade ourofinense. Isto é, a escassez de dados estadísticos oficiais nos mostra a falta de interesse por parte do governo na temática do trabalho doméstico na cidade e região.

Infelizmente, devido à pandemia do Covid-19, um dos métodos de análise escolhidos como Entrevista de Profundidade não foi realizado. Percebemos a falta de elementos qualitativos para a pesquisa, isto é, a importância que as entrevistas realizadas com

as trabalhadoras domésticas da cidade e arredores teria enriquecido o material encontrado, pois, desta forma, compreenderíamos os processos das relações sociais do grupo entrevistado, bem como suas experiências de vida e como trabalhadoras. No entanto, isto também mostra o potencial desta região para eventuais estudos em relação ao trabalho, e, principalmente, relações sociais entre os sexos e de raça; podendo ser realizado por mim na sequência, ou por outras pesquisadoras e pesquisadores interessados pela temática.

A partir dos dados disponibilizados pelo PNAD, IBGE e pelo Atlas Brasil, podemos perceber então o fenômeno de feminização da pobreza, bem como uma racialização da pobreza na história de Ouro Fino, em que o trabalho doméstico é um serviço de pouca ou nenhuma regulamentação, pois, além disso, esta atividade, de acordo com a CLT é uma categoria do espaço urbano.

Consideramos, portanto, a questão do trabalho doméstico no meio rural não se delimita somente à realidade de Ouro Fino, pelo contrário, trata-se de uma problemática nacional visto que o trabalho doméstico, na própria CLT, não é considerado ofício do meio rural, senão somente realizado no meio urbano. Deixamos agora nossa indagação para pesquisas posteriores que levem em consideração as propostas políticas para o meio rural: se o trabalho doméstico e de cuidados não é considerado uma situação de ocupação no meio rural, como pode o campo se reproduzir social e economicamente? Mais ainda, como pode o trabalho doméstico ser atribuído em análises econômicas sobre o meio rural na hora de considerar as políticas públicas destinadas ao espaço do campo?

O trabalho doméstico realizado no meio rural possui escassa ou quase nula regulamentação e fiscalização estatal, e, na maioria das vezes, em condição de informalidade. Estas questões podem ser explicadas justamente pela falta de dados necessários em relação à organização do trabalho, à educação e de vulnerabilidade social, em quesito de raça e sexo nos registros administrativos da cidade. A história que se conta de Ouro Fino, portanto, nos mostra que, nesta cidade, a consciência social guarda grandes nomes de “heróis” nacionais; que na realidade, invisibilizam outros atores sociais que cuidaram destes heróis. Isto é, invisibilidade da memória de outros sujeitos não brancos e não masculinos, que serviram, cuidaram, limpavam e alimentaram os “heróis”, bem como a importância desse contingente de trabalho realizado apropriado por eles em suas exacerbadas fortunas e heranças. Percebemos, assim, o desvalor político, social e econômico do trabalho doméstico no meio rural, na cidade de Ouro Fino, bem como o (des)valor dos sujeitos que o realizam.

REFERÊNCIAS

- AARTS, B.; BAUER, M. **A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos**. [S.l.]: Editora Vozes, 2002.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. [S.l.]: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. [S.l.]: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ANZALDÚA, G. **Borderlands/ La frontera: The New Mestiza**. Sao Francisco: Aunt Lute, 1987.
- ÁVILA, M. B. Algumas questões teóricas e políticas sobre emprego doméstico. **Reflexões feministas sobre informalidade e trabalho doméstico**, Recife, p. 65-72, 2008.
- ÁVILA, M. B. et al. Reflexões feministas: sobre informalidade e trabalho doméstico. **Núcleo de Reflexão Feminista sobre o Mundo do Trabalho Produtivo e Reprodutivo**, 2008.
- BAIROS, L. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 458, 1995.
- BERNARDINO-COSTA, J. Colonialidade e Interseccionalidade: o trabalho doméstico no Brasil e seus desafios para o século XXI. **Igualdade racial no Brasil: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes**, Brasília, p. 45-58, 2013.
- BERNARDINO-COSTA, J. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 147-163, 2015.
- BIAZZO, P. P. Considerações sobre as categorias rural e ruralidade em suas dimensões de conhecimento. **Geo Uerj**, v. 1, n. 18, p. 104-119, 2008.
- BRITES, J. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **cadernos pagu**, n. 29, p. 91-109, 2007.
- BUTTO, A. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (Brasil) IICA, 2011. p. 11-34.

BUTTO, A.; DANTAS, I. **Autonomia e cidadania:** políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário (Brasil) IICA, 2011.

CAMARGO, R. A. L. D. **Agricultura familiar e ruralidade em Ouro Fino-MG.** [S.l.]: [s.n.], 2010.

CAMARGO, R. A. L. D.; OLIVEIRA, J. T. A. D. **Relatos orais, memória coletiva e identidade na agricultura familiar.** [S.l.]: [s.n.], 2008.

CAMARGO, R. A. L. D.; OLIVEIRA, J. T. A. D. Agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: interfaces de uma realidade complexa. **Ciência Rural**, v. 42, n. 9, p. 1707-1714, 2012.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos sociedade e agricultura**, 1998.

CARNEIRO, S. Gênero Raça e Ascensão Social. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 544, 1995.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: _____ **Racismos contemporâneos.** Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, 2003. p. 49-58.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. In: _____ **Estudos avançados.** 49. ed. [S.l.]: [s.n.], v. 17, 2003. p. 117-133.

CARRARA, A. A. A capitania de Minas Gerais (1674-1835): modelo de interpretação de uma sociedade agrária. **História económica & história de empresas**, v. 3, n. 2, p. 47-63, 2000.

CASTILHO, F. F. D. A. Economia Sul-Mineira: o abastecimento interno ea expansão cafeeira (1870–1920). **Revista de História Econômica e Economia Regional Aplicada**, v. 4, p. 1-29, 2009.

CASTILHO, F. F. D. A. **Entre a Locomotiva e o Fiel da Balança:** a transição da mão-de-obra no Sul de Minas (1870-1918). Juiz de Fora: UFJF, 2009.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Noêmia de Souza. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1977.

CISNE, M. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serviço Social & Sociedade**, n. 132, p. 211-230, 2018.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Ação Educativa**, p. 7-16, 2012.

CUNHA, A. M. O urbano e o rural em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX. **Cadernos da Escola do Legislativo**, v. 11, n. 16, p. 57-70, 2019. ISSN 2595-4539.

CUNHA, A. M.; GODOY, M. M. O espaço das Minas Gerais: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. In: In: _____ **V Congresso Brasileiro de História Econômica**. [S.l.]: [s.n.], 2003.

CURIEL, O. Los aportes de las afrodescendientes a la teoría y la práctica feminista. **Perfiles del Feminismo Iberoamericano**, v. 3, 2007.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. [S.l.]: Boitempo Editorial, 2016.

DAVIS, A. **A liberdade é uma luta constante**. [S.l.]: Boitempo Editorial, 2018.

DE FIGUEIREDO, R. S. C. Conflitos Territoriais Fronteiriços no século XIX: Contribuições para a formação de Minas Gerais. **Geographia Opportuno Tempore**, v. 3, n. 2, p. 253-264, 2017.

DE JESUS, C. M. **Diário de Bitita**. [S.l.]: Editora SESI-Serviço Social da Indústria, 2017.

DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). In: GONÇALVES, R. **Dicionário Crítico do feminismo-de Helena Hirata; Françoise Laborie; Hélène Le Doaré; Danièle Senotier (orgs.)**. [S.l.]: Lutas Sociais, v. 23, 2009. p. 181-183.

DEVREUX, A.-M. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Cadernos de Crítica Feminista**, v. ano V, n. 4, p. 6-28, Dezembro 2011.

ENGELS, F. **El origen de la familia, la propiedad privada y el Estado**. Colección Clásicos del Marxismo. ed. [S.l.]: Fundación Federico Engels, 2006. Disponível em: <https://www.fundacionfedericoengels.net/images/PDF/engels_origen_familia_interior_alta.pdf>. Acesso em: 07 Maio 2020.

ESTUDOS E PESQUISAS (DIEESE). Quem cuida das cuidadoras: trabalho doméstico remunerado em tempos de coronavírus. **Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos**, n. 96, Julho 2020.

FARIA, N. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: MDA **Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: [s.n.], 2009. p. 11-28.

FARIA, N. Mulheres rurais na economia solidária. In: BUTTO, A.; DANTAS, I. **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário (Brasil) IICA, 2011. p. 37-54.

FEDERICI, S. **Calibán y la Bruja: Mujeres, cuerpo y acumulación originaria**. España: Traficantes de Sueños, 2010.

FEDERICI, S. **La revolución feminista inacabada: mujeres, reproducción social y lucha por la común**. [S.l.]: [s.n.], 2013.

FEDERICI, S. **Revolución en punto cero: trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas**. [S.l.]: Traficantes de sueños, 2013.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Rio de Janeiro: Editora Elefante, 2017.

FERNANDES, F. **A integração do negro à sociedade de classes**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1964.

FIGUEIREDO, L. Mulheres nas Minas Gerais. v. 2, p. 127-153, 2004. **História das mulheres no Brasil**, v. 2, p. 127-153, 2004.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONTOURA, N. et al. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça—1995 a 2015. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, p. 1-5, 2017.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regimen de economia patriarchal. [S.l.]: Schmidt, 1938.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**. 13^a. ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1964.

GOMES, M. A. **Divisão Interseccional do Trabalho – Por que ela é fundamental para o funcionamento do capitalismo dependente?:** Uma análise das condições de (re) produção da vida de mulheres negras brasileiras. Foz do Iguaçu: Universidade Federal da Integração Latino-Americana , 2018.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura Brasileña. In: SILVA, L. A. **Movimentos sociais urbanos, minorías étnicas e outros estudos**. Brasília: ANPOCS, 1984.

GUBER, R. **El Salvaje Metropolitano. Reconstrucción de conocimiento social en el trabajo de campo**. Buenos Aires: Paidós, 2005.

HIRATA, H. Trabalho doméstico: uma servidão voluntária. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: [s.n.], 2004.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

IANNI, O. Agricultura e mundialização. **Cadernos de sociologia**, p. 11-20, 1994.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: GONÇALVES, R. **Dicionário Crítico do Feminismo**. 23. ed. [S.l.]: Lutas Sociais, 2009. p. 67-75.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. In: CEBRAP **Novos estudos**. 86. ed. [S.l.]: [s.n.], 2010. p. 93-103.

LAUTIER, B. Las empleadas domésticas latinoamericanas y la sociología del trabajo: algunas observaciones acerca del caso brasileño. **Revista mexicana de sociología**, v. 65, p. 789-814, 2003.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2011.

LEITE, A. **São Francisco de Paula de Ouro-Fino nas Minas-Gerais**. [S.l.]: Empresa gráfica da Revista dos tribunais, 1941.

LUGONES, M. **Multiculturalismo radical y feminismos de mujeres de color**. [S.l.]: [s.n.], 2005.

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula rasa**, n. 9, p. 73-101, 2008.

MARINI, R. M. Dialéctica de la dependencia (1973). In: MARINI, R. M.; MARTINS, C. E. **América Latina, dependencia y globalización**. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008.

MARX, K. O Processo de Produção do Capital. In: _____ **O capital**. São Paulo: Boitempo, v. 894, 2013.

MOSQUERA, L. A. **División Sexual y Racial del Trabajo en Colombia: Flexibilidades interseccionales con Rostros de Mujeres**. Foz do Iguaçu: Universidade Federal da Integração Latino-Americana, 2019.

NASCIMENTO, C. A. D. **Evolução das famílias rurais no Brasil e Grandes regiões: pluriatividade e trabalho doméstico, 1992-1999**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

PASCOAL, I. Economia e trabalho no sul de Minas no século XIX. **Economia e sociedade**, v. 16, n. 2, p. 259-287, 2007.

PICCINATO JUNIOR, D.; SALGADO, I. Conflitos políticos e articulações sociais: a história dos limites entre São Paulo e Minas Gerais na formação do território nordeste paulista—1720 a 1935. **Paranoá: Cadernos De Arquitetura E Urbanismo**, n. 13, p. 9-16, 2014.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. A **colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latinoamericanas**. Ciudad Autnoma de Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ROSSI, P. **Ouro-Fino: bosquejo histórico**. Belo Horizonte: Estado de Minas Gerais, Secretaria da Agricultura - Departamento de Estatística e Publicidade, 1933.

ROSSI, P. **História de Ouro Fino: seus registros, sua gente e suas lendas**. [S.l.]: Imprensa Oficial, 1981.

SAFFIOTI, H. **O poder do Macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SCHNEIDER, É. C. **O valor social do trabalho doméstico e a justiça consubstancial**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

SCHWARCZ, L. M. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX: O contexto brasileiro. In: _____ **Raça e diversidade**. [S.l.]: [s.n.], 1996. p. 147-185.

SCHWARCZ, L. M. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade. **História da vida privada no Brasil**, v. 4, p. 173-244, 1998.

SCOTT, P.; RODRIGUES, A. C.; SARAIVA, J. D. C. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed Mulheres, 2010. p. 63-93.

SHIVA, V.; MIES, M. **Ecofeminism**. [S.l.]: Zed Books Ltd, 2014.

SILIPRANDI, E. Políticas de segurança alimentar e relações de gênero. **Cadernos de Debate**, v. 11, 2004.

SILVA, C. B. D. C.; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. **Gênero e geração em contextos rurais**, p. 183-208, 2010.

SILVA, T. D.; GOES, F. L. **Igualdade racial no Brasil**: reflexões no Ano Internacional dos Afrodescendentes. [S.l.]: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013.

SOJOURNER, T. **E não sou uma mulher?** (trad.: Ain't I A woman?). Tradução de Osmundo Pinho. [S.l.]: Geledes, 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>. Acesso em: 30 outubro 2020.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. [S.l.]: SMC, 1991.

STEDILE, J. P. A Questão Agrária no Brasil. O debate tradicional 1500-1960.. **Expressão popular**, São Paulo, p. 15-31, 2005.

STÉDILE, J. P.; LOCONTE, W. **A questão agrária no Brasil**. [S.l.]: Atual Editora, 1997.

VEIGA, J. E. D. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 101-119, 2001.

ANEXO A – CAPÍTULO 3

Tabela 1a – Distribuição percentual da população, segundo cor/raça - Brasil - 1995, 2005, 2015

Cor/raça	Ano		
	1995	2005	2015
Total	100	100	100
Branca	54.5	49.7	45.2
Preta	4.9	6.3	8.9
Parda	40.0	43.3	45.1
Amarela	0.5	0.5	0.5
Indígena	0.1	0.2	0.4

Fonte: IBGE/PNAD (adaptado).

Tabela 1b – Taxa de desocupação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, segundo cor/raça e localização do domicílio - Brasil, 1995 a 2015

Cor/Raça	Localização do domicílio	Ano		
		1995	2005	2015
Total	Rural	1.6	2.8	4.0
	Urbana	7.0	10.5	10.4
	Total	5.8	9.1	9.4
Branca	Rural	1.4	2.5	3.6
	Urbana	6.3	9.0	8.7
	Total	5.4	8.0	8.1
Negra	Rural	1.7	3.1	4.2
	Urbana	8.1	12.3	11.9
	Total	6.4	10.3	10.6

Notas: A população negra é composta por pretos e pardos;

A taxa de desocupação é o quociente entre a população desocupada e a população economicamente ativa, na faixa etária determinada.

Fonte: IPEA/DISOC (adaptado).

Tabela 1c – Taxa de participação das pessoas de 16 anos ou mais de idade, segundo cor/raça no Brasil - 1995, 2005, e 2015

Cor/raça	Localização do domicílio	Ano		
		1995	2005	2015
Total	Rural	78.8	78.1	66.2
	Urbano	66.9	68.9	65.8
	Total	69.2	70.4	65.9
Branca	Rural	79.6	78.4	66.9
	Urbano	66.1	68.2	64.9
	Total	68.2	69.4	65.2
Negra	Rural	78.1	78.0	66.5
	Urbano	68.0	69.7	66.7
	Total	70.4	71.4	65.8

Notas: A população negra é composta por pretos e pardos

A taxa de participação é o quociente entre a população economicamente ativa e a população total, na faixa etária determinada

Fonte: IPEA/DISOC (adaptado)

Tabela 2 – Distribuição percentual da população residente, por localização do domicílio, segundo cor/raça - Brasil – 2015

Cor/raça	Localização do domicílio	2015
Branca	Urbano	47.2
	Rural	34.4
Preta	Urbano	9.2
	Rural	7.2
Parda	Urbano	42.9
	Rural	57.1
Amarela	Urbano	0.5
	Rural	0.2
Indígena	Urbano	0.3
	Rural	1.1

Nota: As pessoas com cor/raça não declarada não foram consideradas.

Fonte: IPEA/DISOC (adaptada)

Tabela 3 – Taxa de escolarização líquida, por sexo, segundo cor/raça e nível de ensino - Brasil – 2015

Cor/Raça	Sexo	Nível de Ensino	2015
Branco	Masculino	Superior	21.7
	feminino	Superior	28.1
Negro	Masculino	Superior	10.3
	Feminino	Superior	15.0

Notas: Foram considerados adequados os indivíduos que frequentam ensino superior (graduação), mestrado ou doutorado.

A população negra é composta por pretos e pardos

Fonte: IPEA/DISOC (adaptado)

Tabela 4 – Taxa de desocupação das pessoas com 16 anos ou mais de idade, por sexo, segundo cor/raça e grupos de anos de estudo - Brasil – 2015

Cor/Raça	Sexo	Anos de estudo	2015
Branca	Feminino	Total	9.6
		Menos de 1 ano	7.6
		De 1 a 4 anos	4.4
		De 5 a 8 anos	11.0
		De 9 a 11 anos	13.2
		12 anos ou mais	6.7
	Masculino	Total	6.8
		Menos de 1 ano	4.9
		De 1 a 4 anos	4.2
		De 5 a 8 anos	7.5
		De 9 a 11 anos	8.5
		12 anos ou mais	5.3
Preta	Feminino	Total	13.3
		Menos de 1 ano	6.3
		De 1 a 4 anos	7.0
		De 5 a 8 anos	14.1
		De 9 a 11 anos	17.4
		12 anos ou mais	9.8
	Masculino	Total	8.5
		Menos de 1 ano	4.1
		De 1 a 4 anos	5.2
		De 5 a 8 anos	9.3
		De 9 a 11 anos	10.9
		12 anos ou mais	7.4

Notas: A PNAD não foi realizada no ano de 2000 e 2010

Em 2004 a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

A população negra é composta por pretos e pardos

A taxa de desocupação é o quociente entre a população desocupada e a população economicamente ativa, na faixa etária determinada

A parcela da população que não informou anos de estudo não foi considerada para construção desta tabela

Fonte: IPEA/DISOC (adaptada)

Tabela 5a – Proporção de Trabalhadores/as Domésticos/as no Total de Ocupados, por Sexo, segundo Cor/Raça - Brasil – 2015

Cor/Raça	Sexo	2015
Branca	Feminino	10.3
	Masculino	0.9
Preta	Feminino	18.0
	Masculino	1.0

Notas: A população negra é composta por pretos e pardos

População de 10 anos ou mais de idade

Fonte: IPEA/DISOC (adaptado)

Tabela 5b – Distribuição percentual da população feminina ocupada com 16 anos ou mais de idade, por cor/raça, segundo localização do domicílio e posição na ocupação - Brasil- 2015

Localização do Domicílio	Posição na Ocupação	Total	Negra	Branca
Total	Funcionária Pública/Militar	10.5	9.1	11.8
	Empregada com Carteira Assinada	36.0	31.4	40.9
	Empregada sem Carteira Assinada	11.2	11.8	10.5
	Conta Própria	17.4	18.1	16.7
	Empregadora	2.4	1.3	3.5
	Empregada Doméstica	14.3	18.0	10.3
	Outros	8.3	10.2	6.3
	Total	100.0	100.0	100.0
Rural	Funcionária Pública/Militar	6.8	6.5	7.3
	Empregada com Carteira Assinada	9.9	7.1	14.5
	Empregada sem Carteira Assinada	9.9	10.3	9.2
	Conta Própria	18.3	18.7	17.7
	Empregadora	0.8	0.3	1.5
	Empregada Doméstica	10.4	11.7	8.4
	Outros	44.0	45.4	41.6
	Total	100.0	100.0	100.0
Urbana	Funcionária Pública/Militar	11.0	9.6	12.4
	Empregada com Carteira Assinada	39.9	35.9	43.9
	Empregada sem Carteira Assinada	11.4	12.1	10.7
	Conta Própria	17.3	18.0	16.6
	Empregadora	2.6	1.5	3.7
	Empregada Doméstica	14.8	19.2	10.5
	Outros	2.9	3.5	2.3
	Total	100.0	100.0	100.0

Notas: A PNAD não foi realizada no ano de 2000 e 2010

A população negra é composta por pretos e pardos

Outros: trabalhadores na produção para o próprio consumo, trabalhadores na construção para o próprio uso e trabalhadores não remunerados

Fonte: IPEA/DISOC (adaptada)

Tabela 6 – Proporção de Trabalhadoras Domésticas que Possuem Carteira de Trabalho Assinada, segundo Cor/Raça - Brasil – 2015

Cor/Raça	2015
Branca	32.5
Negra	29.3
Total	30.4

Notas: A PNAD não foi realizada no ano de 2000 e 2010

Em 2004 a PNAD passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá

A população negra é composta por pretos e pardos

População de 10 anos ou mais de idade

ANEXO B – CAPÍTULO 4

Tabela 8 – População residente, por sexo e situação do domicílio

Tabela 202 - População residente, por sexo e situação do domicílio															
Variável - População residente - percentual do total geral															
Município - Ouro Fino (MG)															
Situação do domicílio	Ano x Sexo														
	1970			1980			1991			2000			2010		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	100	49,6	50,4	100	50,4	49,6	100	50,3	49,7	100	50,3	49,7	100	50,1	49,9
Urbana	50	23,3	26,7	60,9	29,6	31,2	54,6	26,6	28,1	69,5	33,9	35,6	75,3	36,6	38,6
Rural	50	26,3	23,7	39,1	20,7	18,4	45,4	23,7	21,7	30,5	16,4	14,1	24,7	13,5	11,2

Fonte: IBGE SIDRA.

Tabela 9 – População residente, por cor ou raça

Tabela 2093 - População residente por cor ou raça, sexo, situação do domicílio e grupos de idade - Amostra - Características Gerais da População															
Variável - População residente - percentual do total geral															
Município - Ouro Fino (MG)															
Grupo de idade - Total															
Ano - 2010															
Situação do domicílio	Cor ou raça x Sexo														
	Total			Branca			Preta			Parda			Indígena		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total	100	50,11	49,89	79,8	39,54	40,26	1,85	0,83	1,02	17,87	9,52	8,35	0,22	0,1	0,12
Urbana	75,28	36,63	38,65	59,01	28,37	30,64	1,63	0,71	0,92	14,25	7,39	6,86	0,12	0,03	0,09
Rural	24,72	13,48	11,24	20,79	11,17	9,62	0,22	0,12	0,1	3,62	2,13	1,49	0,1	0,07	0,03

Fonte: IBGE SIDRA.

Tabela 10 – População residente, por cor ou raça

Tabela 136 - População residente, por cor ou raça				
Variável - População residente - percentual do total geral				
Município - Ouro Fino (MG)				
Ano – 2010				
Cor ou raça				
Total	Branca	Preta	Parda	Indígena
100	79,8	1,85	17,87	0,22

Fonte: IBGE SIDRA

Tabela 11 – Outros Indicadores de renda, por sexo e cor, calculados com base em registros administrativos – Ouro Fino/MG – 2015 e 2016.

Indicadores de Registros Administrativos	Total 2015	Total 2016	Negros 2016	Branco 2016	Mulheres 2016	Homens 2016
Produto Interno Bruto per capita (PIB per capita anual, em mil R\$ de ago 2010)	12,33	12,57	-	-	-	-
Participação da Indústria no Valor Adicionado	15,02	14,64	-	-	-	-
% de pessoas inscritas no Cadastro Único que recebem Bolsa Família	32,69	32,9	38,59	31,04	32,44	33,43
% de extremamente pobres no Cadastro Único pós Bolsa Família (com renda domiciliar per capita mensal inferior à R\$ 70,00 de ago/2010)	4,71	6,38	6,81	6,19	5,69	7,16
% de pobres no Cadastro Único pós Bolsa Família (com renda domiciliar per capita mensal inferior à R\$ 140,00 de ago/2010)	31,31	36,55	40,65	35,23	36,32	36,81
% de vulneráveis à pobreza no Cadastro Único pós Bolsa	71,48	63,85	67,68	62,66	63,17	64,63

Fonte: Atlas Brasil (Informações referentes a pessoas cadastradas no CADUNICO após o Bolsa Família. Elaboração: PNUD, Ipea e FJP. Fonte: CadÚnico – MDH (2015 e 2016)).

Tabela 12 – Situação ocupacional da população de 18 anos ou mais, por sexo e cor no município - Ouro Fino/MG - 2000 e 2010

Situação Ocupacional	Total 2000	Total 2010	Negros 2010	Branco 2010	Mulheres 2010	Homens 2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais de idade	70,97	69,75	-	-	-	-
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais de idade	4,52	3,34	-	-	-	-
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	51,21	55,8	-	-	-	-
Nível educacional dos ocupados						
% dos ocupados com ensino fundamental completo	35,67	49,47	-	-	-	-
% dos ocupados com ensino médio completo	23,58	34,84	-	-	-	-
Rendimento dos ocupados						
% dos ocupados com rendimento de até 1 salário mínimo (de ago/2010)	46,02	23,86	-	-	-	-
% dos ocupados com rendimento de até 2 salários mínimo (de ago/2010)	79,13	81,16	-	-	-	-

Fonte: Atlas Brasil (Elaboração: PNUD, Ipea e FJP. Fonte: Censos Demográficos (2000 e 2010))

Tabela 13 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade por cor ou raça, condição de atividade na semana de referência e grupos de idade

Tabela 2098 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade por cor ou raça, condição de atividade na semana de referência e grupos de idade														
Variável - Pessoas de 10 anos ou mais de idade - percentual do total geral														
Município - Ouro Fino (MG)														
Grupo de idade - Total														
Ano - 2010														
Cor ou raça x Condição de atividade na semana de referência														
Total			Branca			Preta			Parda			Indígena		
Total	EA	NEA	Total	EA	NEA	Total	EA	NEA	Total	EA	NEA	Total	EA	NEA
100	62,04	37,96	79,32	48,6	30,72	2,05	1,51	0,54	18,08	11,57	6,51	0,25	0,18	0,07

Notas: EA = Economicamente ativa;
NEA = Não Economicamente ativa

Fonte: IBGE SIDRA

Tabela 16 – Indicadores de Vulnerabilidade no Município – Ouro Fino/MG – 2000 e 2010.

Indicadores	2000	2010
Crianças e jovens		
% de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola	83,51	70,00
% de 15 a 24 anos de idade que não estudam nem trabalham em domicílios vulneráveis à pobreza	7,17	6,69
% de crianças com até 14 anos de idade extremamente pobres	1,97	2,30
Adultos		
% de pessoas de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e em ocupação informal	47,06	40,07
% de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade	6,64	12,03
% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos	1,26	1,51
% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e que gastam mais de uma hora até o trabalho	-	0,32
Condição de moradia		
% da população que vive em domicílios com banheiro e água encanada	96,15	97,95

Fonte: Atlas Brasil (Elaboração: PNUD, Ipea e FJP. Fonte: Censos Demográficos (2000 e 2010).

ANEXO C

Figura 3 – Situação ocupacional da população de 18 anos ou mais de idade no município - Ouro Fino/MG – 2010



Fonte: Censo Demográfico (2010).